



RELATÓRIO E CONTAS

2017

Índice

I.	Mensagem da Presidente.....	2
II.	A Agência	5
	Introdução	5
	Estratégia e Posicionamento.....	6
	Governo da sociedade	7
	Estrutura Orgânica	7
	Estrutura Acionista	9
III.	Relatório de Gestão	10
	Atividade desenvolvida	10
	▪ Institucional.....	10
	▪ Editorial.....	13
	▪ Produção.....	18
	▪ Atividade comercial.....	21
	▪ Comunicação e Marketing	27
	▪ Inovação/modernização	28
	Análise económica e financeira	31
	Código das sociedades comerciais – Artigo 35.º	37
	Proposta de aplicação de resultados.....	38
IV.	Demonstrações financeiras	39
V.	Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017	45
VI.	Cumprimento de orientações legais.....	81
VII.	Grelha de práticas de boa governação societária.....	99
VIII.	Relatório e parecer do Conselho Fiscal	109
IX.	Certificação legal de contas.....	110
X.	Ata do Conselho de Administração.....	111

I. Mensagem da Presidente



O ano de 2017 é o último de um mandato de três anos que teve início em 19 de janeiro de 2015.

Se 2015 foi “um ano de continuidade”, uma vez que era o último ano do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público 2013/2015 - contrato este marcado por uma redução de 31,3% do valor da Indemnização Compensatória atribuída à Lusa pela prestação de serviços, foi também o de preparação para a mudança, tendo-se procedido a alterações na estrutura orgânica, à implementação de novos procedimentos administrativos e a uma abordagem mais próxima do cliente. E foi ainda um ano de esperança, a de que o novo triénio, e conseqüentemente o novo contrato com o Estado, permitisse trazer o fôlego financeiro tão necessário ao desenvolvimento da agência, preparando-a para os desafios que a comunicação social em geral vivia e, de forma particular, para o mundo digital.

O ano 2016 trouxe, com esperança, um aumento de 20% no valor da Indemnização Compensatória.

No entanto, o atraso verificado na aprovação do Plano de Atividades e Orçamento – a aprovação ocorreu apenas no final de setembro – e a não assinatura de um novo contrato de prestação de serviço público com o Estado levou a que uma parte importante da estratégia delineada pelo Conselho de Administração, e previamente aprovada pela Tutela, fosse adiada para o ano seguinte.

Apesar de tudo, em 2016 sedimentaram-se procedimentos, reforçaram-se políticas internas, nomeadamente no âmbito da contratação pública e do cumprimento de obrigações legais, disponibilizou-se mais informação de gestão e a produção de conteúdos foi reforçada em quantidade e qualidade, aumentando também em diversificação das temáticas produzidas. Deu-se início à celebração dos “30 Anos Lusa” com a primeira grande conferência da agência: “Portugal entre o rigor e a audácia”. Ganhou-se o projeto Google, no âmbito da “Digital News Initiative” (DNI).

Olhou-se para 2017 como o ano em que os desafios continuavam e a preocupação de rapidamente acompanhar o desafio de um mundo global, complexo, rápido, ágil e incerto era imperiosa.

Mas também em 2017, a aprovação, de novo tardia, do Plano de Atividades e Orçamento, desta feita com cortes face ao orçamento apresentado, levou a que a necessidade de aumentar o número de trabalhadores e correspondentes fosse uma vez mais adiada, acredita-se que para 2018.

Sendo uma empresa maioritariamente pública, o adiar de uma estratégia, em que o Estado acredita, prejudica em primeiro lugar a própria prestação do serviço público.

Contudo, o destino da Lusa está também nas mãos dos seus trabalhadores. E, por isso, mesmo sem a possibilidade de concretizar a utilização, na íntegra, da indemnização compensatória que foi atribuída à Lusa, a agência deu um salto qualitativo que cumpre referenciar.

Foi finalmente assinado o contrato de prestação de serviço público com o Estado, para o triénio 2017/2019, e a partir de agosto o valor da indemnização compensatória, que contribui maioritariamente para pagar os salários dos trabalhadores, passou finalmente a ser depositado todos os meses, de forma atempada.

O projeto “Portuguese News Hub”, financiado pela Google, tornou-se uma realidade em novembro, oferecendo um site mais moderno e com muito maior facilidade de utilização, quer pelos nossos clientes quer pelos próprios jornalistas da Lusa. Além disso, foram lançados três novos produtos – Agenda Financeira, Info3E e Carta de Portugal – que reforçam a presença da Lusa junto dos seus clientes e alargam a forma como a agência cumpre a sua missão de serviço público.

Equipas internas, para além do seu trabalho do dia-a-dia, concentraram esforços para que a Lusa pudesse concretizar o seu projeto, que, como sabemos, recebeu financiamento do DNI Fund e, como tal, beneficiou da necessária autonomia financeira exigida por um empreendimento desta monta.

Deu-se igualmente início a obras de recuperação do edifício sede, fez-se um forte investimento em tecnologia e a formação interna dos trabalhadores da Lusa foi amplamente reforçada, dando origem ao refrescamento das competências específicas de cada área de atividade.

A não aprovação, pela tutela, do projeto de comemoração dos “30 anos Lusa” não permitiu concretizar as receitas alternativas necessárias para o cumprimento dos objetivos a que o Conselho de Administração se havia proposto. Face à crise económica e financeira que se mantém na comunicação social em Portugal e no Mundo – com os clientes tradicionais da Lusa a rescindirem contratos, na íntegra ou parcialmente –, sem soluções alternativas de financiamento não é possível cumprir os objetivos de receitas próprias.

Outra questão que importa sublinhar é a dos objetivos e resultados da produção da agência. Porque estavam previstas admissões, também o nível de produção previsto no contrato foi incrementado. E apesar de, posteriormente, as esperadas admissões não terem sido aprovadas, como os trabalhadores da Lusa têm incutidos na sua forma de trabalhar os valores de serviço público, a produção de notícias, nos vários formatos, aumentou também em 2017, tal como já tinha acontecido em 2016.

Handwritten notes and signatures: "17 JSL" and "Jul" with a signature.

Neste exercício foi também conseguido o objetivo de recuperar as primeiras cobranças de valores de processos já dados como “incobráveis”, registando-se que se fecha 2017 com o menor valor de dívida de clientes dos últimos anos.

De tudo isto se encontrará informação detalhada nas páginas deste relatório, que produzimos não apenas por obrigação legal, mas com o intuito de dar a conhecer em maior profundidade o trabalho da agência de notícias.

Os trabalhadores, as direções, o órgão de gestão e os órgãos sociais estiveram em consonância para que a Lusa desse mais um passo em frente enquanto marca de referência a nível nacional e internacional.

Gostaria de terminar deixando alguns comentários.

É importante existir uma forte aptidão para a transformação digital nas organizações nacionais, mas aquela tem de ser acompanhada por uma transformação ao nível “cultural”. As estratégias serão seguramente bem delineadas e eficientes, os investimentos em tecnologia permitem acelerar em quantidade e qualidade o trabalho produzido, mas sem as pessoas a estratégia e as tecnologias ficam num vazio. É fundamental, envolvendo todos os *stakeholders*, criar uma cultura de transformação nas organizações.

Só organizações multifacetadas, com processos internos capazes de identificar e explorar novas oportunidades de produção e de mercado sobrevivem num ambiente em mudança. Potenciar o que existe, atualizando o presente e relançando o futuro, é o desafio a prosseguir.

Em nome do Conselho de Administração agradeço o apoio que recebemos de todos quantos trabalham na Lusa e aproveito o Relatório e Contas de 2017 para desejar votos de contínuo sucesso para a maior agência de notícias em português: a LUSA.

II. A Agência

Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar as contas do exercício de 2017 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

O Conselho de Administração tomou posse na reunião da Assembleia Geral da Lusa em 19 de janeiro de 2015, tendo sido nomeado para o triénio 2015-2017. Foi-lhe incumbida a missão de modernizar a Agência e de recuperar algum do terreno que esta perdeu nos últimos anos, fruto do corte de Indemnização Compensatória (IC) no triénio 2013-2015, e também de iniciar um novo ciclo dando resposta às necessidades do presente e aos desafios do futuro para a comunicação social em Portugal e também no Mundo. O exercício de 2017 é, portanto, o último ano do mandato.

Em 2017, o Governo atribuiu à Lusa um valor de Indemnização Compensatória (IC) de €15.838.364 (com IVA) para cumprimento da prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público, o que representou um incremento percentual na ordem dos 20% face a 2015 e idêntico ao ano transato.

O valor de IC previsto foi integralmente pago durante o ano de 2017. No entanto, o Plano de Atividades e Orçamento desse ano, que tinha por base a estratégia desenhada para o triénio 2016-2018, e que estava plasmada no Contrato Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público (CPSNIIP) para aquele triénio, acabou por ser apenas aprovado em reunião de Assembleia Geral de 5 de junho, o que, à semelhança de 2016, mais uma vez atrasou a implementação de algumas propostas de atividade veiculadas naquele documento.

Apesar disso foi possível continuar o processo de modernização ao nível dos meios técnicos, tendo o investimento em 2017 sido superior em 29% relativamente a 2016 o qual já tinha crescido cerca de 506% face a 2015.

Também, como se poderá ver no decurso do relatório, outros projetos foram desenvolvidos dos quais se destaca a concretização do novo Portal da Lusa integrado no projeto DNI cofinanciado pela Google, o incremento nas atividades de formação atingindo mais de 5 mil horas, e várias obras na sede da Lusa, com destaque para o início dos trabalhos no piso zero como forma de modernizar e melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da Lusa.

O CPSNIIP para o triénio 2017-2019, foi celebrado em 2017 e mereceu o parecer positivo do Tribunal de Contas em julho de 2017, produzindo efeitos desde o dia 3 agosto de 2017. No entanto era expectativa do Conselho de Administração que o Contrato com o Estado vigerasse ainda em 2016. Uma vez que tal não se verificou o Conselho de Administração assinou uma Declaração de Compromisso, conforme proposto pela tutela, para colmatar a inexistência de contrato para 2016. De referir que a aludida declaração não especifica o método de cálculo do custo de serviço público, bem como eventual devolução de parte da IC. Assim, em 2016, foi registada, por prudência, a eventual devolução de parte da IC. Uma vez que até à data de aprovação das contas de 2017, pelo Conselho Administração, e apesar de várias diligências efetuadas para esclarecer esta omissão, a Lusa não obteve resposta por parte das tutelas

financeira e setorial relativamente à referida devolução de 2016 mantendo-se o registo da devolução a efetuar.

Estratégia e Posicionamento

A estratégia para o ano de 2017 foi a que se encontra consagrada no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, apresentada pelo Conselho de Administração para o triénio 2017-2019. Tendo como palavras chave “independência editorial”, rigor, autonomia, credibilidade, e “serviço noticioso e informativo de interesse público”, baseia-se em três pilares de abordagem:

Primeiro Pilar: Geografias e Mercados

A Lusa tem de estar presente e assegurar a cobertura noticiosa do território nacional, das comunidades falantes de língua portuguesa e das geografias e mercados que tenham interesse estratégico nacional, dos pontos de vista político e diplomático, económico, histórico e cultural. Deve, proativamente, disponibilizar informação aos portugueses e aos cidadãos falantes de língua portuguesa que responda às necessidades resultantes da sua presença nas diferentes regiões do Mundo.

A agência deve ainda prosseguir uma política de parcerias com entidades governamentais e também com entidades não-governamentais que desempenhem atividades económicas e sociais a nível nacional e internacional, de forma a melhor assegurar a sua missão e atingir os objetivos a que se propõe.

Segundo pilar: Produtos e Clientes

A Lusa tem de se comprometer a diversificar os seus produtos tendo em conta as novas tecnologias, as exigências dos mercados e as expectativas dos seus diferentes clientes quanto à prestação do serviço público.

Os conteúdos informativos devem ser distribuídos aos órgãos de comunicação social tradicionais, mas também integrar plataformas multimédia e redes sociais, com o objetivo de fornecer um serviço noticioso e informativo global de interesse público.

Terceiro Pilar: Organização e estrutura

É importante ter plataformas de influência de cobertura noticiosa regional, presença local, mobilidade, flexibilidade, reforço de parcerias e sinergias, que permitirão à Lusa ser mais abrangente na informação que produz e distribui no âmbito do serviço público, nomeadamente através de:

- Uma rede nacional capaz de cobrir Portugal Continental e Ilhas;
- Uma rede internacional que garanta a cobertura dos países de língua oficial portuguesa, das comunidades de falantes de língua portuguesa espalhadas pelo Mundo e dos países mais relevantes, em termos geoestratégicos, para o país.

E, no mundo atual, em que não podemos falar sobre estratégia digital, mas sim de uma estratégia num mundo digital, assume particular relevo o reforço da área digital e do

jornalismo multimédia, como instrumentos fundamentais para a Lusa cumprir com as atuais necessidades do serviço público a prestar em Portugal e restantes países, sobretudo os de língua oficial portuguesa, e também para dar resposta às solicitações das organizações económicas e políticas espalhadas pelas várias geografias do Mundo com maior relevância estratégica para Portugal.

Governo da sociedade

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente (a)	Cristina Pereira Freire	27.03.2017	2015-2017
Presidente (b)	Elsa Maria Roncon Santos	19.01.2015	2015-2017
Vice-Presidente	António Manuel Simões da Silva	19.01.2015	2015-2017
Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	19.01.2015	2015-2017

Notas: (a) Nomeado a 27.3.17 (b) Renúncia a 6.2.17

Conselho de Administração

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Maria Teresa Prata Macias Marques	19.01.2015	2015-2017
Vice-Presidente	João Manuel Pintado Silveira Lobo	19.01.2015	2015-2017
Vogais não executivos	Luís Paulo Mah Silva	19.01.2015	2015-2017
	José Carlos Barbosa Lourenço	19.01.2015	2015-2017
	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	19.01.2015	2015-2017

Conselho Fiscal

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente	Paula Alexandra Caetano da Silva	31.03.2016	2015-2017
Vogal	Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	19.01.2015	2015-2017
Vogal e ROC Efetivo:	Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus, ROC n.º 1338	19.01.2015	2015-2017
Vogal e ROC Suplente:	António Magalhães & Carlos Santos, SROC N.º 53, representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães, ROC N.º 179	19.01.2015	2015-2017

Estrutura Orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editoriais, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, um escritório no Porto, jornalistas residentes na grande maioria das capitais de distrito, delegações no estrangeiro, nomeadamente na Europa em Bruxelas e em Madrid, nos PALOP's em Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique e na Ásia uma sucursal em Macau e uma delegação em Timor Leste.

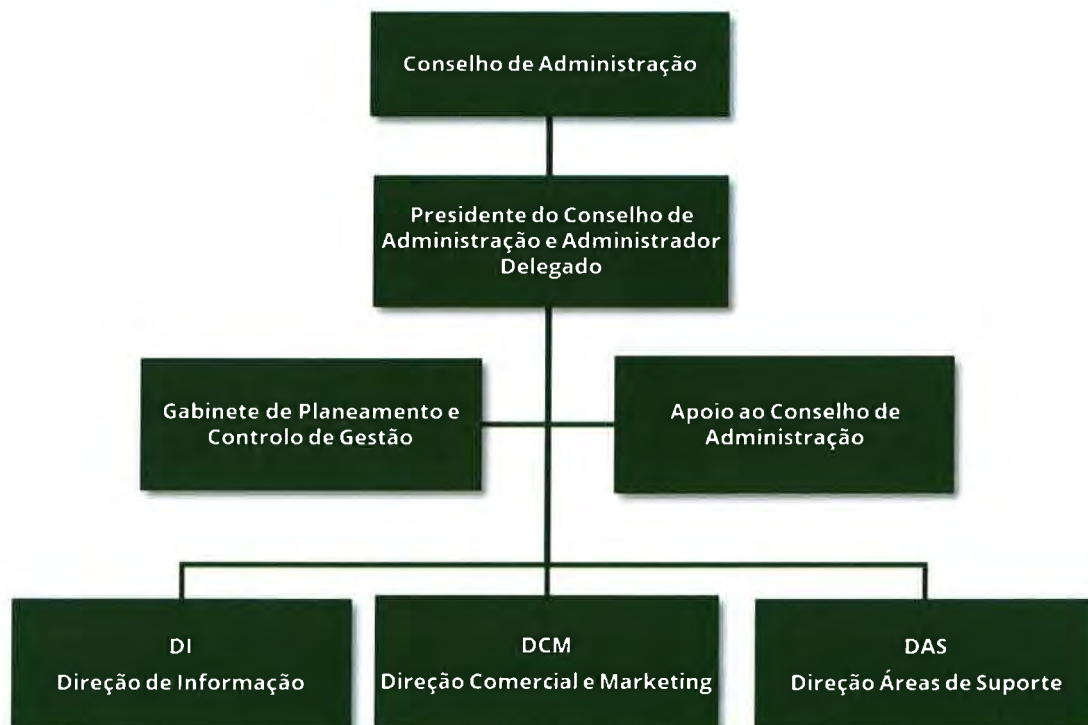
A Lusa conta também com uma rede de correspondentes, quer a nível nacional, cobertura de todo o território nacional, quer a nível internacional, em cerca de 30 países de todo o mundo.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o Administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

No ano de 2016 foi identificada a necessidade de uma maior eficiência e eficácia nas áreas de suporte da empresa, tendo sido anunciada, em 23 de dezembro, uma mudança na estrutura da empresa. Assim, os órgãos de estrutura de primeira linha passaram então a enquadrar desde a data referida, três direções operacionais e duas estruturas de apoio:

- Direção de Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos;
- Direção Comercial e Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem;
- Direção Áreas de Suporte, com a responsabilidade das áreas da Contabilidade e Tesouraria, dos Sistemas de Informação, das Compras e Recursos Humanos;
- Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, que, através da produção de informação de gestão, assegura um melhor planeamento e controlo na gestão das diversas áreas da empresa;
- Gabinete de apoio ao Conselho de Administração, que inclui o apoio administrativo a todos os órgãos sociais da Empresa.

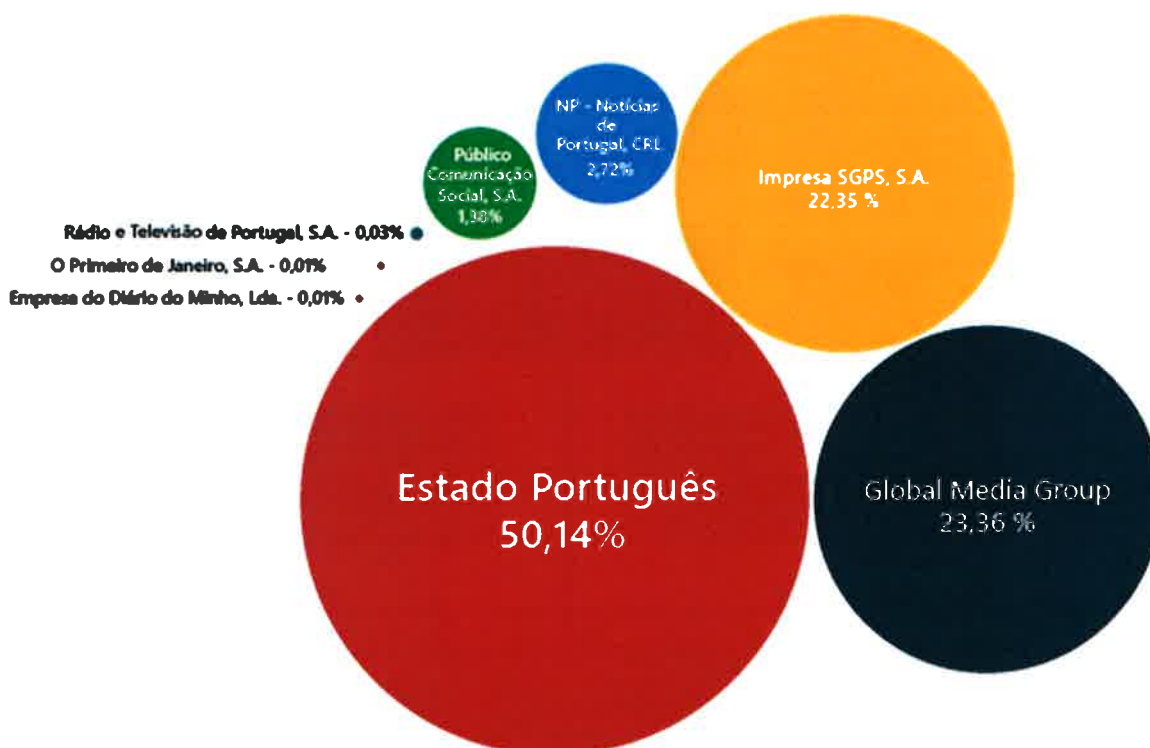
Organograma



Estrutura Acionista

O capital social da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de **€5.325.000** representado por 2.130.000 ações no valor nominal de €2,50 cada, e está distribuído como se apresenta:

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES	%	EUROS
Estado Português	1.068.000	50,14	2.670.000,00
Global Media Group	497.420	23,36	1.243.550,00
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	476.064	22,35	1.190.160,00
NP - Notícias de Portugal, CRL	58.000	2,72	145.000,00
Público - Comunicação Social, S.A.	29.307	1,38	73.267,50
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	674	0,03	1.685,00
O Primeiro de Janeiro, S.A.	310	0,01	775,00
Empresa do Diário do Minho, Lda.	225	0,01	562,50
CAPITAL SOCIAL	2.130.000	100,00	5.325.000,00



III. Relatório de Gestão

Atividade desenvolvida

▪ Institucional

Cooperação

- Participação da Lusa, representada pelo Delegado em Angola, na XXXIII Assembleia Geral da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, que teve lugar em abril, na cidade de Luanda.
- Visita de trabalho de uma Delegação de Cabo Verde, composta pela Diretora Geral da Comunicação Social e por representantes do Ministro da Cultura e da Rádio e Televisão cabo-verdiana, em maio.
- Participação da Lusa, representada pela Delegada em Macau, no Fórum "Cidades Sustentáveis", promovido pela UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, no âmbito da Feira Internacional de Macau, em outubro.

Relações Internacionais e Institucionais

A Lusa, em 2017, manteve a sua presença em instituições internacionais nomeadamente:

- **EPA – European Pressphoto Agency** (de que a Lusa é acionista fundadora):
 - Participação da Presidente do Conselho de Administração na Assembleia Geral realizada em 23 de maio, em Amesterdão;
 - Nomeação da Presidente do Conselho de Administração para Membro do *Supervisory Board* da EPA, na Assembleia Geral de 23 de maio, em Amesterdão;
 - Participação da Presidente do Conselho de Administração na reunião do *Supervisory Board* da EPA, realizada em outubro, na sede da Lusa.
- **AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies**, participação da Lusa, representada pelo Diretor de Informação, na Assembleia Geral da Aliança, que teve lugar em julho, em Agadir.
Apoyo institucional, através da participação em *newsletters* da aliança.
- **EANA – European Alliance of News Agencies:**
 - Presença nas reuniões semestrais da aliança: participação da Presidente do Conselho de Administração na reunião de maio, em Chipre, sobre o tema *Financing and Defending Independent News Agency Journalism*"; e participação na Assembleia Geral e na reunião de setembro que teve como tema *Video Production and Monetization - Training Editors for New Challenges*, em Belgrado;
 - Participação da Presidente do Conselho de Administração nas reuniões do Conselho de Administração da EANA realizadas em fevereiro, maio, setembro e novembro, em Bruxelas, Aya Napa, Belgrado e Viena, respetivamente.

- **Minds International** (de que a Lusa é acionista fundadora):
 - Participação da Lusa, representada pela Diretora Comercial e Marketing, na 23.ª Assembleia Geral da Minds, em abril, em Zurique;
 - Presença na 24.ª Conferência Internacional da Minds, que teve lugar em outubro, em Roma;
 - Colaboração, a nível institucional, através da participação em *newsletters* e inquéritos de opinião sobre temáticas comuns a todas as agências.
- **IPTC**, participação da Lusa, representada pelo Diretor de Áreas de Suporte, na reunião anual do IPTC, realizada em novembro, em Barcelona.

No âmbito da atividade institucional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Audição da Presidente do Conselho de Administração na Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto sobre o cumprimento da missão estratégica da Lusa, em janeiro;
- Encontro de trabalho entre o CEO da WAN-IFRA e a Presidente do Conselho de Administração, em fevereiro, na sede da Lusa;
- Pequeno almoço de trabalho com a Senhora Embaixadora do Reino de Marrocos, promovido pela Direção de Informação, em março, na sede da Lusa;
- Encontro de trabalho entre o Diretor Internacional de Marketing e Vendas da agência noticiosa alemã DPA e Presidente do Conselho de Administração, em março, na sede da Lusa;
- Participação na Conferência Parlamentar "Modelo de Agência Noticiosa e Informativa de Interesse Público - o caso da Agência Lusa", em março, na Assembleia da República;
- Participação da Presidente do Conselho de Administração, como oradora, no Fórum económico Sino-Português "Um cinturão, uma estrada" 2017 e na cerimónia de inauguração do Canal Português Haiwainet do Diário do Povo da China em Portugal, em maio;
- Visita de uma Delegação do Diário do Povo da China em Portugal, realizada em maio, à sede da Lusa;
- Assinatura de um Memorando de Entendimento de Cooperação entre a agência noticiosa russa TASS e a Lusa, em maio, durante a conferência da EANA em Aya Napa, Chipre;
- Encontro de trabalho entre o Secretário de Medios Públicos da Argentina e a Presidente do Conselho de Administração, em junho, na sede da Lusa;
- Visita à Lusa de uma Delegação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, em julho;
- Visita de uma Delegação do Diário do Povo da China, chefiada pelo Vice-Presidente daquele jornal chinês, em julho;
- Encontro de trabalho entre o Delegado da Agência Xinhua em Lisboa e a Presidente do Conselho de Administração, em agosto, na sede da Lusa;
- Assinatura de um Protocolo de Colaboração entre a Fundação AEP e a Lusa, no âmbito do projeto "Empreender 2020 - O Regresso de uma Geração Preparada" promovido por aquela Fundação, em setembro, na sede da Lusa;
- Visita à Lusa de uma Delegação da Agência Xinhua, no âmbito da iniciativa *Belt & Road*, em setembro;

- Participação da Lusa, representada pela Diretora Adjunta de Informação, no Fórum *Media Cooperation on Belt&Road*, em Dunhuang, em setembro, a convite do jornal chinês *People's Daily*;
- Encontro de trabalho entre a Presidente do Conselho de Administração e o Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em outubro, na delegação daquela Associação em Lisboa;
- Visita de trabalho de uma Delegação da agência de notícias húngara MTI e reuniões setoriais com os Diretores da Lusa, em novembro;
- Assinatura de um Protocolo de Colaboração com o CEJ – Centro de Estudos Judiciários, no âmbito da organização de ações de formação na área da Justiça, em novembro, na sede da Lusa;
- Cerimónia pública de assinatura do Acordo de Adesão com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, em dezembro;
- No seguimento da parceria, promovida pelas direções Editorial e Comercial e Marketing, com consórcio de media europeus para apresentação de propostas de trabalhos jornalísticos à DG Agricultura, da Comissão Europeia, a Lusa constituiu parte de uma proposta vencedora, na qualidade de Contractor, cujo objetivo é a divulgação da PAC – Política Agrícola Comum aos meios de comunicação social e público em geral;
- Promoção do “Dia da Europa” através de um encontro, no Auditório da Agência Lusa, que contou com a presença da Dra. Sofia Colares Alves, chefe da representação da Comissão Europeia em Lisboa;
- Participação da Lusa nas iniciativas do Compromisso de Pagamento Pontual a fornecedores, cuja adesão foi efetuada em 2016.

Grandes eventos

O ano de 2017 foi marcado pela existência de grandes acontecimentos, nacionais e internacionais, que exigiram da Lusa a alocação de especial de recursos, humanos e/ou financeiros. Entre eles, especial destaque para:

- Visita Papal em maio, por ocasião do Centenário das Aparições de Fátima;
- Taça das Confederações, evento futebolístico que teve lugar na Rússia, abarcando os meses de maio e junho;
- A Volta a Portugal em bicicleta 2017;
- As eleições presidenciais angolanas de 2017;
- As eleições autárquicas nacionais em outubro 2017;
- Visita oficial dos Reis da Holanda a Portugal, em outubro;
- Participação da Lusa no Web Summit, como Media Partner, pelo segundo ano consecutivo, na qual teve igualmente presença institucional com um stand, destinado a promover o lançamento do Novo Portal Lusa.

Distinções

- Prémio atribuído à Lusa, pelos serviços de informação prestados, pela Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes (AETUR), no âmbito da comemoração dos 15 anos desta instituição;
- Atribuição à Lusa da Medalha Honorífica de Vila Nova de Gaia, no âmbito das comemorações dos 32 anos da elevação de Vila Nova de Gaia a Cidade;

- Atribuição do Prémio da AMAN de melhor notícia do ano de 2016 a Fabíola Ortiz, correspondente da Lusa no Rio de Janeiro, no âmbito do concurso anual de melhor notícia e melhor fotografia do ano promovido pela Aliança, que foi entregue durante a Assembleia Geral realizada em julho, em Agadir.

Patrocínios

A Lusa patrocinou o Prémio de fotojornalismo “Estação Imagem”, nas categorias Notícias e Fotografia do Ano, e o Prémio “Barão da Cunha” promovido pelo Aero Club de Portugal.

Responsabilidade Social

Durante 2017, a Lusa continuou a apoiar a Associação CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS e da divulgação dos projetos e atividades daquela associação.

Em fevereiro, a Lusa aliou-se às iniciativas de colheita de sangue e registo de dadores de medula óssea, promovendo as mesmas junto dos seus trabalhadores. A ação não chegou a decorrer uma vez que não foram reunidas as condições mínimas para que uma carrinha do CEDACE se deslocasse à Lusa, nas suas instalações no Porto e em Lisboa. Tal deveu-se a uma população muito elevada já devidamente registada como Dadora de Sangue e/ou Medula Óssea.

Em junho, a Lusa organizou, junto dos seus trabalhadores em Lisboa e Porto, uma recolha de donativos destinados às vítimas dos Incêndios de Pedrógão Grande, entregues a Instituições de solidariedade social em dois momentos – julho e outubro.

▪ Editorial

O ano de 2017 ficou marcado, (também) a nível editorial, pela execução do chamado «Projeto Google», a criação do Portal Digital de Informação em Língua Portuguesa», o novo «sítio» digital da Lusa (lusa.pt) para prestar informação a clientes da agência e público em geral (em cumprimento da obrigação assumida com o Estado de «disponibilizar na internet um serviço noticioso de acesso livre em língua portuguesa e, quando o teor das notícias o justifique, em língua inglesa»). Mais do que criar um site adequado às necessidades do nosso tempo, foi criada a ferramenta que torna possível desenvolver uma estratégia editorial adequada aos desafios do mundo digital, em harmonia com os objetivos assumidos pela empresa. Um esforço que se traduziu, de forma particular e em colaboração com as restantes áreas da agência, na execução dos múltiplos requisitos desenhados para este portal cofinanciado pelo DNI - Digital News Initiative (programa e fundo financeiro, de um consórcio participado por vários grandes grupos europeus de media e liderado pela Google, que tem por objetivo promover a inovação nos meios de comunicação social da Europa).

Este projeto irá permitir à Lusa recuperar do atraso tecnológico em que se encontrava a sua plataforma de produção e distribuição de notícias, diversificar e aumentar o valor dos serviços que oferece, alargar o leque dos utilizadores, em Portugal e no estrangeiro, da informação que produz, aumentar a sua relevância no espaço da lusofonia e reforçar o peso da língua portuguesa e a visibilidade e influência da comunidade lusófona no mundo.

Assim, o novo site começa por respeitar um dos objetivos determinantes para o seu lançamento, o de servir de grande montra da produção da Lusa, quer para os atuais e potenciais clientes quer para o público em geral. Uns e outros, com diferentes graus de acesso à informação, podem aceder a lusa.pt e ficar com uma ideia muito precisa da globalidade da produção diária de notícias da agência, nos seus vários formatos (texto, fotografia, som e vídeo).

Uma montra dividida pelas grandes áreas do noticiário nacional, internacional, desportivo, económico e cultural, que mostra também, com «secções» autonomizadas, a produção diária de informação sobre os países e territórios lusófonos e de notícias em língua inglesa, além de ser a porta única de entrada para a zona reservada aos clientes dos serviços tradicionais da Lusa e para os novos microsites da agência.

Assim, integrada no novo site, foi também lançada a Carta de Portugal, um microsite georreferenciado que agrega noticiário, agenda de eventos e informação de utilidade pública, institucional e cultural sobre todas as regiões do País. E foram ainda criados outros dois microsites com novos serviços editoriais, no âmbito da informação económica, que «revolucionam» o leque de serviços noticiosos da Lusa: a «Agenda Financeira», que oferece uma possibilidade de antecipação e planeamento de toda a informação de agenda (o que se sabe que vai acontecer e é importante conhecer) pertinente para a gestão empresarial; e o Info3E – Informação Económica e Estratégica Empresarial, serviço web centrado na produção de informação económica setorial, construído e distribuído tematicamente em função dos interesses específicos dos clientes da Lusa. Serviço de alto valor acrescentado, o Info3E engloba a «Agenda Financeira» e oferece ainda notícias, estatísticas e produção especializada de informação de natureza económica e financeira sobre os países da União Europeia e do G7.

Em 2017 deram-se passos decisivos na reorganização das editorias, com renovação da generalidade das equipas de editores e a autonomização da secção de Cultura, que foi destacada da Sociedade – decisão que traduz não apenas o reconhecimento da importância da área no contexto da oferta noticiosa da agência, mas também o papel que pode desempenhar na consolidação da Lusa como grande agência do espaço lusófono. Um processo que não se conseguiu concluir, já que se entra em 2018 sem que as equipas estejam refeitas com o número de elementos mínimo para o seu regular funcionamento.

Foram nomeados novos delegados para os Açores, Guiné-Bissau, Macau e Moçambique e foram criadas três equipas de jornalistas, com recurso a financiamento a fundo perdido do DNI, para darem corpo às três novas «peças» trazidas pelo Projeto Google (Carta de Portugal, Agenda Financeira e Info3E).

Foi realizado um teste piloto de aumento da produção de notícias em Inglês, tendo em vista o reforço da informação da Lusa na comunidade internacional, através das agências de notícias internacionais ou diretamente nos órgãos de comunicação social de outros países, incluindo agências nacionais. Perante a globalização que vivemos e a escassez de informação de algumas regiões geográficas onde a Lusa está presente, nomeadamente nos países de língua oficial portuguesa, a informação rigorosa da agência portuguesa é uma mais-valia, não só para os operadores destes mercados como para mercados terceiros.

A cobertura dos grandes incêndios de 2017 foi a maior e mais importante operação noticiosa realizada pela Lusa no ano em análise. Mobilizou muitos recursos de todo o País e de várias áreas da estrutura editorial, mas com grande destaque para os jornalistas da Região Centro, 24 horas por dia, durante as alturas mais críticas das duas grandes vagas de incêndios. E exigiu também – continua ainda a exigir – um grande esforço para acompanhar toda a informação subsequente, sobre a reconstrução e apoio a vítimas.

As comemorações do centenário das aparições de Fátima e a peregrinação do papa, a segunda edição da Web Summit Lisboa, a Taça das Confederações, na Rússia, e as eleições presidenciais angolanas foram outros eventos que merecem ser destacados em 2017, pelo esforço financeiro ou de meios humanos que exigiram da agência.

A a cobertura das eleições autárquicas merece especial referência, pois mobilizou muitos recursos do quadro e da rede nacional de correspondentes. Para estas eleições, a agência criou ainda um microsite onde se podiam consultar não apenas os resultados eleitorais, mas também o retrato dos 308 concelhos e de todos os candidatos envolvidos na corrida eleitoral.

Ao mesmo tempo que foi nomeada uma comissão para a revisão do Livro de Estilo e do Prontuário da Lusa, que já iniciou os seus trabalhos, foram também preparadas as grandes linhas que deverão presidir à criação de um prontuário sonoro, projeto a desenvolver em parceria com o Ciberdúvidas, entidade especializada na matéria. Conjunto de ferramentas que servirão para a melhoria do serviço prestado aos clientes – num trabalho contínuo de correção de erros e fixação de regras linguísticas e de estilo jornalístico - como também, acredita-se, para ajudar jornalistas de muitas outras redações nacionais e do espaço lusófono, além do público em geral.

Neste campo da harmonização de procedimentos e de regras, a Direção de Informação criou um “Guião rápido de edição” para apoio aos editores que iniciaram funções em janeiro, estabeleceu novos modelos de correção de erros na linha, para acompanhar a evolução na distribuição de serviços, e reforçou os procedimentos para a divulgação diária de vídeos, agora às 5:00 e às 09:00, para aumentar a sua visibilidade e utilização pelos clientes.

A preocupação com o desenvolvimento na área digital e multimédia foi uma constante em 2017, e traduziu-se, sobretudo, na formação de produção vídeo, dirigida a jornalistas da sede e das redes nacional e internacional, e no reforço da capacidade de produção de vídeo HD, em termos globais, e de produção vídeo com qualidade broadcast nos principais países lusófonos. Assim, foi realizada a primeira ação de formação em Narrativa Audiovisual (13 jornalistas da sede e da rede nacional e um jornalista da Delegação da Guiné-Bissau), efetuada com protocolo com o Cenjor, e duas ações específicas de formação realizadas por jornalistas da Lusa a dois colegas das delegações de Angola e de Moçambique. Deram-se assim passos importantes para que a Lusa aumente de forma sustentada a sua oferta de vídeo, em quantidade e em qualidade, quer para sites quer para televisão, e não só no espaço português, mas também noutras geografias da lusofonia, criando uma oferta de serviço interessante para os seus clientes. Um caminho que já começou a dar resultados, como mostram as estatísticas.

O ano de 2017 fica marcado, aliás, por uma grande aposta na área da formação, tendo a Direção de Informação, que integra a esmagadora maioria dos recursos humanos da Lusa, sido mandatada pela Administração para desenhar e executar o plano global de formação da

agência, de forma concertada com os restantes departamentos. Já com um coordenador responsável por esta área, recrutado entre o quadro de jornalistas, a Lusa deu 5.249 horas de formação aos seus trabalhadores, 4.347 das quais em formação certificada. Tal correspondeu a 22 ações de formação, únicas ou continuadas, 14 delas certificadas, que incidiram sobre um conjunto muito diversificado de matérias essenciais ao desempenho dos seus trabalhadores, como, por exemplo, edição e tratamento de imagem, narrativa audiovisual, gestão de redes sociais, proteção de dados pessoais, Justiça, Poder Local, Europa, o pensamento filosófico do papa Francisco, transparência fiscal, gestão de tesouraria, contratação pública, técnica de vendas, liderança e inglês.

Já no âmbito da formação curricular, resultante de protocolos com escolas de jornalismo, a Lusa ofereceu 29 estágios na agência, divididos por três rondas. Os estágios, que incluem formação teórica e prática ministrada e acompanhada por jornalistas da Lusa, foram considerados pelos formandos, em inquérito anónimo, como «extremamente úteis» (73% das respostas) e de «muito boa» qualidade (73%), com formadores «excelentes» (69%). Desta forma, consideraram que o estágio na Lusa «aumentou muito» (65%) ou «imenso» (23%) a sua capacitação técnica e profissional e que os seus objetivos, quando vieram estagiar para a Lusa, foram «todos» (54%) ou em «grande parte» (46%) atingidos.

Por outro lado, em resultado da colaboração da Lusa com as universidades, foi concluída a primeira edição da pós-graduação em Jornalismo Regional Lusa/UTAD (com 11 jornalistas da agência envolvidos como docentes) e a quarta edição da pós-graduação em Jornalismo Especializado Lusa/UFP (nove jornalistas como docentes).

No campo da internacionalização e do desenvolvimento tecnológico da produção noticiosa, e também no esforço de abertura e estabelecimento de parcerias com atores de outras áreas do conhecimento técnico e científico, a Lusa apresentou duas novas candidaturas ao Google, uma com a startup OKO, da Universidade do Porto, e outra com a MIL, empresa associada da UPTec (polo tecnológico da Universidade do Porto). Dois projetos que não ultrapassaram a fase final dos concursos, mas que contribuíram para que a agência continue a ganhar experiência e ligações no mundo da investigação e do desenvolvimento tecnológico. Já com a Priberam, ao mesmo tempo que se discutiram possibilidades de cooperação no futuro, foi realizado em dezembro o projeto «O ano em palavras», sítio criado na internet que mostra o conjunto dos vocábulos mais procurados pelos portugueses nos dicionários digitais da Priberam, as notícias (produzidas pela Lusa) que deram origem a essas pesquisas e as fotografias, também da agência, que ilustram os assuntos em questão.

Este caminho, de procura de parceiros de outras áreas de atividade, é hoje mais que nunca fundamental, não só para a permanente atualização da agência e dos seus recursos humanos em termos técnicos e tecnológicos, como também para a criação de um espírito de inovação na agência e para a procura de fontes alternativas de financiamento para projetos próprios ou partilhados com terceiros.

O ano de 2018 arranca já, aliás, com a entrada em funcionamento dos testes, em Redação, de um projeto-piloto no âmbito da tradução, transcrição e produção automática de notícias, que começou a ser desenhado em outubro de 2017. E estão também em fase de constituição dois novos consórcios coliderados pela Lusa, em parceria com entidades nacionais e estrangeiras, quer para concorrer ao fundo DNI quer ao H2020.

Mas a realização de parcerias internacionais esteve também presente no campo da produção puramente editorial. Assim, no âmbito de um grande consórcio europeu, que integrou diferentes meios de comunicação – jornais, rádios, sites e agências – de diversos países, a Lusa produziu peças jornalísticas, em vários suportes, para o projeto «Agri», sobre a Política Agrícola Comum. As notícias feitas pela Lusa foram disponibilizadas num leque vasto de países europeus, ao mesmo tempo que a Lusa recebeu inúmeros trabalhos jornalísticos realizados pelos seus parceiros de projeto. Já a primeira edição do «Global Spotlight», coordenada pela Minds International, rede que junta as grandes agências de notícias do mundo, foi dedicada às migrações. Também aqui, a Lusa participou no desenho editorial do projeto e «trocou» textos com os seus parceiros sobre esta temática, uma das mais preocupantes do mundo de hoje. A segunda edição desta iniciativa à escala global vai acontecer em 2018, desta vez dedicada ao problema da alimentação no futuro.

Já em matéria de cooperação na área das agências de notícias, destaque para a realização de vários encontros de trabalho da Direção de Informação da Lusa com quadros da Inforpress (Cabo Verde), Angop (Angola) e AIM (Moçambique), interessados em apoio à reestruturação das respetivas agências e em prestação de formação profissional, além de um encontro com um representante do Governo da Guiné-Bissau, para averiguar a possibilidade de apoio da Lusa ao desenvolvimento de recursos humanos e de tecnologias na agência de notícias, na rádio e na televisão públicas. Fora do espaço da lusofonia, foram feitas reuniões de trabalho com equipas da agência húngara de notícias, que visitou a Lusa, e da EFE.

Outras atividades da Direção Editorial:

- » Reuniões da equipa editorial (diretores e editores) da Lusa com equipas editoriais de vários órgãos de comunicação social, processo que continuará a ser desenvolvido de forma regular ao longo de 2018 com o objetivo de acompanhar a evolução das necessidades editoriais dos nossos clientes;
- » Participação em encontros da Aman – Associação das Agências do Mediterrâneo, no âmbito da qual a Lusa recebeu o 1.º prémio de notícias, e da EANA – Associação Europeia de Agências de Notícias; e no debate O Futuro da Cooperação Internacional entre Media, no 2017 Media Cooperation Forum on Belt & Road, do People's Daily;
- » Reuniões de trabalho com a ANMP, API – Associação Portuguesa de Imprensa, Gabinete de Promoção do Programa-Quadro H2020, Representação da Comissão Europeia em Portugal, comissário europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, Agência Portuguesa do Ambiente e Euronex;
- » Participação, a vários níveis, no Empreender 2020, projeto dirigido aos jovens emigrantes portugueses, apoiado pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e coordenado pela Fundação AEP, com quem a Lusa assinou protocolo de parceria;
- » Encontro com representantes do Grupo Parlamentar do PCP, no âmbito de uma visita à Lusa;
- » Participação de vários membros da área editorial, como moderadores ou oradores, em debates e seminários;

in JSL A
AFL

» Encontros de trabalho com os embaixadores da Áustria, Dinamarca, Alemanha e Marrocos.

▪ Produção

Além da atividade regular da agência, de cobertura noticiosa permanente da atualidade nacional e internacional, acontecimentos especiais como os grandes incêndios, a visita do papa e o centenário de Fátima, a segunda edição da Web Summit Lisboa e as eleições autárquicas nacionais e presidenciais em Angola foram eventos que mobilizaram um grande número de meios e contribuíram para níveis elevados de produção noticiosa. Assim, a produção editorial da Lusa em 2017 ultrapassou os 235 mil conteúdos únicos (contra 222,8 mil e 227,8 mil em 2015 e 2016, respetivamente), como se pode ver no quadro seguinte, o que se traduz numa média diária de 646 conteúdos únicos (contra 610 em 2015 e 622 em 2016).

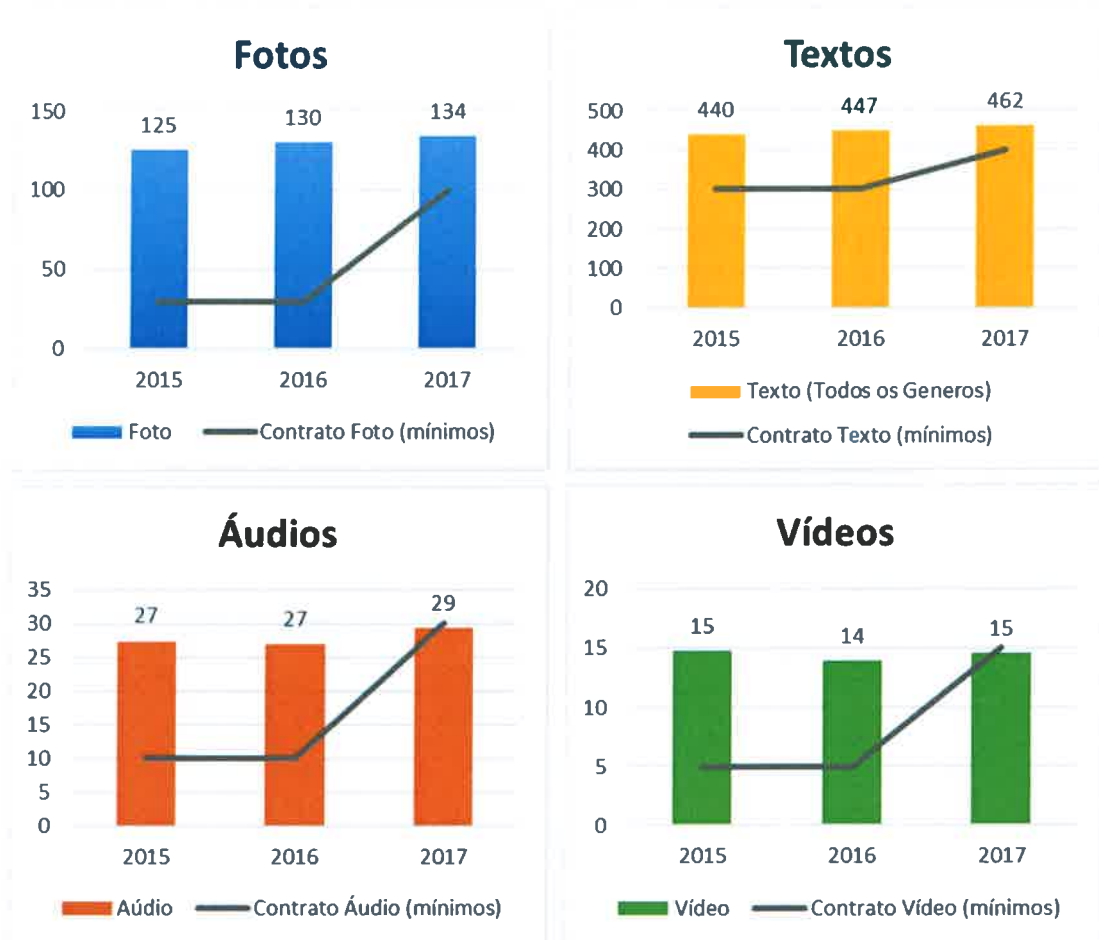
Tipo de Conteúdo	2015	2016	2017
Foto	45.655	47.567	48.876
Áudio	10.014	9.881	10.748
Misto	1.288	1.516	1.629
Texto (Todos os Géneros)	160.468	163.764	168.524
Vídeo	5.374	5.093	5.314
Total	222.799	227.821	235.091

Em 2017, a Lusa aumentou o número de notícias produzidas (texto, foto, áudio e vídeo) pelo segundo ano consecutivo, consolidando desta forma a inversão de tendência iniciada em 2016. Fotografia e notícias em texto, que representam mais de metade da produção, tinham sido os motores da recuperação em 2016, ano em que, contudo, se registaram ainda ligeiros decréscimos ao nível da produção de vídeos e áudios. Mas, tal como previsto, em 2017 já foi possível crescer e cumprir nos diferentes tipos de conteúdo (ver quadro seguinte).

Tipo de Conteúdo	Média Diária			Contrato Serviço Público	
	2015	2016	2017	2015/ 2016	2017
Foto	125	130	134	30 a 50	100 a 150
Áudio	27	27	29	10 a 20	30 a 45
Texto (Todos os Géneros)	440	447	462	300 a 400	400 a 500
Vídeo	15	14	15	5 a 10	15 a 30

Como se pode verificar na quadro anterior e também nos gráficos seguintes, a agência cumpriu os objetivos de serviço público que lhe foram atribuídos pelo contrato com o Estado, relativamente à produção de conteúdos de texto, foto e vídeo, tendo ficado abaixo, apenas no conteúdo áudio (-1 média diária).

Média Diária de Produção



O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da agência em 2017*, segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunications Council).

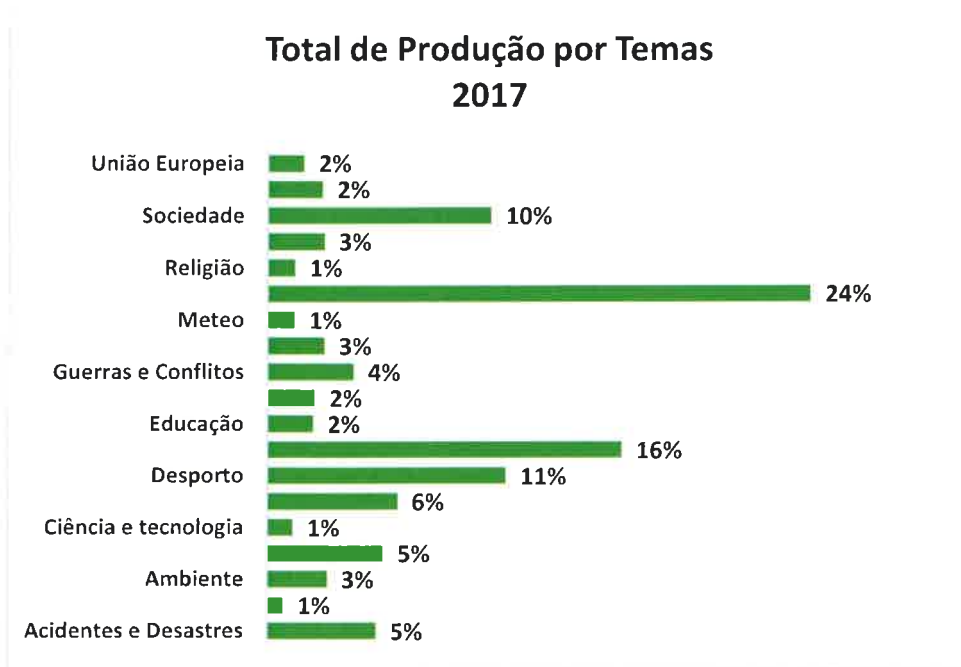
Temas	Foto	Áudio	Story	Texto	Vídeo	Total	%
Acidentes e Desastres	3.746	1.037	97	16.216	315	21.411	5%
Agenda	366	4	NULL	2.716	1	3.087	1%
Ambiente	968	862	35	9.684	207	11.756	3%
Artes, Cultura e Entretenimento	5.722	1.093	332	15.234	481	22.862	5%
Ciência e tecnologia	720	255	13	3.845	86	4.919	1%
Crime, lei e justiça	1.211	858	17	23.322	297	25.705	6%
Desporto	14.073	1.051	408	30.379	1.242	47.153	11%
Economia, Negócios e Finanças	7.332	3.751	85	56.719	2.191	70.078	16%
Educação	944	536	9	7.272	164	8.925	2%
Estilo de Vida e Lazer	2.531	328	15	6.322	119	9.315	2%
Guerras e Conflitos	1.164	355	70	15.093	281	16.963	4%
Interesse humano	3.293	403	54	7.217	190	11.157	3%
Meteo	636	233	57	4.300	53	5.279	1%
Política	19.220	7.316	208	78.743	1.872	107.359	24%
Religião	1.334	205	114	3.494	135	5.282	1%
Saúde	927	781	19	9.183	210	11.120	3%
Sociedade	2.263	2.608	118	38.293	871	44.153	10%
Trabalho	1.249	855	10	8.298	282	10.694	2%
União Europeia	344	541	NULL	5.983	162	7.030	2%
Total	68.043	23.072	1.661	342.313	9.159	444.248	

* Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de trabalhos distribuídos ultrapassa os números de produção.

No conjunto dos conteúdos distribuídos pela Lusa destacam-se, como é possível verificar nos quadros anterior e seguinte, os textos que abordam temas de natureza política nacional e

Handwritten notes and signatures:
 17 JSC
 F. Ch
 [Signature]

internacional, com 24% (a mesma percentagem que em 2016), Economia, 16% (17% em 2016), Desporto, 11% (13% em 2016) e Sociedade, 10% (10% em 2016). Um resultado que reflete, mais uma vez, o peso que estas áreas têm no fio noticioso da Lusa e a importância que os clientes e a comunidade atribuem a estes temas. O forte aumento na rubrica «acidentes e desastres», de 11.603 para 21.411, é um reflexo evidente do grande esforço de cobertura dos incêndios de 2017. Apesar de muito longe deste patamar de crescimento, merece também destaque o aumento do noticiário sobre «ambiente», que passa das 8.283 notícias, em 2016, para as 11.756, e sobre «política», de 102 mil para 107,3 mil.



O mapa seguinte mostra graficamente a produção de conteúdos por País. O volume de informação nacional destaca-se claramente no retrato global. Mas o conjunto de conteúdos sobre países da lusofonia, assim como sobre as geografias que mais se relacionam com eles, acabam também por ter um peso muito significativo na produção da Lusa.



Handwritten notes and signatures:
 in JSL
 JSL
 JSL

▪ Atividade comercial

2017 foi um ano particularmente difícil para as receitas próprias da Lusa, confirmando uma tendência que se regista desde 2015, e colocando os valores totais de receitas próprias em consonância com as receitas de 2013. Verificou-se uma queda estrutural e generalizada na quase totalidade dos segmentos de mercado - o nosso mercado natural, a Comunicação Social, apresentou um maior dinamismo este ano, com o lançamento de projetos online que, lamentavelmente, acabaram por encerrar ou reduzir a sua contratação com a Lusa. Continuamos igualmente a registar uma pressão de renegociação em baixa dos contratos existentes, uma vez que os Clientes estão também eles sujeitos a pressões de otimização e racionalização orçamental. A transição para o digital tem sido também um fator de redução de receita, uma vez que este tipo de meio gera receitas menores, fruto de um modelo de negócio com margens menores. A acrescer aos factos agora enunciados, o lançamento tardio de novos produtos e serviços informativos, essenciais para a diversificação do portfolio de serviços e obtenção de receitas adicionais, veio atrasar o esforço comercial de aquisição de novos Clientes.

A Lusa segmenta a sua atividade comercial nas seguintes áreas de negócio:

- a) Grandes Órgãos de Comunicação Social
- b) Pequenos Órgãos de Comunicação Social
- c) Empresas
- d) Institucional
- e) Grande Público
- f) Mercado Externo

Durante o exercício de 2017, a Lusa gerou receitas próprias totais no valor de €3.674.853 correspondendo a um decréscimo de 4,7% face ao período homólogo.

O Mercado Nacional contribuiu com 84,34% das receitas próprias, percentagem que poderemos considerar inalterada face aos 84,50% do ano anterior. Com exceção dos Pequenos Órgãos de Comunicação Social, que apresentaram um aumento de 8,4% face a 2016, verificou-se uma diminuição generalizada das receitas próprias em todos os segmentos de mercado:

- Grandes Órgãos de Comunicação Social: - 4,7%
- Empresas: - 14,2%
- Institucional: - 4,6%
- Outros: - 84,8%
- Mercado Externo: - 3,8%

(Valores em Euros)

ÁREAS DE NEGÓCIOS	2016	2017	Variação 2017/2016	
			Valor	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	2.166.921	2.065.923	-100.998	-4,7%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	258.196	279.898	21.702	8,4%
EMPRESAS	432.150	370.629	-61.521	-14,2%
INSTITUCIONAL	401.426	382.897	-18.529	-4,6%
GRANDE PÚBLICO	0	0	n.a.	n.a.
OUTROS	866	132	-734	-84,8%
MERCADO EXTERNO	597.816	575.373	-22.442	-3,8%
TOTAL	3.857.375	3.674.853	-182.523	-4,7%

O decréscimo de receitas próprias nos Grandes Órgãos de Comunicação Social deveu-se equitativamente a renegociações em baixa de contratos existentes e a rescisões de Clientes, estes últimos contribuindo com aproximadamente 50% do decréscimo de receitas próprias (i.e. €50.065).

Em 2016, o segmento Empresas foi beneficiado por receitas provenientes da Conferência “Portugal entre o rigor e a audácia”; em 2017, este segmento não beneficiou desse tipo de receitas adicionais, provenientes de patrocínios, uma vez que não foi aprovado pela tutela o projeto para a comemoração dos “30 anos Lusa”, que previa receitas na ordem dos € 32.500. Este segmento sofreu igualmente rescisões que totalizam um impacto anual de €12.284, num decréscimo global de 14,2% face ao ano anterior.

Muito afetado foi também o segmento Institucionais, que sofreu rescisões no valor de €39.056, provenientes de clientes do Estado (ministérios), uma vez que se encontra em processo de adjudicação, desde 2016, a contratação de serviços a serem prestados aos ministérios. Com a mesma tendência esteve o Mercado Externo, cujas rescisões, provenientes maioritariamente de Macau, tiveram um impacto negativo de 3,75%, apesar de ser uma percentagem muito inferior à que se verificou no ano anterior (15,4%).

Também na faturação avulsa foi sentida uma quebra nas vendas, caindo estas para cerca de metade do ano de 2016, num valor total de €77.884 (semelhante a 2015). Tal deve-se ao facto de o ano de 2017 ter tido menos eventos, nomeadamente desportivos, com os quais a Lusa arrecada receitas adicionais.

Estratégia, Clientes e Serviços

Tal como nos anos anteriores, durante 2017 a atividade comercial da Lusa baseou-se nas seguintes premissas:

- Fidelização dos atuais Clientes e esforço de aumento de receita nos mesmos;
- Angariação de novos Clientes, em especial em novos mercados, tanto geográficos como de segmento.

Campanhas

Em termos de atividade comercial, 2017 pautou-se pela manutenção Campanhas Temáticas como estratégia de angariação de receita adicional, pese embora ter sido um ano mais fraco em eventos mediáticos por potencial de receita, em especial devido a não ser ano de grandes competições desportivas.

Relativamente a Campanhas Temáticas, destacamos:

- Pacote Autarquias: continuação do esforço de aquisição de Clientes Municipais, através de uma oferta especialmente desenhada para a informação local e destinada ao executivo camarário;
- Campanha Taça das Confederações e Campanha da Volta a Portugal 2017: campanhas temáticas desportivas, com cobertura especial de fotografia, destinadas a websites desportivos e meios de comunicação social generalistas;
- Campanha Escolas do Ensino Superior: pacote de serviços especial, destinado às escolas superiores;
- Pacote Especial Eleições Autárquicas, destinado às autarquias e aos partidos políticos
- Pacote de Fim De Ano 2017: pacote especial de fotografia de 2017 (As 100 Fotos do Ano), assim como compilação das Efemérides de 2017 e 2018.

Este ano foi igualmente marcado pelo lançamento de serviços especiais da Lusa – Reportagens, junto do mercado internacional, com peças em texto e vídeo, em Inglês. Adicionalmente, manteve-se o esforço de angariação de novos Clientes não pertencentes aos meios de comunicação social, nomeadamente Ordens Profissionais, Consultoras, Agências de Comunicação, Autarquias, Consulados e Embaixadas da Lusofonia, entre muitos outros. Tal como em 2016, os resultados comerciais, embora existentes, foram discretos, sendo que o maior ganho foi ao nível da notoriedade da Lusa como fornecedora de conteúdos informativos com interesse empresarial.

Desenvolvimento de Produtos Informativos

O ano de 2017 foi marcado pelo lançamento de várias ofertas de produtos e serviços informativos.

Em outubro, a Lusa disponibilizou o novo serviço LusaPhoto 2nd Market, um serviço composto por fotografias cuja comercialização assenta num regime de compra de exclusividade dos direitos da imagem. Destinada a meios de comunicação social estrangeiros e nacionais (exceção às Agências de notícias), esta oferta foi inaugurada com fotos especiais da visita dos Reis da Holanda a Portugal.

Também em outubro, a Lusa relançou o serviço Lusa News, depois de uma requalificação do serviço durante o verão de 2017. Este serviço, com mais conteúdos e com maior consistência na oferta diária, destina-se a empresas internacionais, assim como embaixadas, consulados e demais organismos estrangeiros em Portugal que necessitem receber uma linha da atualidade de Portugal e da Lusofonia, em inglês.

Em novembro, a Lusa lançou o Novo Portal Lusa, já referido anteriormente, que foi acompanhado da implementação dos serviços desenvolvidos no âmbito do Projeto Google,

nomeadamente a Agenda Financeira, um serviço online que permite o planeamento da atividade das empresas, segundo o calendário económico-financeiro de outras empresas ou organismos, nacionais e internacionais, e o Info3E, um serviço online aglomerador de relatórios, estatísticas e comunicados, com informação macroeconómica sobre Portugal, os seus parceiros económicos, a União Europeia e os países do G7, proveniente de fontes internas e de organizações internacionais.

Os Clientes Lusa em Números

Os serviços prestados pela Lusa segmentam-se em 13 categorias:

- Alertas
- Temáticos
- Notícias de texto
- Agenda
- Fotos
- Serviços Especiais (Info3E e Agenda Financeira)
- Arquivo
- Newsletters
- Vídeo
- Títulos
- SMS
- Infografias
- Áudio

Estes serviços são subscritos pelos Clientes, também denominados Subscritores. Cada subscritor pode ter mais do que uma subscrição, isto é, pode subscrever mais do que um serviço em simultâneo.

Em 2017, a Lusa celebrou 33 novos contratos de avença com subscritores, 23 dos quais com Clientes novos, e 10 dos quais alterações a Clientes existentes.

No final de 2017, a distribuição do **Total de Subscritores** era a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017
COMUNIDADES	174	177	187
INSTITUCIONAIS	144	139	138
GRANDE PÚBLICO	6	5	4
EMPRESAS	64	74	87
GRANDES ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	140	147	144
PEQUENOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	164	178	181
TOTAL	692	720	741

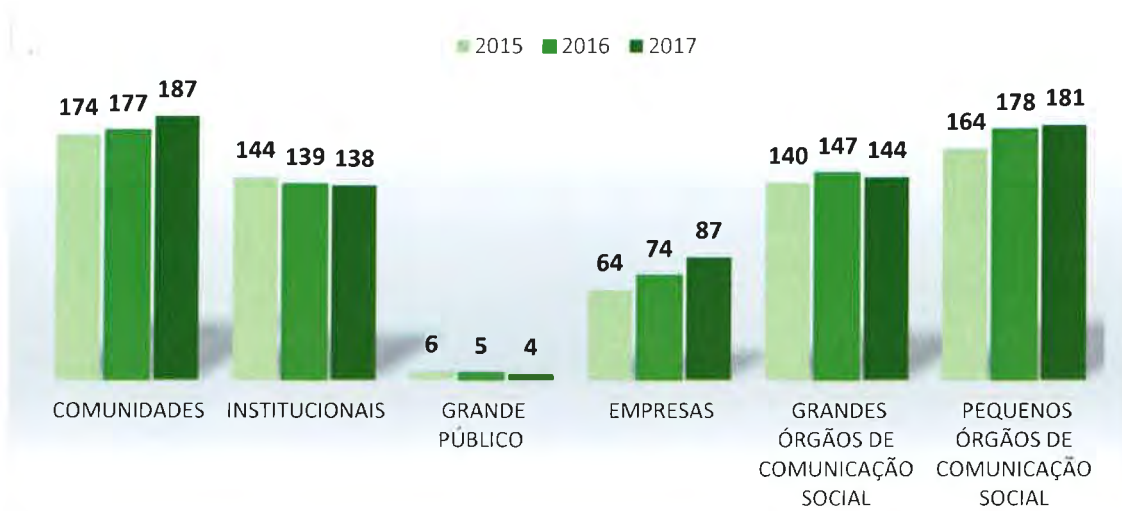
Em 2017 a Lusa teve um total de 741 subscritores, apresentando por isso um saldo positivo de 21 novos subscritores face ao ano anterior, já deduzidas as desativações de subscritores e suspensões de serviço (*churn*). Contudo o presente aumento de subscritores não se reflete de igual forma nas receitas uma vez que provêm de clientes não pagantes (Comunidades) e

pagantes, mas com valor contratual inferior (Pequenos Órgãos de Comunicação Social). Ao longo do ano a Lusa teve, em média, 82 potenciais clientes em período experimental, tendo estes um tempo médio de serviço de teste de 16 dias.

O lançamento do novo Portal Lusa permitiu introduzir uma novidade: a possibilidade de registo no portal. Assim, no final do ano a Lusa tinha 407 novos utilizadores web (utilizadores não pagantes, mas registados, que constituem uma base de Clientes potenciais, a trabalhar durante 2018).

O segmento Comunidades continua a ser o mais expressivo em número total de subscritores, com 25,2%, seguindo-se os Pequenos Órgãos de Comunicação Social com 24,4%; estes dois segmentos totalizam praticamente metade do universo de subscritores da Lusa (49,7%).

Total de Subscritores por Área de Negócio



Conforme se pode verificar no mapa seguinte, a dispersão dos subscritores da Lusa pelo mundo é muito elevada, confirmando a aproximação da agência às comunidades portuguesas. Também este ano, como nos anos anteriores, Portugal constitui o país com maior número de subscritores (452 subscritores, representando 61% do total), seguindo-se:

- Canadá: 38 subscritores, representando 5,1%
- França: 30 subscritores, representando 4%
- Estados Unidos: 26 subscritores, representando 3,5%
- Brasil: 21 subscritores, representando 2,8%

Estes cinco países representam mais de 75% do total de subscritores da Lusa.

JSL
[Handwritten signatures]

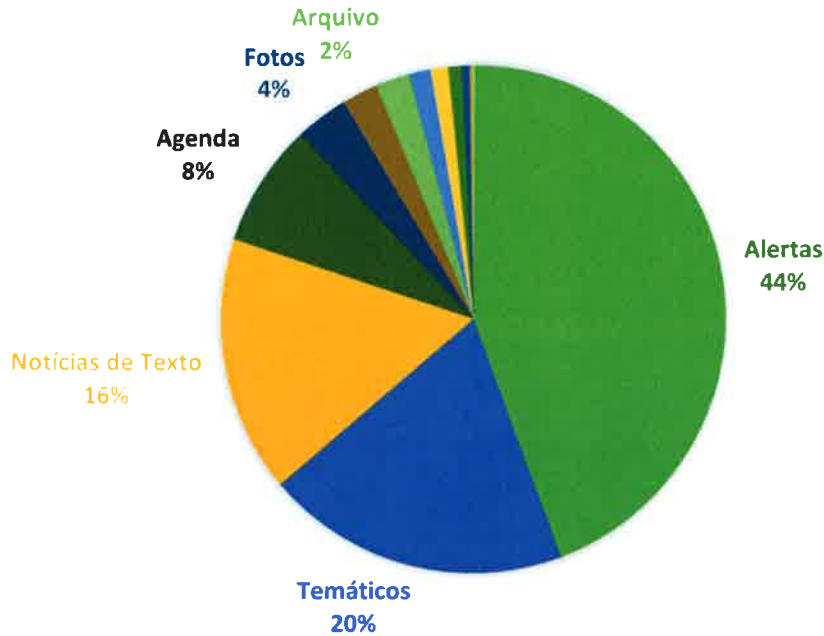


Serviços

O universo de subscritores da Lusa tem um total de 648 serviços ativos, distribuídos pelas categorias de serviço previamente elencadas, registando-se um aumento de 10,4% face ao ano anterior. As categorias com maior expressividade são, tal como nos anos anteriores, os serviços Alertas e Temáticos, que em conjunto representam aproximadamente 63,7% da totalidade dos serviços ativos.

Total de Serviços por Categoria de Serviço

Categoria	Total de Serviços
Alertas	287
Temáticos	126
Notícias de Texto	106
Agenda	51
Fotos	22
Serviços Especiais (Info3E + Agenda Financeira)	15
Arquivo	14
Newsletters	9
Vídeo	7
Títulos	6
SMS	3
Infografia	1
Audio	1
	648



Subscrições

A 31 de dezembro de 2017, os Subscritores tinham ativas 2.717 subscrições, apresentando um aumento de 16,9% face ao ano anterior. Tal como anteriormente, as categorias Notícias (43,7%), Temáticos (12,3%) e Fotos (10,9%), são as que apresentam maior expressividade na distribuição, contribuindo estas três categorias com 66,9% da totalidade das subscrições no ano.

Total de Subscrições por Categoria de Serviços

Categoria	Total de Subscrições
Notícias de Texto	1186
Fotos	334
Temáticos	298
Arquivo	192
Vídeo	187
Alertas	157
Agenda	154
Audio	101
Serviços Especiais	94
Infografia	11
SMS	3
Total	2717

▪ Comunicação e Marketing

Relativamente à área de Comunicação e Marketing, 2017 foi um ano de desenvolvimento de novas ofertas de produtos e serviços informativos, marcado indelevelmente pelo lançamento

do novo Portal Lusa, em novembro, que posicionou a Agência Lusa num registo de maior modernidade, tanto para os visitantes do site, quanto para os atuais Clientes que beneficiaram de várias alterações funcionais e de *layout* na área privada.

Adicionalmente, a Comunicação e Marketing da Lusa participou nas seguintes iniciativas:

- Reformulação do layout do Cartão de Funcionário da Agência Lusa;
- Participação, em março, e enquanto media partner, no QSP Summit (conferência que debate anualmente as questões mais relevantes e atuais nas áreas de Gestão, Tendências, Marketing e Branding, com a presença dos maiores e melhores especialistas e empresas a nível global), sob o tema “*Understanding Consumer*”;
- Em junho, promoção da iniciativa “*Global Spotlight: Migrations*” junto dos nossos clientes, através da disponibilização gratuita de conteúdos relacionados com a temática das migrações e dos refugiados;
- Participação no Festival Internacional de Cultura 2017, enquanto media partner, iniciativa que ocorreu durante o mês de setembro;
- Em novembro, e pela segunda vez consecutiva, participação no Web Summit enquanto media partner e expositor;
- Parceiro Institucional do XXIII Congresso Nacional da ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses, este ano sob o tema “Descentralizar Portugal: Poder Local”, realizado em dezembro;
- Media Partner da 1.ª Conferência do Fórum Permanente das Competências Digitais InCoDe 2030, uma iniciativa da FDC – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

▪ Inovação/modernização

Como maior agência noticiosa em língua portuguesa, com correspondentes e delegações em todos os países onde se fala o português e ainda com uma rede de jornalistas residentes nas cidades com fortes comunidades de falantes nesta língua, a Lusa procurou aproveitar e potenciar esta situação privilegiada e candidatou-se ao programa Digital News Initiative Innovation, lançado pela Google, com o projeto “Portuguese News Hub”.

Em termos estratégicos, o projeto tem como objetivo colocar a Lusa a organizar, processar e disseminar informação para e sobre o mundo lusófono através de um portal digital que comporte plataformas tecnologicamente inovadoras, passando por uma transformação fundamental: a integração de um site B2B (business-to-business) já existente, e que continuará a existir (www.lusa.pt), num portal de última geração, associado a microsites temáticos, (Carta de Portugal, Info 3E e Agenda Financeira), que divulgará e promoverá a distribuição dos serviços da agência aos 266 milhões de falantes em português nas diversas zonas do mundo.

A candidatura foi selecionada e aprovada no âmbito deste programa, tendo a Lusa dado início ao projeto “Portuguese News Hub” em outubro de 2016 e a entrada em produção de grande parte das suas funcionalidades ocorrido no início de novembro de 2017.

Este projeto marcou significativamente o trabalho desenvolvido ao longo de 2017 por várias áreas funcionais da agência – da Administração e respetivo Gabinete de apoio às Direções de Informação, Comercial e Marketing e de Suporte (Sistemas de Informação) promovendo uma

interdepartamentalidade na empresa que potenciou uma maior motivação dos trabalhadores envolvidos e um maior espírito de equipa.

No âmbito da modernização da Agência e procura de inovação, foram também desenvolvidas as seguintes ações:

- Colaboração com a OKO startup do Porto para a 3.ª vaga de financiamento da Google com o projeto Intelligent Newsroom Assistant em maio 2017;
- Em setembro, a Lusa candidatou-se à 4.ª vaga com a INESC TEC, centro de investigação em inteligência artificial do Porto, com o projeto AAIS - Autonomous Augmented Information Service.

Investimentos

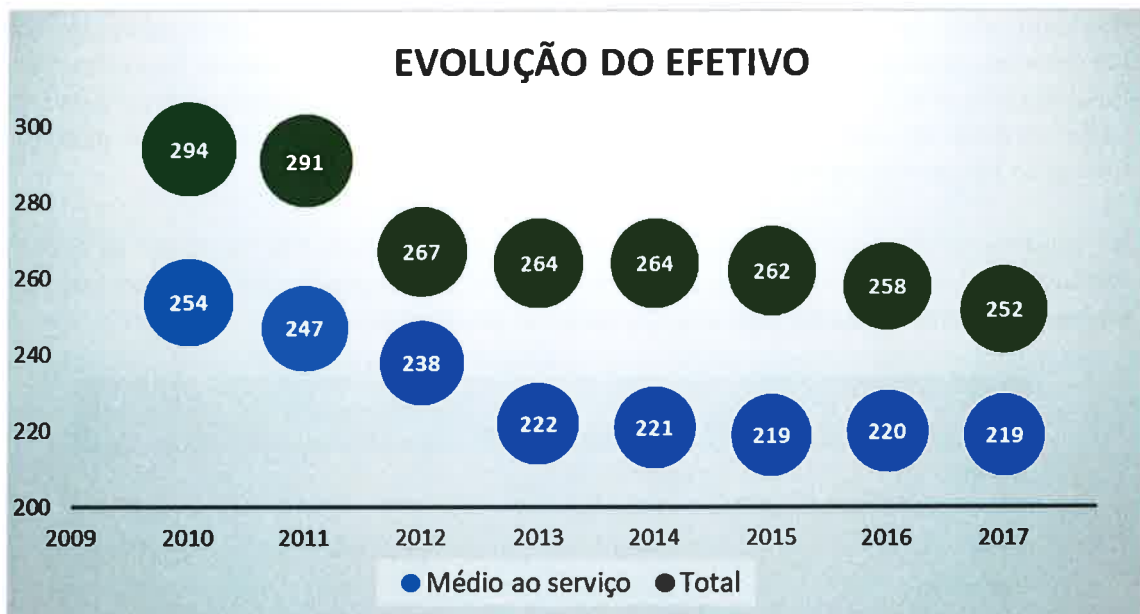
Os investimentos efetuados em 2017 ascenderam a €467 mil, representando um aumento de 47.8% face ao exercício anterior. Com exceção do projeto “Portuguese News Hub” que foi financiado pela Google em €81.822, o restante investimento foi financiado com recurso próprios. Foram realizados investimentos de substituição, racionalização e reestruturação de processos e de expansão da capacidade de produção e comercialização, aplicados sobretudo na modernização do parque informático e fotográfico, no reforço da área digital e multimédia (hardware e software). A modernização tecnológica constitui um dos pressupostos definidos contratualmente entre o Estado e a Lusa.

Foi dado início ao projeto de reabilitação do piso zero do edifício sede, desativado há vários anos, que visa implementar uma sala para refeições, uma sala de lazer e um espaço multiusos para que todos os trabalhadores possam utilizar de uma forma informal, passando a usufruir de uma área moderna e funcional. Também no mesmo espaço foi incorporada uma sala para entrevistas, por parte dos jornalistas, aos convidados da Lusa. Prevê-se a sua conclusão até ao final do 1.º trimestre de 2018. No decurso de 2017 foram realizados vários trabalhos de manutenção no edifício ao nível de pinturas interiores, reparação das acessibilidades e também foram efetuados investimentos tendo em vista a operacionalização das medidas de autoproteção da Lusa de modo a aumentar as condições de segurança no local de trabalho. De referir, também, que se deu início à substituição de mobiliário administrativo em Lisboa e no Porto, nomeadamente cadeiras, que, para além de serem antigas, estavam completamente degradadas. Por último, no final do ano iniciou-se a substituição do sistema de climatização do edifício, o qual já não suportava temperaturas baixas, implicando custos energéticos mais elevados e condições insatisfatórias de trabalho. Também no capítulo da eficiência energética todo o sistema de iluminação foi substituído por LED com o objetivo de redução do consumo energético.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2017, o total de efetivos da Agência é de 252, que compara com 258 no ano anterior.

Entre os 252 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 11 requisitados e com licenças sem retribuição, 18 em situação de pré-reforma e 3 trabalhadores de baixa de média / longa duração. O efetivo médio ao serviço foi de 219, que compara com 220 em 2016.



Do efetivo total, 19,0% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (20,2% em 2016), 18,3% trabalham na Lusa há menos de dez anos (21,3% em 2016), e 46,1% são mulheres (51,9% em 2016).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 201 elementos, correspondente a 79,8% de todos os trabalhadores, dos quais 183 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (183 em 2016), 8 estão em situação de pré-reforma e 10 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

Qualificação

No universo de 252 trabalhadores da Lusa, 52,4% têm como qualificações o nível do ensino superior, 38,1% o nível do ensino secundário, 7,5% o 3.º ciclo do ensino básico, e 2,0% distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.



Formação profissional

A formação para a Lusa faz parte integrante da sua estratégia, no sentido de dotar os trabalhadores com competências para fazer face à conjuntura atual de contínua mudança do

mercado onde se insere. Esta necessidade materializa-se, não só na atualização, como também na aquisição de novos conhecimentos e competências em todas as áreas internas da Lusa. Assim, em 2017, com a reorganização e um maior foco nesta atividade através da Escola Lusa, verificou-se, com assinalável sucesso, um relevante incremento das atividades de formação em termos de horas despendidas e áreas cobertas.

No seguimento do acima exposto foram ministradas cerca de 5.249 horas em 22 ações de formação (14 certificadas), mais 231% do que no ano transato (1.659 horas em 2016), envolvendo várias áreas da empresa. De salientar as seguintes ações:

NOME DA AÇÃO	FUNÇÃO	N.º DE PARTICIPANTES	HORAS FORMAÇÃO
Google	Jornalistas	56	112
Edição e Tratamento Imagem	Jornalistas	21	420
Inglês	Geral	49	2.292
Bloomberg	Jornalistas	46	138
Poder Local	Jonalistas	60	480
Gestão Redes Sociais	Jornalistas	11	132
Justiça	Jornalistas	40	600
Narrativa Audiovisual	Jornalistas	14	560
PorData	Jornalistas	31	62
Medidas Autoproteção	Geral	37	74
Transparência Fiscal	Jornalistas	13	33
Excel	Financeira	2	36
Proteção Dados - RGPD	Geral	20	160

Nota: Apenas ações de formação com carga horária superior a 30 horas

De realçar ainda que a Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económica financeira, que se apresenta de seguida, sintetiza os resultados alcançados pela Lusa no ano de 2017 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício em comparação com o ano de 2016.

Análise Económica e Financeira
2017

RENDIMENTOS E GANHOS	Real 2016 €	Real 2017 €	Desvio R17 vs R16 %	Desvio R17 vs R16 €
Vendas e serviços prestados:	15.313.576	15.324.420	0,1%	10.844
Contrato com o Estado	11.456.201	11.649.567	1,7%	193.366
Indemnização Compensatória	12.876.719	12.876.719	0,0%	0
Ajustamento da IC conforme n.º 5 da Cláusula 8.ª do CPSNIIP	-1.420.518	-1.227.152	-13,6%	193.366
Outras	3.857.375	3.674.853	-4,7%	-182.522
Subsídios à exploração	-	141.163	NC	NC
Reversões	1.098.724	106.411	-90,3%	-992.313
Outros rendimentos e ganhos	243.179	159.622	-34,4%	-83.557
Rendim. e ganhos operacionais	16.655.481	15.731.789	-5,5%	-923.692
Juros, divid. e out. rend. similares	13	6	-53,8%	-7
Total dos rendimentos e ganhos	16.655.494	15.731.795	-5,5%	-923.699
GASTOS E PERDAS	Real 2016 €	Real 2017 €	Desvio R17 vs R16 %	Desvio R17 vs R16 €
Custo mercad. vend. mat. cons.	-	-	-	0
Fornecimentos e serv. externos	3.817.166	3.963.964	3,8%	146.798
Custos com o pessoal	9.752.784	9.864.846	1,1%	112.062
Gastos de depreciação e amortiz.	297.130	321.967	8,4%	24.837
Perdas por imparidade:	86.446	45.389	-47,5%	-41.057
Provisões do período	197.667	355.912	80,1%	158.245
Outros gastos e perdas	175.017	137.670	-21,3%	-37.347
Gastos e perdas operacionais	14.326.310	14.689.756	2,5%	363.446
Gastos e perdas de financiamento	4.879	1.092	-77,6%	-3.787
Total dos gastos e perdas	14.331.189	14.690.848	2,5%	359.659
EBITDA	2.626.301	1.364.000	-48,1%	-1.262.301
Resultado operacional	2.329.171	1.042.033	-55,3%	-1.287.138
Resultado antes de impostos	2.324.305	1.040.947	-55,2%	-1.283.358
Imposto s/ rendimento do período	189.761	320.254	68,8%	130.493
Resultado líquido do período	2.134.544	720.693	-66,2%	-1.413.851

Rendimentos e Ganhos

O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €15,7 milhões o que traduz um decréscimo de €924 mil (-5,5%) relativamente a 2016, sobretudo pela contabilização da reversão, em 2016, de parte da provisão estimada com o processo do IVA 2001 e 2002 (processo judicial em curso), por via do benefício resultante da adesão ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), o que deu lugar a um perdão parcial de juros.

Os subsídios à exploração associados ao projeto cofinanciado da Google ascenderam a €141 mil.

As receitas próprias registaram uma diminuição na ordem de €183 mil (-4,7%), fruto da continuação da instabilidade económica do setor da comunicação social que não foi totalmente compensada pelo acréscimo de novos clientes de outros setores de atividade económica. Os principais desvios ocorreram nas áreas de negócio "Grandes Órgãos de Comunicação social" (renegociações em baixa de contratos existentes e rescisões de Clientes) e "Empresas" (por via de receitas, em 2016, da Conferência dos 30 anos Lusa).

A devolução a efetuar referente à Indemnização Compensatória é €1,2 milhões, apresentando uma diminuição de €193 mil (-13,6%) quando comparada com o valor de 2016.

RENDIMENTOS E GANHOS



Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas ascendeu a €14,7 milhões, o que reflete um acréscimo de €360 mil (+2,5%) face ao ano transato. Para esta variação contribuíram principalmente os seguintes factos:

- Aumento na rubrica de fornecimentos e serviços externos em €147 mil, resultante dos gastos com o projeto cofinanciado da Google;
- Incremento nos gastos com pessoal de €112 mil, por via do impacto das alterações legislativas introduzidas pelos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei de Orçamento do Estado para 2017);
- Decréscimo das perdas por imparidade de dívidas a receber, em €41 mil, como resultado do reforço de imparidades registado em 2016;
- Aumento de €158 mil em provisões como efeito do reforço da provisão com pré-reformas, por via do aumento da idade da reforma, e da constituição de provisões para processos em curso.

GASTOS E PERDAS



Resultados

O resultado líquido, que ascendeu a €721 mil, apresentou, face ao período homólogo, uma diminuição de €1,4 milhões (-66,2%), pelo efeito conjugado entre a diminuição verificada nos proveitos operacionais, por via da reversão, em 2016, da provisão referente ao PERES,

conforme referido anteriormente, e o aumento registado nos gastos operacionais, nomeadamente, nos fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal e provisões.

(milhares de euros)			
RESULTADOS	2017	2016	VAR.
Operacionais	1.042	2.329	-1.287
Financeiros	-1	-5	4
Antes de impostos	1.041	2.324	-1.283
Imposto sobre o rendimento do período	-320	-190	-130
Líquidos	721	2.135	-1.414

Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de €12,1 milhões, registou um aumento de €189 mil relativamente ao ano transato, efeito essencialmente das seguintes variações:

- Aumento de €134 mil verificado nos ativos fixos tangíveis por via do investimento realizado;
- Redução nos ativos por impostos diferidos em €161 mil resultante da diminuição da responsabilidade com pré-reformados;
- Diminuição da dívida do Estado, em €84 mil, por via do decréscimo do imposto a recuperar;
- Aumento nas disponibilidades em €330 mil.

O capital próprio na ordem de €3,4 milhões regista, face ao período homólogo, um acréscimo de €800 mil, por via do resultado líquido do exercício e da parte do proveito do Projeto Google que se refere a investimento, líquido das amortizações entretanto efetuadas.

No passivo, no montante de €8,7 milhões, registou-se uma diminuição de cerca de €611 mil resultante das seguintes variações:

- Diminuição das provisões em €433 mil resultante, por via da utilização de parte da provisão para responsabilidades com pré-reformados, conjugado com o reforço da mesma como consequência do aumento da idade da reforma e a constituição de provisões para processos em curso, conforme referido acima no ponto "Gastos e Perdas";
- Decréscimo de €1,3 milhões, verificado em outras tributações, como resultado das amortizações no âmbito do Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES);
- Diminuição de €148 mil nos financiamentos obtidos, por via do reembolso integral do empréstimo de médio e longo prazo contraído em 2012 e das amortizações referentes a *leasing*;
- Aumento de €1,4 milhões nas outras dívidas a pagar, fundamentalmente por via do ajustamento da IC do Contrato com o Estado.

(milhares de euros)

BALANÇO	2017	2016	VAR.
Ativo não corrente	7.250	7.263	-13
Dívidas de terceiros	947	1.039	-92
Diferimentos	201	237	-36
Caixa e depósitos bancários	3.664	3.333	330
TOTAL DO ATIVO	12.061	11.872	189
CAPITAL PRÓPRIO	3.370	2.570	800
PASSIVO:	8.691	9.302	-611
Passivo não corrente	1.985	3.448	-1.463
Dívidas a terceiros	6.678	5.747	930
Diferimentos	28	106	-78
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	12.061	11.872	189

Composição do Ativo e do Capital Próprio e Passivo

ATIVO



CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO



Principais Indicadores

<i>Indicadores económico-financeiros (Unidade: milhares de euros)</i>	2017	2016	Δ% 16 / 17
Proveitos operacionais	15.732	16.655	-6
EBITDA	1.364	2.626	-48
Resultado operacional	1.042	2.329	-55
Resultado líquido	721	2.135	-66
Resultado líquido por ação (euro)	0,34	1,00	-66
VAB	11.360	11.496	-1
Investimento	467	316	48
Margem EBITDA	9%	17%	- 8 p.p.
Margem Operacional	7%	14%	- 7 p.p.
Margem líquida	5%	13%	- 8 p.p.
VAB / Efetivo médio (euro)	51.874	52.256	-1
Ativo líquido	12.061	11.872	2
Capital próprio	3.370	2.570	31
Capital social	5.325	5.325	-
Passivo	8.691	9.302	-7
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	21%	83%	- 62 p.p.
Liquidez Geral	72%	79%	- 7 p.p.
Autonomia Financeira	28%	22%	+ 6 p.p.
Solvabilidade	39%	28%	+ 11 p.p.
Cobertura do imobilizado	74%	83%	- 9 p.p.

<i>Recursos humanos</i>	2017	2016	Δ% 16 / 17
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	252	258	-2,3
Jornalistas	183	183	-
Assessores	2	3	-33,3
Técnicos Superiores	12	13	-7,7
Assistentes Administrativos	23	23	-
Assistentes Técnicos	1	1	-
Pessoal de Apoio	2	3	-33,3
Requisitados e Licenças sem Retribuição	11	8	37,5
Pré-reformados	18	24	-25,0
Efectivo médio ao serviço	219	220	-0,5

<i>Produção de notícias</i>	2017	2016	Δ% 16 / 17
Foto	48.876	47.567	2,8
Áudio	10.748	9.881	8,8
Conteúdos mistos	1.629	1.516	7,5
Texto	168.524	163.764	2,9
Vídeo	5.314	5.093	4,3
Total	235.091	227.821	3,2

Código das sociedades comerciais – Artigo 35.º

Na decorrência da constituição da provisão com pré-reformados em 2016, que teve como base o Acordo efetuado em 2010, a Lusa ficou abrangida pelo disposto no artigo n.º 35 do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Conforme esperado, a situação foi naturalmente revertida ao longo de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa já não se encontra ao abrigo do artigo 35.º do CSC dado que o valor do capital próprio é superior a metade do capital social conforme preconizado no referido artigo.

17 JSL
[Handwritten signatures]

Proposta de aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2017, no montante de €720.693, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- Transferência de €36.035 para Reservas Legais;
- Transferência de €684.658 para a conta de Resultados Transitados.

IV. Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Euros


RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	8	1.493.641	1.493.641
Edifícios e outras construções	8	4.792.348	4.896.597
Equipamento básico	8	463.799	278.087
Equipamento de transporte	8	76.359	115.749
Equipamento administrativo	8	3.010	777
Novos projetos	8	111.788	22.364
Outros não especificados	8	776	846
Subtotal ativos fixos tangíveis		6.941.721	6.808.061
Ativos fixos tangíveis em curso	8	85.057	73.440
Outros investimentos financeiros			
EPA	9	105.000	105.000
IPPS-JUL	9	10.000	10.000
Fundo de compensação do trabalho		5.097	2.258
Subtotal outros investimentos financeiros		120.097	117.259
Ativos por impostos diferidos	6 / 11	102.795	264.074
Total do ativo não corrente			
		7.249.669	7.262.834
Ativo corrente			
Clientes			
Clientes c/c	10	686.837	721.555
Subtotal clientes		686.837	721.555
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos especiais por conta	11	46.424	30.464
Retenções efetuadas por terceiros	11	9.967	4.295
Imposto a recuperar	11	12.892	117.166
IVA	11	1.963	3.412
Subtotal Estado e outros entes públicos		71.246	155.337
Outros créditos a receber			
Fornecedores c/c	11	1.000	0
Pessoal	11	10.711	10.079
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	0	461
Outros devedores diversos	11	177.055	151.092
Subtotal outros créditos a receber		188.766	161.632
Diferimentos			
Gastos a reconhecer	11	200.898	236.947
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	3.656.531	3.325.940
Outros	4	2.072	2.380
Caixa	4	5.053	5.106
Subtotal caixa e depósitos bancários		3.663.656	3.333.425
Total do ativo corrente			
		4.811.403	4.608.896
TOTAL DO ATIVO			
		12.061.072	11.871.730

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2017	2016
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	12	5.325.000	5.325.000
Reservas			
Reservas legais	12	518.059	411.332
Resultados transitados	12	(8.513.853)	(5.549.305)
Excedentes de reval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis			
Antes de imposto sobre o rendimento	12	304.922	314.773
Impostos diferidos	12	(65.264)	(67.480)
Outras variações no capital próprio			
Subsídios ao investimento	20	79.550	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	12	1.057	1.057
Resultado líquido do período		2.649.471	435.377
		720.693	2.134.544
Total do capital próprio		3.370.163	2.569.921
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17 3	1.696.466	2.129.922
Passivos por impostos diferidos	6/11	65.264	67.480
Outras tributações	16	223.530	1.250.977
Total do passivo não corrente		1.985.259	3.448.379
Passivo corrente			
Fornecedores	15	261.550	267.948
Estado e outros entes públicos			
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	159.723	175.526
IVA	16	514.914	499.351
Contribuições para a segurança social	16	195.135	209.117
Outras tributações	16	1.027.756	1.318.947
Subtotal Estado e outros entes públicos		1.897.528	2.197.951
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	0	133.333
Locações financeiras	15	0	14.953
Subtotal financiamentos obtidos		0	148.286
Outras dívidas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	187.605	126.915
Credores por acréscimos de gastos	16	1.526.923	1.417.098
Pessoal	16	4.044	4.217
Outros credores diversos:			
Outros credores diversos	16	152.353	164.419
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme n.º5 da cláusula 8.ª CPSNIP)	16	2.647.670	1.420.518
Subtotal outras dívidas a pagar		4.518.593	3.133.168
Diferimentos			
Rendimentos a reconhecer	16	27.978	106.077
Total do passivo corrente		6.705.649	5.853.430
Total do passivo		8.690.909	9.301.809
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		12.061.072	11.871.730

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	21	12.876.719	12.876.719
Ajustamento da IC conforme n.º 5 da Cláusula 8.ª do CPSNIIP	21	(1.227.152)	(1.420.518)
Outras	21	3.674.853	3.857.375
Subtotal vendas e serviços prestados		15.324.419	15.313.576
Subsídios à exploração	20/22	141.163	0
Fornecimentos e serviços externos	23	(3.963.965)	(3.817.166)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(133.800)	(124.042)
Remunerações do pessoal	24	(7.705.970)	(7.485.170)
Encargos sociais e outros	24	(2.025.076)	(2.143.572)
Subtotal gastos com o pessoal		(9.864.846)	(9.752.784)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1/22	35.122	(27.574)
Outros devedores	17.1/22	3.478	(4.357)
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		38.601	(31.931)
Provisões (aumentos/reduções)	17.3/22	(333.491)	846.542
Aumentos/reduções de justo valor	22	166	(98)
Outros rendimentos			
Rendimentos suplementares	22	14.099	14.958
Rendimentos em investimentos não financeiros			
Alienações	22	179	7.852
Sinistros	22	2.064	0
Outros			
Descontos	22	4.097	10.583
Diferenças de câmbio favoráveis	22	20.723	27.893
Reembolsos diversos	22	2.572	7.259
Diversos	22	115.888	174.634
Subtotal outros rendimentos		159.622	243.179
Outros gastos			
Impostos	22	(35.070)	(36.492)
Dívidas incobráveis	22	0	(7.246)
Gastos em investimentos não financeiros			
Alienações	22	0	(384)
Abates	22	(27)	(6)
Outros			
Quotizações	22	(20.567)	(20.631)
Insuficiência da estimativa para impostos	22	0	(6.905)
Despesas não documentadas	22	0	(23)
Outros não especificados			
Serviços bancários	22	(33.053)	(46.479)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22	(41.561)	(22.969)
Multas e penalidades	22	(7.013)	(9.211)
Diversos	22	(379)	(24.669)
Subtotal outros gastos		(137.670)	(175.017)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.363.999	2.626.301
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	22	(321.967)	(297.130)
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(321.967)	(297.130)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.042.032	2.329.171
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	6	13
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		6	13
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	25	0	(11)
Médio e longo prazo	25	(911)	(3.474)
Com leasing	25	(181)	(1.394)
Subtotal juros e gastos similares suportados		(1.092)	(4.879)
Resultado antes de impostos		1.040.946	2.324.305
Imposto sobre o rendimento do período		(320.253)	(189.761)
Resultado líquido do período		720.693	2.134.544

Contabilista Certificada,




O Conselho de Administração,



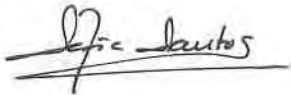
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

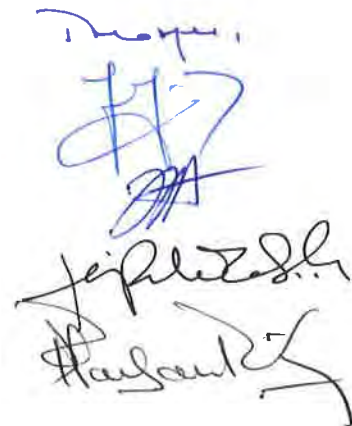
Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	21	15 324.419	15 313.576
Custos das vendas e dos serviços prestados		(11 219.674)	(10.591.030)
Resultado bruto		4.104.745	4.722.546
Outros rendimentos	22	407.369	1.342.626
Gastos de distribuição		(224.341)	(282.967)
Gastos administrativos		(1 335 828)	(1.063.321)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0	0
Outros gastos		(1.909.912)	(2.389.714)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		1.042.032	2.329.171
Gastos de financiamento (líquidos)	25	(1.086)	(4.866)
Resultado antes de impostos		1.040.946	2.324.305
Imposto sobre o rendimento do período	6	(320.253)	(189.761)
Resultado líquido do período		720.693	2.134.544
Resultados por ação	26	0,34	1,00

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,



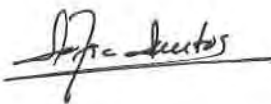
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de janeiro de 2017</u>	13	5 325 000	411 332	247 293	(5 549 305)	1 057	2 134 544	2 569 921
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Ajustamentos de reexpressão								
Ajustamentos de excedentes de revalorização	13			(9 851)	9 851			0
Ajustamentos por impostos diferidos	6			2 217	(2 217)			0
Aplicação de resultados			106 727		2 027 317		(2 134 544)	0
Subsídios ao investimento						79 550		79 550
		5 325 000	518 059	239 658	(3 513 853)	80 607	0	2 649 471
Resultado líquido do período							720 693	720 693
Resultado integral							720 693	3 370 165
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Distribuições								
Outras operações								
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2017</u>	13	5 325 000	518 059	239 658	(3 513 853)	80 607	720 693	3 370 165

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de janeiro de 2016</u>	13	5 325 000	411 332	254 928	(5 562 849)	772	1 005 910	435 092
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							284	284
Ajustamentos de reexpressão								
Ajustamentos de excedentes de revalorização	13			(9 851)	9 851			0
Ajustamentos por impostos diferidos	6			2 217	(2 217)			0
Aplicação de resultados					1 005 910		(1 005 910)	0
		5 325 000	411 332	247 293	(5 549 305)	1 057	0	435 177
Resultado líquido do período							2 134 544	2 134 544
Resultado integral							2 134 544	2 569 921
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Distribuições								
Outras operações								
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2016</u>	13	5 325 000	411 332	247 293	(5 549 305)	1 057	2 134 544	2 569 921

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,



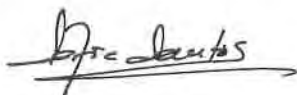
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Euros

	NOTAS	PERÍODO	
		DEZEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		20.327.092	16.865.703
Pagamentos a fornecedores		(2.655.841)	(3.976.287)
Pagamentos ao pessoal		(6.474.523)	(10.887.095)
Caixa gerada pelas operações		11.196.727	2.002.322
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		6.217	(804.770)
Outros recebimentos/pagamentos		(10.261.473)	(355.207)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		941.472	842.344
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(458.162)	(209.843)
Investimentos financeiros		0	(1.296)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.230	10.938
Investimentos financeiros		0	400.000
Subsídios ao investimento		0	84.000
Juros e rendimentos similares		17	13
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-455.915	283.812
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(134.408)	(200.000)
Amortização de contratos de locação financeira		(20.907)	(55.170)
Juros e gastos similares		(11)	(35.652)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-155.326	(290.823)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		330.231	835.334
Efeito das diferenças de câmbio		0	(1.057)
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.333.425	2.499.148
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.663.656	3.333.425

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,



V. Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

1. Introdução

A Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto - Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação - C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 21 de dezembro de 2012, a Empresa celebrou com o Estado Português um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual assumiu um conjunto de obrigações e foi determinada uma fórmula de remuneração da Empresa, num montante a ser pago mensalmente pelo Estado, em função dos serviços prestados pela Empresa. Em 18 de dezembro de 2015, foi celebrado um Aditamento ao Contrato em que as partes acordaram prorrogar a sua vigência até 30 de junho de 2016.

Na Assembleia Geral de 31 de março de 2016 foram aprovadas as contas da Lusa relativas ao exercício de 2015, com as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas, datada de 16 de março de 2016. O Conselho de Administração, no decurso do ano de 2016, e tendo por base as orientações do acionista Estado, procedeu à regularização da situação descrita nas reservas da mencionada Certificação Legal das Contas, tendo registado os ajustamentos efetuados na conta de resultados transitados. Foi constituída, assim, em maio (com efeitos a janeiro), uma provisão para responsabilidades futuras com trabalhadores em situação de pré-reforma, que teve por base o acordo efetuado em 2010.

Em 30 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Lusa assinou uma Declaração de Compromisso, conforme proposto pela Tutela, que visou colmatar a inexistência do Contrato de Prestação de Serviço Público para o ano de 2016. A referida declaração contempla a necessidade de aferir o cumprimento do serviço público, no que se refere à produção do número médio de notícias e ao nível de serviço prestado. No entanto, tendo em conta que a mesma não refere especificamente o método de cálculo de custo do serviço público a aplicar, considerou-se que o mesmo deverá ser efetuado com base no Anexo I ao novo Contrato, atendendo à expectativa que se tinha deste entrar em vigor no triénio 2016-2018. Durante o ano de 2016 foi registada nas contas da Lusa a devolução da IC, que teria lugar se o contrato estivesse em vigor naquele ano.

Assim, e uma vez que até à data de aprovação das contas, pelo Conselho Administração, e apesar das várias tentativas de clarificar este assunto, a Lusa não obteve resposta por parte

das tutelas financeira e setorial relativamente à devolução da IC referente a 2016 mantendo-se o registo da devolução a efetuar.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2017, são apresentadas em base individual.

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa Brasil") e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil. Durante 2017 continuou a ser executado o processo de encerramento da sucursal no Brasil, e à semelhança do ano anterior não foi efetuada qualquer atividade operacional.

A 27 de março de 2017 foram aprovadas as contas da Lusa relativas ao exercício de 2016 com as ênfases constantes da Certificação Legal de Contas de 13 de março de 2017. O Conselho de Administração durante o ano de 2017, conseguiu regularizar o disposto no Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e envidou todos os esforços para clarificar a situação decorrente do cálculo do ajustamento à indemnização compensatória, omissa na Declaração de Compromisso assinada em 30 de dezembro 2016. Dado que nenhuma indicação foi transmitida pela tutela em sentido contrário ao acima referido manteve-se, para o ano de 2016, o registo como anteriormente descrito.

Foi celebrado a 1 de janeiro 2017 o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público entre o Estado Português e a Lusa S.A. para o triénio 2017/19, tendo sido visado pelo Tribunal de Contas a 13 de julho 2017.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 7 de fevereiro de 2018, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de assembleia geral. Uma vez que as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017 foram rececionadas após essa aprovação, foi realizada nova reunião do CA, em 9 de fevereiro, para aprovação do documento final.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A adoção das NCRF ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para este normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas, apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das cotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, alterado pelo DR 4/2015, de 22 de abril e respetivas vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	20 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 8

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado. As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se espelhado na nota 8.

No exercício de 2016, foram efetuadas avaliações de todos os imóveis da Empresa.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.5. Instrumentos financeiros

3.1.5.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.5.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.5.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos correntes, sendo os outros classificados como passivos não correntes.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.5.4. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.6. Imparidade de dívidas a receber

Foram constituídos ajustamentos em dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança não só tendo em consideração o critério fiscal, mas essencialmente o critério económico (nota 17.1.).

3.1.7. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

3.1.8. Subsídios

Tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo, a Empresa apenas reconhece os subsídios nas suas demonstrações financeiras quando recebidos ou após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.9. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de "Prestações de serviços" do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.10. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.11. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio (Real/Euro) utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2017	2016
Janeiro	0,2982	0,2315
Fevereiro	0,3048	0,2281
Março	0,2959	0,2364
Abril	0,2880	0,2470
Maior	0,2741	0,2504
Junho	0,2660	0,2626
Julho	0,2720	0,2758
Agosto	0,2673	0,2766
Setembro	0,2657	0,2767
Outubro	0,2627	0,2813
Novembro	0,2586	0,2820
Dezembro	0,2565	0,2842
Taxa de fecho	0,2517	0,2915
Taxa média do ano	0,2774	0,2610

3.1.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos em curso, cujos montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade, impostos (cf. nota 17.3.) e a provisões com pré-reformas.

3.1.13. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota. Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

A implementação do processamento automatizado da elaboração da demonstração financeira "Demonstração dos Fluxos de Caixa" em 2017, levou a que os 2 anos não sejam comparáveis devido à aplicação de novos critérios. Assim, e a título exemplificativo nos valores

incluídos na rubrica de “Recebimento de clientes” o valor em 2017 contempla o IVA de 23% liquidado nas transações a ele sujeitas.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	2017	2016
Depósitos à ordem	3.656.531	3.325.940
Caixa (dinheiro em caixa)	5.053	5.106
Depósitos a prazo	2.072	2.380
Total de caixa e seus equivalentes	3.663.656	3.333.425

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa procedeu a ajustamentos significativos em Resultados Transitados, decorrentes da seguinte situação:

- Registo da provisão para pré-reformas a pagar, no montante de €3.009.618, decorrente dos compromissos assumidos com os trabalhadores no exercício de 2010;
- Registo de ativos por impostos diferidos, no montante, de €480.381 decorrente da provisão acima descrita;
- Desreconhecimento na rubrica do Estado e Outros Entes Públicos, no montante de €52.952, decorrente dos pagamentos especial por conta dos anos de 2011 e 2012.

Estes ajustamentos implicaram a reexpressão nas demonstrações financeiras de 2015.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal. Deste modo, aplica-se a taxa de 21%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. No caso do lucro tributável apurado, ser superior a €1,5 milhões, há lugar à aplicação da derrama estadual de 3% sobre o valor excedente do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado, sendo as mesmas elevadas em 10 pontos percentuais sempre que a Empresa apresente prejuízo fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes

em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Durante o exercício de 2015, a Empresa foi objeto de uma inspeção da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo sido notificada a pagar €910.727, incluindo juros e coimas (quadro abaixo).

Descrição	2011	2012	Total
Capital	87.140	731.895	819.035
Juros:	11.815	79.502	91.317
Compensatórios	11.726	78.678	90.403
Mora	89	824	913
Coimas	188	188	375
Total	99.143	811.584	910.727

Relativamente à declaração de IRC de 2011, a AT concluiu por não aceitar como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem e a provisão constituída para o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, que se encontra em fase de recurso.

Analisada a fundamentação apresentada no Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, a Empresa entendeu não contestar a decisão relativa à provisão, mas discordou da mesma quanto ao desreconhecimento do Arquivo Imagem.

No que respeita à declaração de IRC de 2012, a AT não aceita que seja considerado custo fiscal o custo decorrente do desreconhecimento de ativos relativos a dívidas reclamadas judicialmente ao Estado e da anulação de faturação a entidades institucionais. Neste caso, a Empresa entendeu dar razão à AT.

Assim, simultaneamente, a Empresa deu conhecimento do seu entendimento à AT e entregou as declarações de substituição respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo pago o imposto devido em dezembro de 2015. Mais tarde foi notificada e pagou os juros correspondentes em 2016, os quais foram acrescidos no balanço em 31 de dezembro de 2015.

No decurso de 2016, a Empresa recebeu o Relatório de Inspeção Tributária que manteve as conclusões do Projeto de Relatório e foi notificada para pagar capital e juros relativos ao desreconhecimento do Arquivo Imagem, no montante de €706.850. No exercício de 2015 foi constituída uma provisão no valor de €708.037 para acautelar o risco associado (cf. nota 17.3). A diferença entre o valor da provisão e o valor da notificação da AT, no montante de €1.187, resulta do facto de não ter sido possível conciliar o valor da AT.

A Empresa, apesar de ter pago à AT o montante relativamente a este processo do arquivo de imagem tendo revertido na totalidade a provisão constituída no exercício anterior, apresentou contestação ao mesmo em agosto de 2016. Idêntica ação foi utilizada pela Empresa, tendo contestado também o processo de desreconhecimento de ativos relativos a dívidas do Estado. No final de agosto de 2017 foi recebida a decisão final com indeferimento pela AT da reclamação graciosa apresentada pela Lusa no ano de 2016. Perante este despacho o Conselho de Administração decidiu não impugnar judicialmente este processo nem recorrer para a AT.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos¹ após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 2016, a Empresa utilizou o prejuízo fiscal relativo ao exercício de 2013, no montante de €162.593 e o prejuízo fiscal de 2014, no montante de €69.431.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, €2,6 milhões (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontra-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011.

Em 15 de dezembro de 2016, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado, "PERES" na modalidade de pagamento em 36 prestações, aprovado pelo Dec. Lei n.º 67/2016 de 3 de novembro, por forma a regularizar a situação tributária acima descrita. Neste sentido, a provisão que havia sido constituída em 2011 foi revertida. Por outro lado, foi englobado no processo n.º 3271200401017896 o montante total de €3.956.286 dos quais €1.354.896 referem-se a custas, juros de mora e compensatórios, que foram objeto de um benefício de 80% no valor de €1.056.856. No final de 2017 tinham sido pagas já 15 prestações no valor total de €1.648.452, sendo que as 12 prestações pagas em 2017, foram de €1.318.762. O montante em dívida a dezembro de 2017 é de €1.250.977.

Impostos diferidos

Conforme referido na nota 3.1.10., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 – Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

¹ O período de reporte de doze anos aplica-se aos prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014 a 2016; nos exercícios de 2012 e 2013 o período de reporte era cinco anos.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos não se procedeu ao reconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados a imparidades de dívidas a receber, por se considerar que existe o risco de não serem recuperáveis.

a) Reconciliação da taxa de imposto

a) Reconciliação da taxa de imposto

	2017	2016
Resultado antes de impostos	1.040.946	2.324.305
Taxa nominal de imposto (i)	22,5%	22,5%
Débito de imposto esperado	234.213	522.969
Diferenças permanentes (ii)	39.237	(372.682)
Ajustamentos à colecta (iii)	46.804	39.474
Imposto sobre o rendimento do exercício	320.253	189.761
Imposto corrente (Nota 16)	161.191	(24.330)
Imposto diferido gerado no exercício	159.063	214.091
	320.253	189.761

(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, no exercício de 2017, aplicou-se a taxa de 21%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

(ii) Este montante tem a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	7.013	9.211
Imposto complementar em Macau (iv)	1.557	(184.311)
Provisões líquidas	(440.166)	(1.810.563)
Outras situações, líquidas	605.981	329.299
	174.385	(1.656.365)
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	39.237	(372.682)

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

(iv) O imposto complementar em Macau resulta da mais valia apurada na alienação do edifício da delegação, efetuada em 2015 e cujo imposto foi pago durante o último trimestre de 2016 em Macau.

b) Movimento dos impostos diferidos

2017	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos ativos:				
Provisões não aceites fiscalmente	264.075	-	(161.279)	102.795
	264.075	-	(161.279)	102.795
Impostos diferidos passivos (i):				
Excedentes de revalorização	67.480	-	(2.217)	65.264
Ajustamento de prestação de serviços	-	-	-	-
	67.480	-	(2.217)	65.264

(i) à taxa de imposto de 22,5%

2016	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos ativos:				
Provisões não aceites fiscalmente	480.382	-	(216.307)	264.075
	480.382	-	(216.307)	264.075
Impostos diferidos passivos (i):				
Excedentes de revalorização	69.697	-	(2.217)	67.480
Ajustamento de prestação de serviços	-	-	-	-
	69.697	-	(2.217)	67.480

(i) à taxa de imposto de 22,5%

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ativos intangíveis constituídos por projetos de desenvolvimento no montante de €633.758 encontram-se totalmente amortizados.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2017	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.493.641	7.471.524	4.242.594	190.200	6.701	397.592	2.810.404	73.440	16.686.096
Aquisições	-	36.928	128.738	-	105	19.216	21.061	261.237	467.286
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	7.943	159.855	-	-	-	81.823	(249.621)	-
Abates	-	-	(1.658.293)	-	(75)	-	(7.370)	-	(1.666.338)
Alienações	-	-	-	-	-	(18.485)	-	-	(18.485)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.493.641	7.516.395	2.872.894	190.200	6.731	398.323	2.905.318	85.057	15.468.560
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(2.574.927)	(3.964.507)	(74.451)	(6.701)	(396.815)	(2.787.195)	-	(9.804.595)
Reforços	-	(149.119)	(102.839)	(39.391)	(105)	(16.983)	(13.530)	-	(321.967)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por alien., transf. e abates	-	-	1.658.250	-	75	18.485	7.970	-	1.684.779
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(2.724.046)	(2.409.096)	(113.842)	(6.731)	(395.313)	(2.792.755)	-	(8.441.783)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	1.493.641	4.792.348	463.799	76.359	(0)	3.010	112.564	85.057	7.026.777

No decurso do ano de 2017, efetuou-se o abate de bens descontinuados que faziam parte principalmente do equipamento básico da Empresa cujo valor líquido contabilístico era nulo.

Em 2017, o aumento na rubrica de “Equipamento básico” resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento informático, equipamento audiovisual, sistema de climatização (fase 1) e software de edição vídeo. Na rubrica de “Edifícios e outras construções” foram feitas melhorias gerais nas infraestruturas do edifício. Em “Equipamento Administrativo” foi adquirido diverso material de escritório com destaque para cadeiras. Por último, de referir que o valor registado em “Outros Ativos Fixos Tangíveis” respeitam maioritariamente ao novo portal da Lusa e a melhorias do sistema Luna.

O valor da rubrica “ativos fixos tangíveis em curso” refere-se essencialmente às obras de reabilitação do piso 0, que se encontrava em situação de desconformidade com as regras básicas de segurança do edifício, e que vão permitir tornar o espaço num espaço multiúso que inclui: num espaço para refeições; espaço para exposições e eventos; e espaço para entrevistas para a construção de uma nova área de lazer, cerca de €46 mil. Adicionalmente encontram-se também, em vias de conclusão, funcionalidades complementares para o novo portal Lusa, de cerca de €24 mil e, por último, €14 mil de sistemas de informação.

31 de dezembro de 2016	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.493.641	7.471.524	4.129.277	158.824	6.701	411.026	2.812.215	-	16.483.209
Aquisições	-	-	134.582	103.584	-	2.762	1.903	73.440	316.271
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	(20.245)	-	-	(16.092)	(3.713)	-	(40.050)
Alienações	-	-	(1.021)	(72.208)	-	(105)	-	-	(73.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.493.641	7.471.524	4.242.594	190.200	6.701	397.592	2.810.404	73.440	16.686.096
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(2.426.803)	(3.883.794)	(118.194)	(6.701)	(410.140)	(2.771.740)	-	(9.617.372)
Reforços	-	(148.124)	(98.529)	(25.704)	-	(4.347)	(20.426)	-	(297.130)
Transferências	-	-	(2.734)	-	-	1.476	1.258	-	0
Regularizações por revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por alien., transf. e abates	-	-	20.550	69.447	-	16.197	3.713	-	109.907
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(2.574.927)	(3.964.507)	(74.451)	(6.701)	(396.815)	(2.787.195)	-	(9.804.595)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	1.493.641	4.896.597	278.087	115.749	-	777	23.210	73.440	6.881.501

JSL

A Lusa adota, na mensuração dos imóveis que compõem o ativo fixo tangível, abaixo discriminados, o método da revalorização:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, em Lisboa, correspondente à sede da Empresa, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J), distribuídas por 9 andares;
- Em Macau - Fração A2 do edifício sito na Avenida da República, 72/72A (em Macau os terrenos são da propriedade do Governo da Região Administrativa Especial de Macau);
- Em Díli – Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli, em Timor.

“Edifício Lusa” em Lisboa

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o “Edifício Lusa”, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, eram os seguintes:

Custo aquisição do terreno	Custo aquisição do edifício	Total custo aquisição
1.445.059,24	6.662.331,49	8.107.390,73

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

Com base em relatório de avaliação do “Edifício Lusa”, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de €6.566.175, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);

- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel “Edifício Lusa”, em Lisboa, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para €211.165 (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de €815.868, incluindo uma parte realizada de €235.199) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em €39.641 (€163.868 no termo de 2012).

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam as frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de €2.982.811, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

Em 2016, conforme referido em 3.1.1, foram efetuadas avaliações por entidades independentes, para todos os imóveis da Empresa.

Relativamente ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, e considerando que os valores não foram materialmente diferentes do seu valor contabilístico, não se registou nenhuma valorização no ativo bruto.

Como garantia do integral cumprimento do empréstimo contraído junto do Banco Popular Portugal, S.A. (nota 13.), a Empresa tinha constituído hipotecas das frações autónomas “B”, “C”, “D”, “E” e “F” do “Edifício Lusa”, em Lisboa.

Em 2016, as mesmas foram canceladas na Conservatória do Registo Predial, de acordo com autorização de cancelamento do Banco Popular de novembro 2015, as hipotecas das frações autónomas “B”, “C”, “D”, e “F” ficando apenas ativa hipoteca sobre a fração “E”.

in SSL
[Handwritten signature]

Edifício em Macau

O valor do imóvel de Macau estava registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Dado os indícios de sustentada subida do seu valor, procedeu-se também a uma avaliação deste imóvel por avaliador independente.

De referir que o terreno é propriedade Governo da Região Administrativa Especial de Macau, não se traduzindo em qualquer encargo para a Lusa.

Aquando da aquisição do imóvel, considerou-se que 25% do valor do mesmo dizia respeito ao terreno. Atendendo a que o valor do imóvel corresponde apenas ao valor da edificação, procedeu-se posteriormente à correspondente da rubrica "Terrenos" para a rubrica "Edifícios e Outras Construções", tendo-se reajustado as correspondentes depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao imóvel de Macau eram os seguintes:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
01-01-1998	521.625,62	521.625,62	156.487,69	365.137,93

Os procedimentos de registo da revalorização foram idênticos aos descritos para o imóvel "Edifício Lusa", ou seja:

- O novo valor, de €1.598.918, conversão do montante de 17.500.000 MOP à taxa de final do ano de 2013, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel de Macau, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
2.284.168,88	685.250,66	1.598.918,22	45.683,38	1.553.234,84

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €1.198.529 e um passivo por impostos diferidos de €423.187.

Em 2015 o imóvel em Macau foi alienado por €1.824.286 (HKD 15.500.000), tendo gerado uma mais-valia contabilística de €354.804.

Edifício em Díli

O valor do edifício de Díli estava, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por avaliador independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao imóvel de Díli eram os seguintes:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação foi de €496.778, conversão do montante de 680.785 USD à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de €124.343, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de €372.435 para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel de Díli, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €133.162 e um passivo por impostos diferidos de €41.078.

Em 2016, conforme referido em 3.1.1 foram efetuadas avaliações por entidades independentes para todos os imóveis da Empresa.

Valorização comparativa dos imóveis

Em 31 de dezembro de 2013, os valores respeitantes aos imóveis tinham a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	6.956.824	2.028.108	4.928.716	6.422.357	211.165	39.641
Macau	0	2.284.169	730.934	1.553.235	1.553.235	1.198.529	423.187
Dili	0	466.516	103.411	363.105	363.105	133.162	41.078
Totais	1.493.641	9.707.509	2.862.453	6.845.056	8.338.697	1.542.856	503.906

Em 31 de dezembro de 2014, os valores respeitantes aos imóveis tinham a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	6.956.824	2.028.108	4.928.716	6.422.357	211.165	39.641
Macau	0	2.284.169	730.934	1.553.235	1.553.235	1.198.529	423.187
Dili	0	466.516	103.411	363.105	363.105	133.162	41.078
Totais	1.493.641	9.707.509	2.862.453	6.845.056	8.338.697	1.542.856	503.906

Em 31 de dezembro de 2015, os valores respeitantes aos imóveis tinham a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.005.008	2.304.732	4.700.277	6.193.918	198.306	33.512
Dili	0	466.516	122.072	344.444	344.444	126.319	36.185
Totais	1.493.641	7.471.524	2.426.803	5.044.721	6.538.362	324.625	69.697

Em 31 de dezembro de 2016, os valores respeitantes aos imóveis tinham a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.005.008	2.443.526	4.561.482	6.055.124	191.876	32.065
Dili	0	466.516	131.402	335.114	335.114	122.897	35.415
Totais	1.493.641	7.471.524	2.574.928	4.896.596	6.390.237	314.773	67.480

Conforme referido em 3.1.1 foram efetuadas avaliações por entidades independentes em 2016 para todos os imóveis da Empresa, de que resultaram avaliações de €6,1 milhões e €756 mil, respetivamente, mas que não foram refletidas contabilisticamente. No que respeita ao edifício de Timor dado a existência de um novo contrato de arrendamento, um valor de renda

significativamente inferior ao anterior, a obrigatoriedade da presença da Lusa de acordo com o contrato de serviço público do triénio 2017/19 optou-se por manter o registo de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.049.879	2.583.314	4.466.565	5.960.206	185.446	30.619
Dili	0	466.516	140.732	325.783	325.783	119.476	34.645
Totais	1.493.641	7.516.395	2.724.046	4.792.348	6.285.990	304.922	65.264

9. Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram registados os seguintes movimentos:

Investimentos financeiros	2017	2016
EPA - European Pressphoto Agency	105.000	105.000
IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais	10.000	10.000
Total	115.000	115.000

EPA – European Pressphoto Agency - uma entidade criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de €15 mil cada, que representa 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição, deduzida da perda da imparidade constituída no ano de 2015. De realçar que durante o ano 2014 houve uma redução do valor unitário da ação, conforme minutas da Assembleia Geral da EPA realizada a 31 de julho de 2014. Em 2014, o valor nominal de cada ação era de €20 mil, representando 1,89% do respetivo capital social.

IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais - uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de €10 mil.

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2017			2016		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	686.837	-	686.837	721.555	-	721.555
Clientes - cobrança duvidosa	1.118.527	(1.118.527)	-	1.211.553	(1.211.553)	-
	1.805.364	(1.118.527)	686.837	1.933.108	(1.211.553)	721.555

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na nota 17.1.

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2017	2016
<u>Outros ativos não correntes:</u>		
Ativos por impostos diferidos	102.795	264.074
<u>Outros ativos correntes:</u>		
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	69.283	151.925
IVA	1.963	3.412
Fornecedores c/c	1.000	-
Pessoal	10.711	10.079
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	461
Outros devedores diversos	177.055	151.092
Gastos a reconhecer	200.898	236.947
	564.705	817.991

12. Capital próprio

Composição do Capital

Em 31 de dezembro de 2017 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de €2,5 cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2017:

JSL
TEL
D.

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	50,14	2.670.000
GLOBAL MEDIA GROUP	23,36	1.243.550
IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de €1.542.857.

Desde o exercício de 2015 que o excedente de revalorização evidencia uma diminuição significativa face ao ano de 2013, em resultado da alienação do imóvel de Macau em 2015, pelo que o montante do excedente de revalorização apresentado em 2017 ascendeu a €239.658.

Resultados transitados

As variações registadas no Capital Próprio em 2017, encontram-se detalhadas nas Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, no capítulo IV – Demonstrações Financeiras.

Aplicações de resultados

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 24 de fevereiro de 2017 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €2.134.544, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2016, fosse transferido para Reservas o montante de €106.727 e €2.027.817 para a rubrica de Resultados Transitados.

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 31 de março de 2016 foi deliberado que o resultado líquido negativo de €6.517, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2015, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Artigo 35.º do Código da Sociedades Comerciais

No período findo em 31 de dezembro de 2017 a empresa deixou de estar ao abrigo do artigo 35.º do CSC.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo das dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

	Valor de balanço			
	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Popular, S.A. (a)	-	-	133.333	-
	-	-	133.333	-

- (a) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Popular Portugal, S.A. Em 31 de dezembro de 2015 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a doze meses acrescida de uma margem de 0,5%, com reembolso em 20 prestações mensais iguais, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016 e a última em agosto de 2017.

Em agosto de 2016 foi cancelado o contrato da conta corrente caucionada com o Banco Santander (antigo Banco Popular Portugal, S.A.) com o n.º 45 50 223 06, no montante de €500 mil, dado que não havia necessidade de o manter ativo devido à melhoria da situação de tesouraria da empresa.

Em março de 2017, a Lusa cancelou com o Banco BPI, S.A. a conta corrente caucionada n.º 8040 371-035-001-0575 com o montante de €3,5 milhões.

Como garantia do integral cumprimento do empréstimo contraído junto do Banco Santander (antigo Banco Popular Portugal, S.A.), a Empresa tinha constituído hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F" do edifício sede da Empresa. Em 2016 foram canceladas na Conservatória do Registo Predial, de acordo com autorização de cancelamento do banco de novembro 2015, as hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", e "F" ficando apenas ativa hipoteca sobre a fração "E".

O valor dos gastos associados aos empréstimos reconhecidos na demonstração dos resultados está descrito na nota 25.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2017	2016
Fornecedores	261.550	267.948
Fornecedores de investimentos	187.605	126.915
	449.155	394.863

15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira de €14.953 que venceram juros no montante de €209.

Em 31 de dezembro de 2017 os contratos de locações operacionais, respeitantes a viaturas ao serviço da Empresa, têm o seguinte detalhe:

Contrato nº	Matrícula	Prestador de Serviço	Valor do Contrato	Divida a 31-12-2017	Data de Início	Data de Fim	Divida a 31-12-2016
2014357068	77-PP-61	ARVAL SERVICE LEASE, SA	35 100,00	8 051,10	19/03/2015	18/03/2019	14 491,98
2014357067	61-PQ-32	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33 800,01	7 590,45	30/03/2015	29/03/2019	13 662,81
2014357066	40-PR-36	ARVAL SERVICE LEASE, SA	33.800,01	2 040,20	13/04/2015	12/04/2018	8 160,80
4131	01-OD-94	LEASEPLAN	29 837,31	-	13/11/2013	12/03/2017	1 551,63
40785	86-NO-41	SGALD AUTOMOTIVE	25 492,71	-	02/04/2013	01/07/2017	3 281,58
510186	30-OF-48	PARCOURS PORTUGAL, SA	21 810,89	-	23/12/2013	22/06/2017	2 277,96
080LLD00546	86-PH-13	PARCOURS PORTUGAL, SA	21 246,14	-	11/12/2014	10/12/2017	4 150,80
41521	87-NR-63	SGALD AUTOMOTIVE	19 888,26	-	30/05/2013	29/06/2017	3 015,36
63061	95-PT-38	LOCARENT	19 775,71	1 555,08	04/05/2015	03/05/2018	6 220,32
63060	95-PT-39	LOCARENT	19 775,71	1 555,08	04/05/2015	03/05/2018	6 220,32
48809	88-PU-08	PARCOURS PORTUGAL, SA	17 403,36	1 755,60	21/05/2015	20/05/2018	5 969,04
48809	88-PU-09	PARCOURS PORTUGAL, SA	17 403,36	1 755,60	19/05/2015	18/05/2018	5 969,04
080LLD00635	88-PU-10	PARCOURS PORTUGAL, SA	17 403,36	1 771,50	12/05/2015	11/05/2018	6 023,10
080LLD00634	88-PU-15	PARCOURS PORTUGAL, SA	17 403,36	1 771,50	12/05/2015	11/05/2018	6 023,10
5000624	59-TI-83	ALD AUTOMOTIVE	17 124,04	10 462,81	07/08/2017	06/08/2020	-
5002965	74-TX-35	ALD AUTOMOTIVE	15 557,61	10 528,70	12/12/2017	11/12/2020	-
5000349	27-TE-78	ALD AUTOMOTIVE	15 557,61	9 325,42	29/07/2017	28/07/2020	-
5000348	27-TE-79	ALD AUTOMOTIVE	15 557,61	9 325,42	28/07/2017	27/07/2020	-
			393.937	67.488			87.018

16. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2017	2016
Outros passivos não correntes:		
Passivos por impostos diferidos	65.264	67.480
Estado e outros entes públicos:		
Outras tributações	223.530	1.250.977
Outros passivos correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	159.723	176.526
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	514.914	499.361
Contribuições para a segurança social	195.135	203.117
Outras tributações	1.027.756	1.318.947
	1.897.528	2.197.951
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.335.329	1.265.299
Outros acréscimos de gastos	191.594	151.799
	1.526.923	1.417.098
Pessoal	4.044	4.217
Outros credores diversos:		
Outros credores diversos	152.353	164.419
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme n.º5 da cláusula 8.ª)	2.647.670	1.420.518
	2.800.022	1.584.937
Rendimentos a reconhecer	27.978	106.077
	6.545.288	6.628.738

O valor de dívida à AT resultante da adesão ao PERES, do processo do IVA, que irá ser pago em 36 prestações, encontra-se registado em "Outros passivos não correntes - Outras tributações" e "Outros passivos correntes - Outras tributações", apesar de o mesmo se encontrar em litigância (cf. nota 6).

Na rubrica "Remunerações a liquidar", estão incluídos os valores referentes à estimativa de férias e subsídio de férias que se vencem em 2018 bem como as folgas por gozar à data de 31 de dezembro de 2017.

Na rubrica "Outros credores diversos" está registada a estimativa relativa aos anos de 2016 e 2017 do ajustamento à indemnização compensatória a devolver ao Estado, no montante de €2.647.670. No ano em análise verificou-se o aumento do saldo em €1.227.157 referente ao ajustamento da Indemnização Compensatória de 2017, decorrente do contrato celebrado para o triénio 2017/2019.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 na rubrica de Rendimentos a reconhecer foi registado €84 mil que diz respeito ao projeto DNI/Google que se iniciou em setembro de 2016 e cujo término previsto era em novembro 2017, cujo valor total de financiamento foi de €280 mil, sendo que os restantes €120 mil foram da responsabilidade da Empresa.

Estes rendimentos foram reconhecidos em 2017, juntamente com os outros valores ainda a receber. De referir que o projeto DNI/Google tem como objetivo o desenvolvimento tecnológico de uma plataforma de última geração, dando lugar a um portal que aloja a futura oferta global de serviços da LUSA. Este portal oferecerá a possibilidade de novas formas de acesso aos serviços, novas aplicações e novos pacotes noticiosos, em permanente interligação com as redes sociais. Com a implementação do projeto Portuguese News Hub, a agência pretende diversificar e ampliar as suas audiências, multiplicar a produção e circulação de informação digital no mundo da lusofonia, bem como fornecer os seus serviços de forma mais eficaz e cómoda aos seus clientes, e a novos clientes, que necessitam de soluções tecnologicamente inovadoras. De referir que no período findo em 31 de dezembro de 2017 já havia sido recebido o montante total de €220.713 (cf. nota 20).

17. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas de imparidade de clientes e outros devedores e de investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

Handwritten notes and signatures: "17 JSL", "JSL", and other illegible marks.

2017	Perdas de imparidade em dívidas a receber
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.234.231)
Reforços (a)	(45.389)
Anulação/regularização (b)	142.388
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.137.232)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:	
Dívidas de clientes	(45.389)
	(45.389)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:	
- Anulação de créditos considerados incobráveis (Clientes e ODC)	61.023
- Reversões de imparidades (Clientes e ODC)	81.364
	142.388

2016	Perdas de imparidade em dívidas a receber
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.743.728)
Reforços (a)	(86.446)
Anulação/regularização (b)	595.944
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.234.231)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:	
Dívidas de clientes	(82.089)
Outros devedores	(4.357)
	(86.446)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:	
- Anulação de créditos considerados incobráveis	541.429
- Reversões de imparidades	54.515
	595.944

Em termos de investimentos financeiros não houve registo de alterações durante o ano de 2017 pelo que a situação é a seguinte:

2017	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9.)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (a)	(35.000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(35.000)
(a) EPA	

2016	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9.)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (a)	(35.000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(35.000)

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017 encontram-se a decorrer as seguintes ações:

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à legalidade das liquidações de imposto e juros compensatórios, respeitante à não sujeição a IVA das contraprestações pagas pelo Estado, pelo serviço público prestado, no valor de €2.754.078 (Processo nº 3271200401017896 SFLX13). Este processo tem uma garantia

inicial associada de €3.710.950 emitida pelo Banco BPI, S.A. e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária. Ao abrigo da adesão ao PERES houve um perdão de juros que se encontra refletido nas contas, pelo que a garantia bancária atualmente é de € 2 094 696,97. A Empresa encontra-se à espera da decisão final, dado que já foi concluída, em 2016, toda a inquirição de testemunhas.

- Ação interposta pela empresa contra o Estado referente à impugnação judicial contra o ato de liquidação indevida de IVA devido a cálculo de pró-rata referente ao exercício fiscal de 1992 no valor de €480 492,50, incluindo juros indemnizatórios e compensatórios (Processo n.º 56/2003 TTL). O processo baixou à primeira instância e começou a correr prazo para execução espontânea do julgado, i.e., devolução à LUSA das quantias pagas, acrescido de juros remuneratórios nos termos legais. A Administração Fiscal não cumpriu o prazo para execução espontânea do julgado e, em consequência, deu entrada, em 2017, de uma execução provocada do julgado tendo a Fazenda Pública requerido prazo para proceder ao pagamento da quantia em execução.
- Ação interposta pela empresa contra o Estado referente à titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de €3.906.400 (Processo n.º 924/10.7BELSB), e para o qual não houve nenhum desenvolvimento durante o ano de 2017.
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à dedutibilidade fiscal de créditos sobre o Estado considerados para efeitos de IRC relativo a 2012 (Processo n.º 924/10.7BELSB e Nota de liquidação 2015 2310451316), no valor de € 872 851,95.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes:

Cliente	Tipo Processo	2017	2016
Megafin	Ação Executiva	80.859	90.522
Gráfica Açoreana	Ação Executiva	74.943	93.999
Jornal I	Ação Executiva	65.378	65.378
Jornal Sol	Ação Executiva	63.637	63.637
Diário Açores	Ação Executiva	58.309	58.309
S.T.&S.F.	Ação Executiva	53.145	53.145
Descobrirpress	PER	5.731	16.375
Total		402.002	441.365

Nota : Os valores apresentados incluem juros

De realçar que a diminuição dos valores em litigância em 2017 se deve a acordo de pagamento com o cliente Megafin, penhora de saldo bancário na Gráfica Açoreana e, no caso da Descobrirpress, fruto das condições associadas ao PER.

17.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2017 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	2017			Saldo Final
	Saldo inicial	Utilização	Reforço/Diminuições	
Pré-Reformas	2.058.617	(748.154)	156.783 a)	1.467.246
Processo encerramento sucursal Brasil	30.090	-	-	30.090
Processos judiciais em curso e outras provisões	-	-	199.130 a)	199.130
Impostos	41.215	(18.793)	(22.422)	0
Total	2.129.922	(766.947)	333.491	1.696.466

a) Total dos reforços: 355.912€ (Nota 22.)

A redução verificada na rubrica "Pré-Reformas" decorre de pagamentos efetuados durante o ano de 2017 a pré-reformados, ao abrigo de acordos efetuados em 2010 e de acordo com a explicação detalhada abaixo sobre as responsabilidades futuras assumidas, bem como da atualização por falecimento de um pré-reformado durante o exercício de 2017.

O aumento verificado na mesma rubrica justifica-se pelo aumento da idade de reforma para 66,3 anos (ano 2017), 66,4 anos (ano 2018) e 66,5 anos (ano 2019 e seguintes).

O aumento verificado na rubrica "Processos judiciais em curso" decorre, essencialmente, da litigância com um correspondente da delegação de Ponta Delgada, bem como com um ex-funcionário, em resultado da cessação do respetivo vínculo laboral em sede de segurança social. Esta última situação decorreu de um parecer da Inspeção Geral de Finanças efetuado às contas de 2015/16.

Os valores registados na rubrica "Processo encerramento sucursal Brasil", destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da Empresa no Brasil, que se estima que irá ocorrer no ano de 2018.

Os valores registados na rubrica "Impostos", destinavam-se a cobrir as penalidades relativas ao atraso no pagamento de retenções na fonte do ano de 2014, cujo pagamento ocorreu em 2017.

Em 31 de dezembro de 2016 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	2016			Saldo Final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Pré-Reformas	3.009.619	12.939	(963.940)	2.058.619
Processo encerramento sucursal Brasil	-	30.090	-	30.090
Processos judiciais em curso	3.816.088	126.362	(3.942.450)	-
Impostos	708.038	41.215	(708.038)	41.215
Total	7.533.744	210.606	(5.614.428)	2.129.922

A rubrica "Pré-reformas" justifica-se pelo facto de no final de 2009, devido aos fortes constrangimentos económico-financeiros no mercado da comunicação social onde se insere, a LUSA se ter visto forçada a implementar medidas de contenção de custos. Enquadrado no Programa de Requalificação de Efetivos, a Empresa implementou um plano de pré-reformas que se baseou nas seguintes características:

1. Os trabalhadores, de uma forma voluntária, podiam ser elegíveis para este plano desde que tivessem entre 55 e 65 anos de idade, em 2010;

2. Dentro desta faixa etária era aceite o pedido de pré-reforma dos trabalhadores com mais idade e maior antiguidade;
3. Era assegurado o pagamento mensal do salário à data de saída, reduzido em 20%;
4. O salário seria pago até à idade de reforma definida legalmente;
5. Era assegurado o pagamento de seguro de saúde, de acordo com a apólice em vigor, até à data de reforma;
6. A Empresa não pagaria subsídio de alimentação, nem seguro de acidentes de trabalho;
7. As taxas contributivas para a segurança social, por parte do empregador, eram as constantes da Lei, ou seja, de 7% para carreiras contributivas superiores a 37 anos e 14,6% para carreiras contributivas inferiores a 37 anos;
8. Durante o período mencionado não haveria lugar a qualquer atualização salarial e/ou ajustamento por via do Acordo de Empresa;
9. A Empresa não teria o direito de regresso dos trabalhadores à efetividade de prestação de serviços em qualquer condição;
10. Os trabalhadores poderiam desenvolver outra atividade profissional desde que não concorrencial com a atividade da Empresa.

Baseado nestes pressupostos, a responsabilidade da LUSA no início de 2010, para com os 36 trabalhadores que aderiram ao plano, era de cerca de €10 milhões. De referir que, desde o início do processo, em 2010, os valores foram registados, anualmente, e até ao final de 2015, em gastos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2015, a responsabilidade com valores atualizados, para com os trabalhadores pré-reformados envolvidos no plano, era de cerca de €3 milhões, tendo por base os seguintes pressupostos, para além dos acima mencionados:

- i. Existiam 28 trabalhadores no plano;
- ii. O plano contemplava responsabilidades até outubro de 2021;
- iii. A taxa de desconto utilizada para a atualização dos fluxos futuros foi de 0,5% de acordo com a prática de mercado e considerando a reduzida maturidade do plano;
- iv. A idade de reforma considerada foi de 66 anos;

O facto destes dois últimos pontos não serem controlados pela Empresa, obriga a uma reanálise anual deste estudo sempre que qualquer destas variáveis sofre alterações.

Neste contexto, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa registou nessa rubrica com efeitos retroativos a 2015 o montante de €3.009.618, decorrente da responsabilidade assumida nessa data no âmbito dos acordos celebrados e desreconheceu o montante de €963.940, pelo montante pago nesse ano.

Durante o ano 2017 foi utilizado o valor de € 748.154 de gastos salariais com os pré-reformados reduzindo-se a responsabilidade nesse montante.

Em 31 de dezembro de 2017, a responsabilidade com valores atualizados era a seguinte:

Pré-Reformados	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total 2018/22
Valor Nominal	791.529	519.935	388.963	346.567	210.946	13.268	1.479.680
Valor Atualizado	791.529	518.641	386.064	342.272	207.296	12.974	1.467.246
Responsabilidade a 31 dezembro	1.467.246	948.606	562.542	220.269	12.974	-	-
Numero Pré-Reformados Iniciais	24	18	12	11	11	2	-
Saídas	6	6	1	-	9	2	24
Numero Pré-Reformados Finais	18	12	11	11	2	-	-
Idade Reforma (anos e mês)	66,3	66,4	66,5	66,5	66,5	66,5	-
Número Pré-Reformados sem extensão da idade reforma	17	13	12	6	-	-	-

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Entidades	Número	2017	2016
EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas (a)	02/137/64260	17.945	17.945
Direção-Geral dos Impostos (b)	04/285/9298	2.094.697	3.710.950
		2.112.642	3.728.895

(a) Esta garantia respeita ao contrato de prestação de serviços em vigor em que o beneficiário é o EMGFA.

(b) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (nota 6. e notas 17.2. e 17.3.).

Dada a adesão ao PERES em dezembro 2016, a garantia bancária, efetuada pelo BPI, e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária, foi revista, devido ao benefício da redução dos juros em 80% aquando da adesão ao citado programa, ascendendo o valor atual em €2.094.696,97.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativos financeiros	2017	2016
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.6.2. e Nota 4.)	3.663.656	3.333.425
Contas a receber de terceiros	946.849	1.038.524
	4.610.504	4.371.949

Passivos financeiros	2017	2016
Contas a pagar a terceiros	(6.901.201)	(6.850.043)
Empréstimos	-	(133.333)
Locações financeiras	-	(14.953)
	(6.901.201)	(6.998.329)

O valor da rubrica "Contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber.

O valor da rubrica "Contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

20. Subsídios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os subsídios eram os seguintes:

Subsídio	Montante total	2017		Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer
		Montante recebido	Montante por receber			
Subsídios ao investimento:						
Google	81.823	81.823	-	2.273	2.273	79.550
Subsídios à exploração:						
Google	198.178	138.891	59.287	138.891	138.891	59.287
	280.000	220.713	59.287	141.163	141.163	138.837

Subsídio	Montante total	2016		Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer
		Montante recebido	Montante por receber			
Subsídios ao investimento:						
Google	81.823	-	81.823	-	-	81.823
Subsídios à exploração:						
Google	198.178	84.000	114.178	-	-	198.178
	280.000	84.000	196.000	-	-	280.000

No período findo em 31 de dezembro de 2016 a Empresa candidatou-se ao projeto DNI/Google, que tinha como objetivo o desenvolvimento tecnológico de uma plataforma de última geração, dando lugar a um portal que aloja a futura oferta global de serviços da LUSA.

Este portal oferecerá a possibilidade de novas formas de acesso aos serviços, novas aplicações e novos pacotes noticiosos, em permanente interligação com as redes sociais. Com a implementação do projeto Portuguese News Hub, a agência pretende diversificar e ampliar as suas audiências, multiplicar a produção e circulação de informação digital no mundo da lusofonia, bem como fornecer os seus serviços de forma mais eficaz e cómoda aos seus clientes, e a novos clientes, que necessitam de soluções tecnologicamente inovadoras

Este projeto poderá atingir um total de financiamento de €280 mil, sendo que o restante investimento, €120 mil, são da responsabilidade da Empresa.

O projeto iniciou-se em setembro de 2016 e o seu término será durante o 1.º trimestre de 2018 apesar de as principais funcionalidades já estarem ativas e em produção desde novembro 2017.

De referir que no período findo em 31 de dezembro de 2017 já havia sido recebido o montante total de €220.713 (Nota 16).

21. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as prestações de serviços efetuadas foram as seguintes:

	2017	2016
Mercado nacional	14.745.151	14.713.893
Mercado externo	579.268	599.683
	15.324.419	15.313.576

	2017	2016
Indemnização compensatória líquida	11.649.567	11.456.201
Receitas próprias	3.674.853	3.857.375
	15.324.419	15.313.576

Mercado Nacional:		
Indemnização compensatória	12.876.719	12.876.719
Ajustamento à indemnização compensatória	(1.227.152)	(1.420.518)
Receitas próprias	3.095.585	3.257.692
Mercado Externo (receitas próprias)	579.268	599.683
	15.324.419	15.313.576

A rubrica de mercado nacional, encontra-se deduzida do ajustamento à indemnização compensatória de 2017, no montante de €1.227.152, em sequência da entrada em vigor do contrato programa para o triénio 2017-2019.

22. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como se segue:

	2017	2016
Subsídios à exploração (Nota 20.)	141.163	-
Reversões de imparidade	80.511	54.515
Reversões de imparidade - outros devedores	3.478	-
Reversões de provisões (Nota 17.3.)	22.422	1.044.209
Rendimentos suplementares	14.099	14.958
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2.242	7.852
Outros rendimentos e ganhos operacionais	143.280	220.369
Ganhos por aumentos de justo valor	173	2
	407.369	1.341.905

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os outros gastos e perdas operacionais apresentam o seguinte detalhe:

	2017	2016
Gastos de depreciação e de amortização	321.967	297.130
Provisões (Nota 17.3.)	355.912	197.667
Perdas por imparidade (Nota 17.1.)	45.389	86.446
Impostos	35.070	36.492
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	27	390
Outros gastos e perdas operacionais	102.573	130.889
Redução justo valor	7	100
Dívidas incobráveis	-	7.246
	860.946	756.360

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os fornecimentos e serviços externos foram como se segue:

	2017	2016
Correspondentes e colaboradores	1.123.796	1.155.379
Trabalhos especializados	657.357	547.113
Rendas e alugueres	419.113	406.052
Deslocações, estadas e transportes	402.766	361.016
Serviço de agências noticiosas	297.151	264.879
Conservação e Reparação	255.589	242.125
Comunicação	228.064	265.644
Energia e fluidos	175.835	163.735
Limpeza, higiene e conforto	85.562	84.003
Vigilância e segurança	80.322	75.833
Honorários	69.598	82.951
Publicidade e propaganda	11.697	7.439
Seguros	33.140	36.386
Outros	123.974	124.611
	3.963.965	3.817.166

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos ao exercício de 2017 e 2016 foram de €15.750 e €15.278, respetivamente.

24. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os gastos com o pessoal foram como se mostra no quadro seguinte:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	7.705.970	7.485.170
Encargos sobre remunerações	1.721.297	1.666.113
Remunerações dos órgãos sociais	133.800	124.042
Indemnizações	140	226.481
Outros custos com o pessoal	303.639	250.978
	9.864.846	9.752.784

Em 31 de dezembro de 2017, o total de efetivos da Agência é de 252, que compara com 258 no ano anterior.

Entre os 252 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 11 requisitados e com licenças sem retribuição, 18 em situação de pré-reforma e 3 trabalhadores de baixa de média / longa duração. O efetivo médio ao serviço foi de 219, que compara com 220 em 2016.

25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

	2017	2016
Juros e gastos similares suportados	(1.092)	(4.879)
Com empréstimos bancários	(911)	(3.485)
Com leasing	(181)	(1.394)
Com outros financiamentos	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos	6	13
De depósitos	6	13
Outros	-	-
Resultados financeiros	(1.086)	(4.866)

26. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o resultado por ação foi como se segue:

	2017	2016
Número de ações	2.130.000	2.130.000
Resultado líquido	720.693	2.134.544
Resultado por ação	0,34	1,00

27. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas em 2017 e 2016, com essas mesmas entidades, estão evidenciados nos quadros seguintes (IVA incluído):

Saldos com partes relacionadas - IVA Incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores	
		31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016
Estado Português	Acionista	-	-	-	-	-	-
Global Media Group		106.540	117.506	-	-	-	1.452
Global Noticias - Media Group, S.A.		83.519	-	-	-	-	-
Global Noticias, Publicações		-	84.473	-	-	-	-
Global Noticias-Ag. Informação Imagem		-	-	-	-	-	-
Rádio Noticias (TSF)	Acionista	14.071	21.107	-	-	-	-
Jornal do Fundão		1.044	1.044	-	-	-	-
Diário de Noticias do Funchal		2.712	5.469	-	-	-	-
Açormédia		5.193	5.413	-	-	-	-
Noticias Direct		-	-	-	-	-	1.452
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.		97.353	93.469	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA	Acionista	36.102	26.884	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		61.251	56.273	-	-	-	-
Mediress-Soc. Journalist. E Editor., Lda		-	10.311	-	-	-	-
NP-Noticias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	-	-	-	-
Publico-Comunicação Social, SA	Acionista	23.680	8.488	-	-	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	50.238	51.978	-	-	-	-
O Primeiro de Janeiro, SA	Acionista	81.809	81.809	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	1.558	1.558	-	-	-	-
EPA	Outros	-	-	-	-	81.567	81.567
TOTAL		361.179	354.808	-	-	81.567	83.019

Transações com partes relacionadas - IVA incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016
Estado Português	Acionista	15.838.364	15.838.364	-	-	-	-
Global Media Group		473.626	505.279	-	-	16.812	10.341
Global Noticias - Media Group, S.A.		331.417	-	-	-	-	-
Global Noticias, Publicações		-	355.108	-	-	-	-
Rádio Noticias (TSF)	Acionista	84.427	88.842	-	-	-	-
Jornal do Fundão		4.175	4.078	-	-	-	-
Diário de Noticias do Funchal		32.613	34.376	-	-	-	-
Açormédia		20.994	22.876	-	-	-	240
Noticias Direct		-	-	-	-	16.812	10.101
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.		481.338	479.209	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA	Acionista	142.898	105.873	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		338.440	334.332	-	-	-	-
Mediress-Soc. Journalist. E Editor., Lda		-	39.003	-	-	-	-
NP-Noticias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	-	649	82	-
Publico-Comunicação Social, SA	Acionista	94.227	99.084	-	-	3.165	3.102
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	487.042	502.565	-	-	-	-
O Primeiro de Janeiro, SA	Acionista	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	18.699	18.699	-	-	-	-
EPA	Outros	-	-	-	-	108.756	108.433
TOTAL		17.393.296	17.443.200	-	649	128.815	121.876

Em 2017, a remuneração do pessoal-chave da gestão foi a seguinte:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2017					
	Fixa ⁽¹⁾	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)-(1)-(2)+(3)
Maria Teresa Prata Macias Marques	35 370,15	0,00	35 370,15	4 305,45	0,00	31 064,71
João Manuel Pintado Silveira Lobo	4 200,00	0,00	4 200,00	210,00	0,00	3 990,00
Luis Paulo Mah Silva	3 000,00	0,00	3 000,00	150,00	0,00	2 850,00
José Carlos Barbosa Lourenço	3 600,00	0,00	3 600,00	180,00	0,00	3 420,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	3 800,00	0,00	3 800,00	180,00	0,00	3 620,00
			100 470,15	5 325,45	0,00	95 144,71

⁽¹⁾ Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida		Seguro de Saúde		Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade	Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Identificar	Encargo anual da entidade		
Maria Teresa Prata Macias Marques	4,77	1 105,03	Seg. Social	19 419,59	0,00	311,30	Seguro acid trab e doenças prof.	399,84		
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	0,00	Seg. Social	947,63	0,00	0,00	-	0,00		
Luis Paulo Mah Silva	0,00	0,00	Seg. Social	676,88	0,00	0,00	-	0,00		
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	-	0,00		
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	-	0,00		
		1.105,03		22 668,60	0,00	296,40		352,21		

Em 2016, a remuneração do pessoal-chave da gestão foi a seguinte:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida		Seguro de Saúde		Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade	Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Identificar	Encargo anual da entidade		
Maria Teresa Prata Macias Marques	4,27	1 105,03	Seg. Social	18 897,00	0,00	304,00	(*)	391,00		
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	0,00	Seg. Social	1 106,00	0,00	0,00	-	0,00		
Luis Paulo Mah Silva	0,00	0,00	Seg. Social	1 015,00	0,00	0,00	-	0,00		
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	948,00	0,00	0,00	-	0,00		
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	880,00	0,00	0,00	-	0,00		
		1.105,03		22 846,00	0,00	304,00		391,00		

(*) Seguro acid trab e doenças prof.

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida		Seguro de Saúde		Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade	Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Identificar	Encargo anual da entidade		
Maria Teresa Prata Macias Marques	4,27	1 105,03	Seg. Social	18 897,00	0,00	304,00	(*)	391,00		
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	0,00	Seg. Social	1 106,00	0,00	0,00	-	0,00		
Luis Paulo Mah Silva	0,00	0,00	Seg. Social	1 015,00	0,00	0,00	-	0,00		
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	948,00	0,00	0,00	-	0,00		
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	880,00	0,00	0,00	-	0,00		
		1.105,03		22 846,00	0,00	304,00		391,00		

28. Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide nota 3.1.11.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, derivado do contrato de interesse público em vigor, com o recebimento em moeda estrangeira de alguns clientes, e com pagamento a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2017, as seguintes taxas de câmbio, no final do ano e médias, para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Handwritten notes and signatures: "17 JSL #", "JSL #", and a signature.

Moeda	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0050	0,0053
USD	0,8338	0,8853
BRL	0,2517	0,2774
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1281	0,1311
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1067	0,1136
MOP	0,1036	0,1103
MZN	0,0142	0,0140
GBP	0,8872	0,8764

b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida.

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados decorrentes do empréstimo contraído junto do Banco Popular que, em dezembro de 2016, estava indexado à Euribor a 12 meses com um spread de 0,5%, e nos contratos de locação financeira relacionados com equipamento audiovisual e informático.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (nota 10.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento, que é de 30 dias como regra geral. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e Direção Financeira, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas de imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na nota 10.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, dado que sistematicamente são revistas, e consequentemente, não existe necessidade de reforçar as perdas por imparidade de contas a receber.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

A Empresa através do contrato de prestação de serviços de interesse público recebe regularmente do Estado um montante relevante que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias que em 2017 se situaram em 24% do total de vendas.

29. Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos pela Empresa dizem respeito às responsabilidades com os pré-reformados conforme detalhe da nota 17.3.

30. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de fevereiro de 2018. Uma vez que as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017 foram rececionadas após essa aprovação, foi realizada nova reunião do CA, em 9 de fevereiro, para aprovação do documento final.

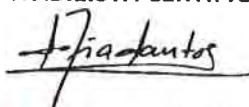
Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

31. Outras informações

Para o resultado líquido do exercício de 2017, no montante de €720.693, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- Transferência de €36.035 para Reservas Legais;
- Transferência de €684.658 para a conta de Resultados Transitados.

A CONTABILISTA CERTIFICADA,



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



VI. Cumprimento de orientações legais

Este documento foi aprovado em reunião do Conselho de Administração (CA) de 7 de fevereiro de 2018. Uma vez que as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017 foram rececionadas após essa aprovação, foi realizada nova reunião do CA, em 9 de fevereiro, para aprovação do documento final. Assim, este capítulo foi elaborado tendo por base as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017, emanadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Ofício-Circular n.º 588, de 7 de fevereiro de 2018).

1. Objetivos de gestão (artigo 38.º RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento definiu um conjunto de objetivos principais para 2017:

- a) O alargamento da área de influência a novos mercados e criação de novos produtos, minimizando a perda de receitas próprias e a prestação de um serviço de referência para os clientes;
- b) A assinatura com o Estado de um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para vigorar no triénio 2017-2019;
- c) O cumprimento do Contrato de serviço público.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2017 foi aprovado em Assembleia Geral da Lusa a 5 de junho. No entanto, após a votação, a representante do Acionista Estado, emitiu a seguinte declaração de voto: *“O voto favorável do acionista Estado pressupõe que, no exercício de 2017, a empresa irá ajustar a execução do orçamento por forma a que a despesa em FSE não ultrapasse 4,010M€ e os gastos com pessoal não ultrapassem 10,176M€, sendo que estes valores só poderão ser, eventualmente, aumentados caso o volume de negócios venha a ser superior, em resultado do incremento das vendas e/ou prestações de serviço não abrangidas pelo serviço Público, face ao previsto no PAO, devendo para este efeito ser solicitada autorização, nos termos legalmente previstos.”*

Adicionalmente, o despacho n.º 647/17-SET do Exmo. Sr. Secretário Estado do Tesouro de 23.8.2017, cujo teor é “Concordo que ao valor global dos FSE seja expurgada a parte cofinanciada do projeto (Google) em apreço”, permitiu que o valor de FSE, sem os gastos do projeto referido, permanecesse ao nível de 2016, ou seja, de €3.817 mil, constituindo assim este o valor de referência para efeitos de controlo orçamental sem o dito projeto.

Esta decisão do acionista maioritário, de redução nos gastos com pessoal do valor de €240 mil e nos fornecimentos e serviços externos de €250 mil, teve, como consequência, o adiamento, à semelhança do que já havia acontecido em 2016, da contratação de novos jornalistas, para reforço da estratégia digital em curso e de novos correspondentes para o reforço das redes nacional e internacional, conforme preconizado no CPSNIIP para o triénio 2017-2019.

Em novembro, a Lusa lançou o Novo Portal Lusa, que foi acompanhado da implementação dos serviços desenvolvidos no âmbito do projeto, nomeadamente a Agenda Financeira, um serviço online que permite o planeamento da atividade das empresas, segundo o calendário económico-financeiro de outras empresas ou organismos, nacionais e internacionais; o

Info3E, um serviço online aglomerador de relatórios, estatísticas e comunicados, com informação macroeconómica sobre Portugal, os seus parceiros económicos, a União Europeia e os países do G7, proveniente de fontes internas e de organizações internacionais; e a “Carta de Portugal”, informação gratuita vocacionada para o cumprimento de serviço público.

Para além destes novos serviços, em outubro, a Lusa disponibilizou o novo serviço LusaPhoto 2nd Market, um serviço composto por fotografias cuja comercialização assenta num regime de compra de exclusividade dos direitos da imagem, destinado essencialmente a meios de comunicação social estrangeiros e a meios de comunicação social nacionais, cujo formato é sobretudo baseado em fotografia (excetuam-se as Agências de notícias).

Também em outubro a Lusa relançou o serviço Lusa News, depois de uma requalificação do serviço durante o verão de 2017. O serviço, com mais conteúdos e com maior consistência na oferta diária, destina-se a empresas internacionais baseadas no nosso território, embaixadas, consulados e demais organismos estrangeiros em Portugal que necessitem receber uma linha da atualidade de Portugal e da Lusofonia, em Inglês.

Tal como nos anos anteriores, também em 2017 a atividade comercial da Lusa focou-se, por um lado, na fidelização dos atuais Clientes tentando o reforço da receita, e a angariação de novos Clientes, em especial em mercados não tradicionais quer a nível geográfico quer de segmento.

O CPSNIIP para o triénio 2017-2019, proposto pelo Conselho de Administração em 2015, foi aprovado pelas respetivas tutelas em 2016 e mereceu o parecer positivo do Tribunal de Contas, produzindo efeitos desde o dia 3 agosto de 2017, data de pagamento dos emolumentos.

Apesar do aumento dos valores de referência estabelecidos no novo Contrato 2017-2019, e de não ter sido autorizado o reforço dos recursos humanos, quer para o quadro, quer como correspondentes, por via do corte orçamental por parte da tutela financeira, a produção da Lusa ultrapassou os níveis mínimos exigidos para os conteúdos texto e fotografia; Os vídeos encontram-se em linha com o mínimo previsto; Já relativamente a áudios, cujo aumento previsto pelo Contrato de Serviço Público ronda, neste triénio, os 200%, não foi possível alcançar uma produção consistente que assegurasse mensalmente o cumprimento do previsto no Contrato.

Os parâmetros e fundamentos, e respetivas metas quantificadas, encontram-se definidos no Contrato de Gestão estabelecido entre o Estado e a Presidente do Conselho de Administração:

17 JSL 7
JSL
JSL

INDICADORES	Método de Cálculo
Indicadores Económico-financeiros	
Receitas mercantis (crescimento 1%/ano)	Vendas e Serviços prestados (exceto indemnização compensatória)
PRC (GO ano n/ano 2011)	$\frac{\Sigma (\text{CMVMC} + \text{FSE} + \text{Gastos c/Pessoal}) \text{ ano } n}{\Sigma (\text{CMVMC} + \text{FSE} + \text{Gastos c/Pessoal}) \text{ ano } 2011}$
EBITDA s/ Ind. Compensatória (aumento 5%/ano)	EBITDA deduzido da indemnização compensatória
Gastos Operacionais (CMVMC+FSE+G.Pessoal) por Notícia Produzida(€)	$\frac{\Sigma (\text{CMVMC} + \text{FSE} + \text{Gastos c/Pessoal})}{\text{N.º Total Notícias Produzidas}}$
Receita mercantil / N.º efetivos sem OS	Vendas e Serviços prestados (exceto indemnização compensatória) / N.º Médio de Efetivos ano n (sem dirigentes e Órgãos sociais)
PMP (dias)	Prazo Médio de Pagamento a Fornecedoros
Indicadores de Atividade	
N.º Médio por Dia de Notícias por formato	Σ Indicadores 1.1 a 1.4
* Texto	N.º Médio/dia de Notícias em formato de texto
* Foto	N.º Médio/dia de Notícias em formato de foto
* Áudio	N.º Médio/dia de Notícias em formato áudio
* Vídeo	N.º Médio/dia de Notícias em formato vídeo
N.º de Acesso/dia página Internet	N.º de total de acessos à página LUSA /dia
N.º Médio Anual por Notícias produzidas por jornalista	Indicador 1 * N.º dias Ano / N.º Médio Jornalistas
N.º de Horas de Interrupção de Notícias / Ano	N.º Total de Horas em que a LUSA interrompeu serviço noticioso

No entanto, aquando da Assinatura do Contrato de Gestão, aprovado em Assembleia Geral da Lusa em 1 de outubro de 2015, uma vez que não existia Contrato de Prestação de Serviço Público para os anos de 2016 e 2017, foi feita a seguinte declaração pela Presidente do Conselho de Administração (PCA) no próprio documento e aquando a assinatura do Contrato e que transcrevemos:

“Eu, Maria Teresa Prata Macias Marques, na qualidade de segundo outorgante neste Contrato de Gestão, aceito os objetivos constantes do Anexo I ao presente Contrato para o ano de 2015. Para os anos de 2016 e 2017 comprometo-me, no prazo de 30 dias contados da data de entrada em vigor do novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público a celebrar entre o Estado e a Lusa, a acordar com os acionistas da Lusa a fixação dos objetivos para aqueles exercícios que poderão ser incorporados no Anexo I através de aditamento a este Contrato de Gestão.”

Assim, e uma vez que o Contrato para o triénio 2017-2019 produz efeitos desde o dia 3 de agosto, conforme referido anteriormente, foi enviado um ofício a 1 de setembro, para as tutelas setorial e financeira, com proposta de objetivos para 2017. Em 23 de outubro realizou-se a Assembleia Geral da Lusa para deliberar sobre a proposta de objetivos para 2017 do Contrato de Gestão celebrado com a Presidente do Conselho de Administração, tendo a mesma sido aprovada.

INDICADORES	MÉTODO DE CÁLCULO	Objetivo Anual - 2017	REAL 2017 Resultado Anual
ECONÓMICO-FINANCEIROS		60,00%	
Receitas Mercantis	$RM_i = RM_{PAO2017} * 1,01$ Nota: RM = Vendas e serviços prestados (excepto G.O. (i) = G.O. PAO2017 * 0,995	20,00%	3 800 958 / 3 674 853
Gastos Operacionais	Nota: Valor ajustado de one-off	20,00%	13 253 056 / 13 049 779
Receita Mercantil / N.º efetivos sem OS	Vendas e serviços prestados (excepto IC)/n.º médio de efetivos (s/dirigentes e OS)	10,00%	16 506 / 15 704
PMP (dias)	Prazo médio de pagamento a fornecedores	5,00%	31 / 31
PMR (dias)	Prazo médio de recebimento de clientes	5,00%	54 / 54
ATIVIDADE		40,00%	
N.º Médio por Dia de Notícias por formato	Σ Indicadores 1.1 a 1.5	27,50%	637 / 644
*Texto	N.º médio/dia de notícias	10,00%	463 / 462
*Foto	N.º médio/dia de notícias	7,50%	125 / 134
*Áudio	N.º médio/dia de notícias	5,00%	30 / 29
*Vídeo	N.º médio/dia de notícias	2,50%	15 / 15
*Story	N.º médio/dia de notícias	2,50%	4 / 4
N.º de Acessos por dia (Homepage Lusa)	N.º total de acessos à página da Lusa por dia	2,50%	52.500 / 58.000
N.º Médio Anual por Notícias produzidas por Jornalista	Indicador 1 * n.º dias ano / n.º médio de jornalistas	5,00%	1.271 / 1.285
N.º de Horas de Interrupção de Notícias /Ano	N.º total de horas em que a Lusa interrompeu o serviço noticioso	5,00%	23 / 19

Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2017

(milhares de euros)

Execução Orçamental	PAO 2017 (*)	2017	Variação	
			Valor	%
EBITDA	1.602	1.364	-238	-14,8%
Volume de Negócios (**)	15.703	15.324	-378	-2,4%
PMP (dias)	31	31	0	0,0%
Investimento	723	467	-256	-35,4%
Quadro de Pessoal				
Gastos	10.176	9.865	-311	-3,1%
N.º efetivo	261	252	-9	-3,4%
Nível de Endividamento	152	0	-152	-100,0%

(*) PAO ajustado pela declaração de voto adonista do Estado aquando AG aprovação 5 junho 2017
 (**) - O Volume de negócios apresenta uma redução, face ao orçamentado, essencialmente como resultado da devolução da Indemnização Compensatória (IC) ao Estado

2. Gestão do risco financeiro

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€) (i)	1.129	5.015	17.579	50.174	64.320
Taxa Média de Financiamento (%)	1,6%	1,8%	3,1%	6,0%	5,6%

(i) - inclui juros suportados e outros encargos associados

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017)

Passivo Remunerado (€)	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 2017-16	
						Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	0	148 286	403 321	696 036	1 019 750	148 286	100,0%
dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0	0,0%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0,0%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0,0%
Endividamento Ajustado							

Nota: no final de 2017 o empréstimo com o BPP e o contrato de leasing tinham terminado não havendo mais nenhum passivo remunerado ativo

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

4.1. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009

PMP	2017	2016	Variação 2017-16	
			Valor	%
Prazo (dias)	31	32	-1	-3,1%

Em 2017, registou-se uma diminuição de 1 dia no Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, relativamente a 2016, o que traduz o cumprimento do determinado no Contrato de Gestão.

4.2. Mapa da posição a 31/12/2016 dos Pagamentos em Atraso (“arrears”), nos termos do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Dívidas Vencidas	0-90 dias (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	402.015	9.080	36.455	67	311
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	402.015	9.080	36.455	67	311

De referir que, no apuramento dos pagamentos em atraso, os valores das dívidas vencidas no prazo de 90 a 120 dias se referem, em grande medida, a faturas da EPA (European Pressphoto Agency), emitidas antecipadamente, cujo vencimento só ocorre em 2018. O valor de €311 verificado no prazo superior a 360 dias refere-se a faturação da Gráfica Açoreana, com a qual a Lusa se encontra em situação litigiosa, conforme se pode verificar no quadro constante do capítulo das “Pendências Judiciais”, e da Açoreana Seguros. No prazo de 240-360 dias, o valor registado reporta-se também à Gráfica Açoreana.

5. Das diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Aquando da aprovação das contas de 2016, em Assembleia Geral realizada em 27 de março de 2017, o representante do acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração, o seguinte:

- i. Dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março no que se refere à política de otimização da estrutura de gastos operacionais: a Lusa endereçou um pedido ao Senhor Ministro da Cultura relativo à exceção da verificação da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios e apresentou uma proposta de outro indicador que permita medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, conforme o disposto no n.º 2 do artigo

124.º do DLEO, atendendo a que a Lusa cumpre com os requisitos expressos na alínea b) do n.º 5 do mesmo artigo, porque se encontra numa fase de aumento de atividade e porque o aumento com os gastos encontra-se incluído no orçamento para 2017. A proposta apresentada do novo indicador para medir a otimização de gastos operacionais obteve despacho favorável da tutela setorial e da tutela financeira. O resultado do indicador para 2017 encontra-se explanado no ponto 14 deste capítulo.

- ii. Dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, relativamente a deslocações e alojamento;

alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do DLEO	2016	2017	2017/2016	
			VALOR	%
Comunicações	266	228	-38	-14,1%
Deslocações/Estadas	361	403	42	11,6%
Ajudas de Custo	369	352	-17	-4,6%
Frota automóvel	180	193	12	6,8%
Total	1.176	1.175	-1	-0,1%

Conforme se pode observar no quadro acima, a Lusa cumpre o disposto no referido artigo uma vez que o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel apresentam uma diminuição de 0,1% face a 31 de dezembro de 2016.

6. Das remunerações

6.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido €
2015-2017 (renúncia a 6-02-2017)	Presidente	Elsa Maria Rancón Santos	275	0
2015-2017 (Início a 27-03-2017)	Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	275	826
2015-2017	Vice-Presidente	António Manuel Simões da Silva	220	879
2015-2017	Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	220	879
				2.585

6.2. Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ⁽¹⁾			N.º de Mandatos (**)
			Forma ⁽²⁾	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2015-2017	Presidente	Maria Teresa Prata Macias Marques	AG	19/01/2015	Não	Lusa, S.A	Destino	1
2015-2017	Vice-Presidente (não executivo)	João Manuel Pintado Silveira Lobo	AG	19/01/2015	n a (*)	n a (*)	n a (*)	1
2015-2017	Vogal (não executivo)	Luís Paulo Mah Silva	AG	19/01/2015	n a (*)	n a (*)	n a (*)	1
2015-2017	Vogal (não executivo)	José Carlos Barbosa Lourenço	AG	19/01/2015	n a (*)	n a (*)	n a (*)	2
2015-2017	Vogal (não executivo)	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	AG	19/01/2015	n a (*)	n a (*)	n a (*)	6

Legenda: ⁽¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

⁽²⁾ - Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP, indicar entidade pagadora (O Origem/D-Destino)

(*) - senhas de presença

(**) - inclui o mandato atual

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Maria Teresa Prata Macias Marques	Lusa, S.A	Presidente do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	ÉANA	Membro do Conselho de Administração	Associação sem fins lucrativos
	EPA	Membro do Supervisory Board	Sector Privado
João Manuel Pintado Silveira Lobo	Lusa, S.A	Vice-Presidente (Não-Executivo) do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
		Consultar independente, contribui regularmente para a COTEC e ensina na PBS, na NOVA SBE e na NOVA Executivos	Sector Privado
Luis Paulo Mah Silva	Lusa, S.A	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
		É professor auxiliar convidado na Lisbon School of Economics and Management – ISEG da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CESA) no ISEG. Leciona no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento (ambos no ISEG) e no Mestrado em Estudos Asiáticos (UCP)	Sector Público Empresarial
José Carlos Barbosa Lourenço	Lusa, S.A	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
		Exerce funções de Administrador do Grupo Global Media desde 2014, onde é C.O.O., bem como cargos de Administrador não Executivo em várias empresas do Grupo e participadas	Sector Privado
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	Lusa, S.A	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
		Exerce as funções de Secretário da Sociedade e de CCO – Chief Corporate Officer da IMPRESA – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., onde anteriormente tinha exercido as funções de CFO - Chief Financial Officer (1998-2016), e é administrador nas várias empresas participadas do Grupo IMPRESA, nomeadamente, SIC (televisão), IMPRESA PUBLISHING (editora do jornal Expresso), GMTS e INFOPORTUGAL	Sector Privado

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Maria Teresa Prata Macias Marques	S	C	4.578	1.831
João Manuel Pintado Silveira Lobo ⁽¹⁾	S	C	350	-
Luis Paulo Mah Silva ⁽¹⁾	S	C	300	-
José Carlos Barbosa Lourenço ⁽¹⁾	S	C	300	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira ⁽¹⁾	S	C	300	-

⁽¹⁾ - Em 2017 receberam sob a forma de senhas de presença, apesar de em AG de 19 de janeiro de 2015 ter sido proposto o pagamento de um valor mensal, o mesmo não foi implementado uma vez que se considerou que se traduzia num incremento dos valores remuneratórios. O valor mencionado no quadro refere-se ao valor por unidade de senhas de presença.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2017 (€)				
	Fixa (1) *	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Maria Teresa Prata Macias Marques	86.070	0	86.070	4.305	81.765
João Manuel Pintado Silveira Lobo	4.200	0	4.200	210	3.990
Luis Paulo Mah Silva	3.000	0	3.000	150	2.850
José Carlos Barbosa Lourenço	3.600	0	3.600	180	3.420
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	3.600	0	3.600	180	3.420
			100.470	5.025	95.445

*1) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Membro do Conselho de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Maria Teresa Prata Macias Marques	5	1.105	Seg. Social	19.420	311	0	Seguro acid. trab. e doenças prof.	400
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0	0	Seg. Social	948	0	0	-	0
Luis Paulo Mah Silva	0	0	Seg. Social	677	0	0	-	0
José Carlos Barbosa Lourenço	0	0	Seg. Social	812	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	Seg. Social	812	0	0	-	0
		1.105		22.669	311	0		400

Membro do Conselho de Administração	Encargos com Viaturas - 2017								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	
Maria Teresa Prata Macias Marques	S	S	33.800,01	Renting	2015	2019	368,76	4.425,12	15
João Manuel Pintado Silveira Lobo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Luis Paulo Mah Silva	N	N	-	-	-	-	-	-	-
José Carlos Barbosa Lourenço	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: ⁽¹⁾ - aquisição: ALD, Leasing ou outra

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Maria Teresa Prata Macias Marques	1.740	862	0	Refeições, estacionamento, vistos, taxas, seguros de viagem	267	2.868
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0	0	0	-	0	0
Luis Paulo Mah Silva	0	0	0	-	0	0
José Carlos Barbosa Lourenço	0	0	0	-	0	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	0	-	0	0
						2.868

No exercício de 2017 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, nem foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

6.3. Fiscalização

6.3.1. Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) [€]	N.º de Mandatos (*)
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2015-2017 (Início a 31-03-2016)	Presidente Conselho Fiscal	Paula Alexandra Caetano da Silva	AG	31/03/2016	1.056	1
2015-2017	Vogal	Ana Cristina Vicente Soares	AG	19/01/2015	845	1
2015-2017	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	AG	19/01/2015	1.313	2
2015-2017	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	AG	19/01/2015	-	1

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

(*) - inclui o mandato atual

Handwritten signatures and initials: JSL, JSL, JSL, JSL

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Paula Alexandra Caetano da Silva (Início cargo a 31-03-2016)	14.788	0	14.788
Ana Cristina Vicente Soares	11.832	0	11.832
Susana Rodrigues de Jesus	15.750	0	15.750
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0
	42.370	0	42.370

6.3.2. Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº anos de funções exercidas no grupo	Nº anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data (*)	Data do Contrato		
2015-2017	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	ROC n.º 1338	-	AG	19/01/2015	26/04/2012	n.a.	6
2015-2017	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	SROC n.º 53	-	AG	19/01/2015	-	n.a.	3

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC).

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho (D)

(*) - mandato atual

n.a. - não aplicável

Nome	Valor anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Susana Rodrigues de Jesus	15.750	0	15.750	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(2) e (3) reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro

n.a. - não aplicável

6.4. Auditor Externo

Durante 2017, e no seguimento da contratação por ajuste direto à empresa BDO em 2016, dos serviços de auditoria, foi realizado o "exame simplificado às contas da Lusa", sendo que as principais recomendações foram:

- Elaboração de um manual de procedimentos internos para assegurar a consistência e sistematização de políticas da empresa;
- Proceder anualmente ao cálculo dos ativos por impostos diferidos resultantes da provisão de pré-reformados aferindo sobre a sua recuperabilidade face à expectativa de geração de lucros;
- Obter avaliações externas dos edifícios da Lusa em Lisboa e Díli, à semelhança do efetuado em 2016, por forma a sustentar a inexistência de eventuais imparidades, uma vez que os mesmos se encontram registados pelo modelo de revalorização;
- Acompanhamento do ajustamento à indemnização compensatória efetuado no exercício de 2016 tentando obter instruções inequívocas por parte da Tutelas;
- Reanálise dos valores em outras contas a pagar relativamente a acordos de cooperação com agências noticiosas dos PALOP's sem movimento contabilístico nos últimos anos.

Identificação Auditor Externo			Data da Contratação	Duração Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO	956	20.160.573	15/11/16	2	2	2

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais (€)			
	Ano	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Ano	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO	2016	6.874	0	6.874	2016	0	0	0
BDO	2017	6.874	0	6.874	2017	0	0	0
TOTAL		13.748	0	13.748		0	0	0

Nota : O valor aqui referido diz respeito a "Exame Simplificado às contas" para os exercícios 2016 e 2017 conforme ajuste directo n.º 2758106

Em novembro de 2017, e na sequência da decisão do Conselho de Administração da Lusa em 2016 sobre a contratação de Contabilista Certificado, foi efetuado um ajuste direto à empresa Epimetheus para fornecimento dos respetivos serviços por um período de um ano.

6.5. Restantes trabalhadores

De acordo com a Lei de Orçamento do Estado de 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) nos seus artigos 20.º e 21.º foram repostos os subsídios de refeição, diuturnidades, trabalho suplementar e trabalho noturno.

7. Da aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

Em 2017 não ocorreu o reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Maria Teresa Prata Macias Marques	80	138	
João Manuel Pintado Silveira Lobo	-	0	
Luis Paulo Mah Silva	-	0	
José Carlos Barbosa Lourenço	-	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	

Nome	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Maria Teresa Prata Macias Marques	400 litros	1.554	1.142	2.695	De acordo com ata n.º 32 de janeiro 2015 o valor mensal para estes gastos é de 1/4 das despesas de representação o que para um período de 12 meses, é de €5.493. Verifica-se assim que os gastos reais são apenas 49% do máximo permitido.
João Manuel Pintado Silveira Lobo	-	0	0	0	
Luis Paulo Mah Silva	-	0	0	0	
José Carlos Barbosa Lourenço	-	0	0	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	0	0	
				2.695	

8. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Em 2017 a Lusa não incorreu em despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em 2016, foi elaborado um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas, nos termos do disposto no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março. Este documento encontra-se disponível em www.lusa.pt.

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE


Durante o ano de 2016 foi finalizado o relatório de prevenção e combate à fraude (PPRIC) conforme preconizado no artigo 46.º do DL n.º 133/2013 e Lei n.º 54/2008 onde as empresas públicas “devem elaborar anualmente relatório identificativo das ocorrências e risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008”.

No final de 2016 e durante 2017 foram dados os primeiros passos nos procedimentos de Auditoria Interna, sendo objetivo para 2018 dar continuidade ao controlo interno, através da monitorização dos procedimentos com o objetivo de otimizar os recursos. Pretende-se reavaliar os riscos potenciais, a sua probabilidade de ocorrência e redefinir, se for o caso, as medidas de prevenção.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2016 está disponível em http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/Lusa_PPRIC2016.pdf.

11. Da Contratação Pública

A Lusa adota os procedimentos de aquisição de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (até 31 de

JSL


dezembro de 2017), alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (a partir de 1 de janeiro de 2018).

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Departamento de Operações e Compras, integrado na Direção de Áreas de Suporte.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória, pelo "Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços" aprovado pelo Conselho de Administração da Lusa em 29 de dezembro de 2010, a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores, tendo este procedimento sido adotado mesmo em compras de bens ou serviços de valor muito inferior. As aquisições de valor superior a 5 mil euros seguem os respetivos trâmites de procedimento de contratação pública não simplificado, sendo os respetivos contratos registados no portal base.gov.

Durante o ano de 2017 foram lançados 57 ajustes diretos de aquisição de bens e serviços e de empreitada, no valor de €1.542.940, e 1 concurso público de aquisição de serviços, no valor de €237.600, num total de 58 procedimentos contratuais no montante global de €1.780.540, verificando-se conformidade com os procedimentos de contratação pública.

A Lusa não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2017 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis									22	364 909 €	22	364 909 €
Concessão de obras públicas									4	99 805 €	4	99 805 €
Aquisição de serviços	1	237 600 €							31	1 078 226 €	32	1 315 826 €
TOTAL	1	237.600 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	57	1.542.940 €	58	1.780.540 €

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '7552' and a signature.

Contratos públicos: número e valor dos contratos adjudicados em 2017 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	N.º dos contratos	Preço contratual	Tipo de procedimento
Locação/aquisição de bens móveis	3593737	9 878 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3136294	8.650 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3136268	64.790 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3127931	8.096 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3668970	9 126 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3680330	9 126 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3641306	10.966 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3668322	4.404 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3705051	67.350 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3767695	9.825 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3774522	197 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3916223	9.123 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3915972	29.823 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3915489	9.345 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	3909923	9 525 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	4127839	35.295 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	4132042	6.015 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	4136675	26.997 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	4136630	9.819 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	4140136	10.124 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	4140052	9.126 €	Ajuste direto
Locação/aquisição de bens móveis	4139945	7.309 €	Ajuste direto
Empreitadas de obras públicas	3909721	7.800 €	Ajuste direto
Empreitadas de obras públicas	4131840	7 967 €	Ajuste direto
Empreitadas de obras públicas	4134549	9 040 €	Ajuste direto
Empreitadas de obras públicas	4135364	74.998 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3922311	11.316 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3915529	9.941 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3909956	16.800 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3824823	53.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	4127982	8.605 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	4132807	9.980 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	4132579	9.990 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	4135979	8 455 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	4135694	6.008 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	4135559	9.790 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	4140702	498 115 €	Ajuste direto (artigo 27.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2 do CCP)
Aquisição de Serviços	4140405	9 999 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	4226139	8.200 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3641099	9.990 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3349406	84 850 €	Ajuste direto (artigo 24.º, n.º 1, alínea e) do CCP)
Aquisição de Serviços	3343178	12 000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3339128	11.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3339072	9.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3338979	9.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3338900	11.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3338784	9.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3338727	9.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3338564	9.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3338468	9.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3338347	11.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3338216	9.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3225306	163.800 €	Ajuste direto (artigo 24.º, n.º 1, alínea e) do CCP)
Aquisição de Serviços	3136363	35.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	2971575	5.387 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3668158	5 000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	3670638	6.000 €	Ajuste direto
Aquisição de Serviços	2965131	237.600 €	Concurso Público
TOTAL		1.780.540 €	

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2016 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento em 2016								Total			
	Concurso público		Concurso limitado por		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto			
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis									4	337.643 €	4	337.643 €
Aquisição de serviços	6	1.711.585 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	11	227.480 €	17	1.939.066 €
TOTAL	6	1.711.585 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	15	365.123 €	21	2.076.709 €

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2015 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento em 2015								Total			
	Concurso público		Concurso limitado por		Procedimento de		Diálogo concorrencial		Ajuste direto			
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis									10	625 936 €	10	625 936 €
Aquisição de serviços									6	177 831 €	6	177 831 €
TOTAL	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	16	803 766 €	16	803 766 €

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011 e dispõe de um "Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços", aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de dezembro de 2010, que se encontra publicitado em www.lusa.pt.

13. Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 124.º do DLEO 2017, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A estratégia de consolidação orçamental, que determina a redução da despesa pública por parte do Estado, impõe às empresas do SEE, onde a Lusa se enquadra, por via do OE para 2017 e do DLEO n.º 25/2017 de 3 de março, e de outras determinações emanadas das entidades que a tutelam, a adoção de medidas de redução e contenção de gastos.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 124.º do DLEO n.º 25/2017, de 3 de março, "as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016".

PRC	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2017/2016	
				Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	1.364	2.626	1.507	-1.262	-48,1%
(1) CMVMC	0	0	0	0	n.c.
(2) FSE	3.964	3.817	3.853	147	3,8%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	9.240	9.192	9.232	49	0,5%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	226	0	-226	-99,9%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	503	335	101	168	50,2%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017	121	0	0	121	n.c.
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	13.204	13.009	13.085	196	1,5%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	3.675	3.857	4.132	-183	-4,7%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	359,3%	337,2%	316,7%	22,1%	6,5%
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	228	266	343	-38	-14,1%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	403	361	325	42	11,6%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	352	369	415	-17	-4,6%
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}	193	180	225	12	6,8%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	1.175	1.176	1.308	-1	-0,1%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	263	269	272	-6	-2,2%
N.º Órgãos Sociais (OS)	11	11	10	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	4	4	-1	-25,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	249	254	258	-5	-2,0%
N.º Trabalhadores/N.º CD	83	64	65	20	30,7%
N.º de viaturas	20	21	24	-1	-4,8%

n.c. - não comparável

a) Para aver o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

Contudo, o n.º 2 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017 (DLEO 2017) refere que, no caso em que se verifique que o volume de negócios não se revela adequado para aferir o nível de atividade da empresa, ou que os gastos operacionais sejam afetados por despesas ocasionais, de elevado montante, imprescindíveis à atividade da empresa, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade podem dispensar o cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 124.º do DLEO, devendo estabelecer um novo indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais.

Assim, a Lusa, em cumprimento do estabelecido no DLEO 2017, conforme acima referido, endereçou um pedido ao senhor Ministro da Cultura relativo à exceção da verificação da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios; foi igualmente proposto o estabelecimento de outro indicador que permita medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 124.º do DLEO, atendendo a que a Lusa cumpre com os requisitos expressos na alínea b) do n.º 5 do mesmo artigo.

O novo indicador teve um despacho favorável por parte do Senhor Ministro da Cultura em 17 de maio e a 1 de junho pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro (Despacho n.º 351/17 - SET).

NOVO INDICADOR

	(euros)		
DESCRIÇÃO	2015	2016	2017
Fornecimentos e serviços externos	3.852.659	3.817.166	3.963.965
Gastos com o pessoal	9.332.451	9.752.784	9.864.846
Perdas por imparidade	369.587	86.446	45.389
Perdas por reduções de justo valor	0	100	7
Provisões do período	24.768	197.667	355.912
Outros gastos e perdas	265.746	175.017	137.670
Gastos e perdas de financiamento	16.938	4.879	1.092
Total de Gastos e perdas (sem amortizações) (A)	13.862.150	14.034.059	14.368.882
Indemnizações com o pessoal	0	226.481	140
Alterações Legislativas ⁽¹⁾	100.582	334.763	624.230
Projeto Google (FSE)	0	0	154.802
Total de efeitos não recorrentes (B)	100.582	561.244	779.172
Produção Editorial (n.º de conteúdos) (C)	222.799	227.821	235.091
Indicador ((A)-(B))/(C)	61,77	59,14	57,81
Varição	-	-2,63	-1,33

⁽¹⁾ - Alterações legislativas decorrentes da Lei n.º 75/2014, Lei n.º 159-A/2015, Lei n.º 42/2016.

No cálculo do novo indicador verificou-se, em 2017, uma diminuição do custo médio por conteúdo de 1,33 face a 2016, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa, cumprindo assim o desiderato da redução do peso dos custos face à produção editorial.

No que se refere ao conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, conforme referido no n.º 5 deste capítulo, a Lusa cumpre o disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do DLEO 2017, uma vez que se verifica uma diminuição de 0,1% face a 31 de dezembro de 2016.

O número de efetivos regista uma diminuição de 6 trabalhadores.

Relativamente ao número de viaturas, a diminuição verificada de 21 para 20 (13 em ALD e 7 propriedade da Lusa) deve-se à entrega de uma viatura em ALD, em março de 2017.

14. Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE e artigo 111.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e artigo 90.º do DLEO 2017)

No seguimento do pedido de dispensa do cumprimento do princípio de Unidade da Tesouraria do Estado (UTE), através do ofício da Lusa n.º PCA/007/17, de 19 de janeiro, foi recebido, nos termos do n.º 7 do artigo 111.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, despacho do IGCP de autorização, no sentido de excecionar do cumprimento da UTE, para o ano de 2017, os seguintes serviços:

- Os valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados (como por exemplo à ordem dos Tribunais);
- Os valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos e contratos de leasing celebrados.

Os restantes valores devem, pois, ser movimentados pela LUSA através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência.

BANCOS 2017	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades				
Banco B.P.I.	36.975	51.017	79.253	25.398
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	28.895	34.157	58.919	55.341
Banco Comercial Português	19.796	23.160	26.525	34.222
Banco Popular Portugal, S.A.	107.628	210.358	226.592	222.850
Banco Espírito Santo	5.199	2.812	2.945	2.056
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	2.297.498	2.144.337	2.393.513	3.316.663
Total Disponibilidades	2.495.992	2.465.841	2.787.747	3.656.531
Aplicações				
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	2.380	2.284	2.284	2.072
Banco Popular Portugal, S.A.				
Aplicações Financeiras	2.380	2.284	2.284	2.072
Total Disponibilidades + Aplicações	2.498.371	2.468.125	2.790.031	3.658.602
Juros Auferidos	0	6	6	6



15. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

A Empresa não foi objeto de auditorias do Tribunal de Contas.

16. Informação a constar no sítio da internet do Setor Empresarial do Estado (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	20/05/2017	
Caracterização da Empresa	S	20/05/2017	
Função de tutela e accionista	S	20/05/2017	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	20/05/2017	
Estatuto remuneratório fixado	S	20/05/2017	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	20/05/2017	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	20/05/2017	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	22/05/2017	
Esforço Financeiro Público	S	20/05/2017	
Ficha Síntese	S	20/05/2017	
Informação Financeira histórica e atual	S	20/05/2017	
Princípios de Bom Governo	S		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	20/05/2017	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	20/05/2017	
Outras transações	N.A.	20/05/2017	
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios	S	20/05/2017	
Económico	S	20/05/2017	
Social	S	20/05/2017	
Ambiental	S	20/05/2017	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	20/05/2017	
Código de Ética	S	20/05/2017	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

ing JSL



17. Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto em questão
	S	N	N/A		
Objetivos de Gestão:					
Cumprimento do Contrato de Prestação de Serviço Nacional e Informativo de Interesse Público	S			100%	N.º 1 de janeiro de 2017 o Conselho de Administração da Lusa assinou o contrato de prestação de serviços de prestação de serviços de interesse público, que foi aprovado pelo Tribunal de Contas a 13 de Junho de 2017.
Aumento nas receitas próprias	S			Diminuição de €183 mil (-4,7%) nas receitas próprias	Por via de contratação de mediadora de economia da setor da comunicação social e de não facturar mensalmente a taxa de administração de 1000€ (taxa de administração) em atividade económica (ver n.º 1)
Metas e atingido constantes no PLO 2017					
Previsão Financiera de Referência	S				ver n.º 2
Investimento	S				ver n.º 3
Saldo em caixa	S				ver n.º 8
Gravidade de execução do orçamento consignado no SIGO/SDE	S				ver n.º 8
Gestão da Risco Financeiro	S				ver n.º 8
Índices de Cumprimento do Investimento	S				ver n.º 8
Redução do PMP e fornecedores	S				ver n.º 8
Divulgação dos Ativos e Passivos ("Finanças")					
Recomendação do economista na última aprovação de contas	S				22 de Junho de 2017, emitida a mais de 60 dias antes do fim do exercício, em virtude de falhas da CPA (European Public Audit Agency) em termos de metodologia, não cumprimento do artigo 102.º do Regulamento (UE) n.º 1825/2014 (ver n.º 4.2.2)
Das cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 151/2017, de 1 de março	S			100%	
Das cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março	S			100%	
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão	S				
CA - redução remunerada vigentes em 2017	S			5.028 €	
Fiscalização (CF/ROC/FUI) - redução remunerada vigentes em 2017	S			24	Redução remunerada de 5% ao abrigo do Estatuto do Gestor Público (ver n.º 8.4)
Auditor Externo - redução remunerada vigentes em 2017	S				
Remuneração Estatutária - redução remunerada vigentes em 2017	S				
2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 116/2017, de 29 de dezembro	S				
IGP - Artigo 22.º e 23.º da EGP	S				ver n.º 7
Não atribuição de perfis de risco	S				
Não recebimento de despesas de representação pessoal	S				
Valor máximo dos honorários de representação	S				
Valor máximo de combustível e portagens a nível mensal em atividades de serviço	S				
Despesas não documentadas ou contabilizadas - n.º 2 do artigo 15.º do RUSPE e artigo 11.º da EGP	S				Em 2017 a Lusa não incurreu na realização de despesas não documentadas (ver n.º 8)
Proibição de realização de despesas não documentadas ou contabilizadas	S				
Princípio da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do Relatório Anual sobre prevenção de corrupção	S				Em 2016 foi elaborado e divulgado um relatório sobre a igualdade de remunerações ao género relativo a 2015 em cumprimento do disposto no n.º 2 da RCM n.º 18/2014 (ver n.º 9)
Contratação Pública					
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção	S				Em 2017 foi elaborado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Coisadas (ver n.º 3.1), tendo sido efetuadas 7 auditorias a prestação de serviços financeiros em 2017.
Adaptação das normas de contratação pública da empresa	S				Em 2017 a Lusa em 2017 foram lançadas 58 ordens de compra com valor total de €1.780.349 sendo o valor máximo de uma ordem de compra de €237.930 e os restantes valores inferiores a €10.000.
Adaptação das normas de contratação pública pela Lei 17/2015	S				A Lusa adotou o procedimento de aquisição de bens e serviços por ordem de compra, tendo sido aprovada a Lei n.º 17/2015 de 20 de fevereiro de 2015.
Auditorias da Tribunal de Contas	S				ver n.º 11
Parque Automóvel					
N.º de veículos	S				Relação dos custos de renovação e alterações de veículos (ver n.º 13.1)
Gastos operacionais das Empresas Públicas					
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º da Lei 133/2013)	S				Em 2017 foi criado o indicador para medir a conformidade de gastos operacionais de acordo com o Decreto-Lei n.º 151/2017, do Conselho de Estado de Teófilo José de Melo, com o valor máximo de 50,18 para 37,42, o que se refere ao cumprimento dos gastos com contratação de serviços de apoio à gestão, tendo sido aprovada a Lei n.º 133/2013 de 31 de dezembro de 2013.
Orçamentos e alterações orçamentais em 2017	S			90,7% (83,3% em 2016)	No cumprimento do plano de execução do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (UTE) através do Decreto-Lei n.º 151/2017, de 19 de janeiro de 2017, foi realizado através do Decreto-Lei n.º 151/2017, de 19 de janeiro de 2017, o processo de alteração do orçamento de 2017, tendo sido aprovada a Lei n.º 133/2013, de 31 de dezembro de 2013, que altera o valor máximo de uma ordem de compra de 50,18 para 37,42, o que se refere ao cumprimento dos gastos com contratação de serviços de apoio à gestão, tendo sido aprovada a Lei n.º 133/2013, de 31 de dezembro de 2013.
Orçamentos e alterações orçamentais em 2017	S				Em 2017 a Lusa não incurreu no incumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria (ver n.º 13.1)

JSL
[Handwritten signatures]

VII. Grelha de práticas de boa governação societária

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
I. Síntese			
1. Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2017	✓	2	Estrutura orgânica; receitas próprias; produção editorial e cumprimento do serviço público; racionalização de custos
II. Missão, Objetivos e Políticas			
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa			
a) Indicação da missão e da forma como é prosseguida	✓	5	
b) Indicação da visão que orienta a empresa	✓	5	
c) Indicação dos valores que orientam a empresa	✓	5	
2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, designadamente:			
a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros	✓	7	Vide também II.3
b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	7	Vide também II.3
3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	✓	9	
4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	✓	15	
III. Estrutura de Capital			
1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e da percentagem de capital que cada categoria representa	✓	16	
2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	✓	17	
3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições	✓	17	Vide também ANEXO 5
IV. Participações Sociais e obrigações detidas			
1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação	✓	18	
2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	✓	18	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
3. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	18	
4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	✓	18	
V. Órgãos Sociais e Comissões			
A. Modelo de Governo	✓	19	
1. Identificação do modelo de governo adotado	✓	19	
B. Mesa da Assembleia Geral			
1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e de fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	20	
2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	✓	20	n.a.
C. Administração e Supervisão			
1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	✓	20	
2. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	21	
3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão	✓	21	
4. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	21	
5. Evidência da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	✓	23	Vide também ANEXO 3

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
6. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas	✓	23	
7. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade	✓	24	
8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:			
a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas	✓	25	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	25	
c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	✓	25	Vide também Anexo 10
d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e sínteses das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	✓	26	
C. Fiscalização			
1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alterações de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	26	
2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC	✓	26	
3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	26	
4. Funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:			
a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro	✓	28	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JSL" and "JW".

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	28	
c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	✓	28	
d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	✓	28	
D. Revisor Oficial de Contas			
1. Identificação, da SROC, do ROC e respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que a representa e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	28	
2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à sociedade	✓	28	
3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório	✓	29	
4. Outros serviços prestados pela SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	✓	29	
E. Auditor Externo			
1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência	✓	29	n.a. No entanto, em 2017, tal como em 2016, a administração decidiu proceder a um "exame simplificado às contas", adjudicado à BDO
2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	✓	29	n.a. No entanto, em 2017, tal como em 2016, a administração decidiu proceder a um "exame simplificado às contas", adjudicado à BDO
3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	✓	29	n.a. No entanto, em 2017, tal como em 2016, a administração decidiu proceder a um "exame simplificado às contas", adjudicado à BDO

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços constantes da tabela referente à instrução V.E.4 do modelo de Relatório de Governo Societário incluído nas Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2016	✓	29	n.a. No entanto, em 2017, tal como em 2016, a administração decidiu proceder a um "exame simplificado às contas", adjudicado à BDO
VI. Organização Interna			
A. Estatutos e Comunicações			
1. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	✓	31	
2. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade	✓	31	
3. Políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional	✓	31	
B. Controlo interno e gestão de riscos			
1. Existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade)	✓	32	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	✓	33	
3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas	✓	33	
4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	✓	33	Vide também organograma pág.24
5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	✓	33	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade	✓	33	
7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	✓	34	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	✓	34	
C. Regulamentos e Códigos			
1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade esta legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da empresa onde estes se encontram disponíveis para consulta	✓	35	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Referência à existência e aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética, com a data da última atualização, em que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como a forma de divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e a forma como é efetuada. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade	✓	36	
3. Referência à existência de planos de ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências. Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório	✓	36	
D. Deveres especiais de informação			
1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira, a saber:			
a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	✓	37	
b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	37	
c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	✓	37	
d) Orçamento anual e plurianual	✓	37	
e) Documentos anuais de prestação de contas	✓	37	
f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	✓	37	
2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	✓	38	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
E. Sítio da Internet			
1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s), incluindo as hiperligações na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa			
a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	✓	38	
b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	✓	38	
c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	✓	38	
d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais	✓	38	
e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público	✓	38	
f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios	✓	38	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)			
1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral respeitante à remuneração dessa atividade	✓	38	
2. Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade, das quais deverão constar os seguintes elementos:			
a) Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis	✓	39	
b) Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento	✓	40	
c) Critérios de avaliação e revisão contratuais	✓	40	
d) Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes	✓	41	
e) Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício	✓	41	
f) Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes	✓	41	
g) Evidência do cumprimento do disposto no n.º 1 artigo 48.º do RJSPE	✓	41	Vide Anexo 9
VII. Remunerações			
A. Competência para a Determinação			
1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade	✓	42	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	42	
3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	42	Vide também ANEXO 3
B. Comissão de Fixação de Remunerações			
1. Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	✓	42	
C. Estrutura das Remunerações			
1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	43	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	✓	43	
3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	✓	43	
4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	✓	44	
5. Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	✓	44	
6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais	✓	46	
D. Divulgação das Remunerações			
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser remetida para ponto do relatório onde já conste esta informação	✓	46	
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	✓	47	n.a.
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	✓	47	
4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	✓	47	
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade	✓	47	
6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral	✓	47	Vide também Cap.V. - A. 1
VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras			

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	✓	48	
2. Informação sobre outras Transações:			
a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços	✓	49	
b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado	✓	51	
c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)	✓	51	
IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental			
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	✓	52	
2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	✓	53	
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial			
a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores	✓	53	
b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável	✓	54	
c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	✓	56	
d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro	✓	56	
e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional	✓	57	
f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)	✓	57	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
X. Avaliação do Governo Societário			
1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:			
a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto e página)	✓	60	
b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação	✓	60	
2. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas	✓	60	
Grelha de aferição do cumprimento	✓	68	
XI. Anexos		78	
1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2017	✓		
2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
3. Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (ai se incluindo o RGS) relativos ao exercício de 2016 por parte dos titulares da função acionista	✓		

n.a. - não aplicável

17 JSL
Tch
B

VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal

JSL
JSL
JSL

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS
EXERCÍCIO 2017**

INTRODUÇÃO

No exercício das competências atribuídas ao Conselho Fiscal nos termos dos Art.ºs 420.º e 422.º do Código das Sociedades Comerciais e com base no disposto no Art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro¹, vem este órgão apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora, relativo ao exercício de 2017, no âmbito do acompanhamento da atividade prosseguida pela Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (adiante designada por Lusa) tendo em vista evidenciar os resultados da atividade desenvolvida, aferir sobre os controlos efetuados e anomalias detetadas e sobre as principais variações em relação ao período homólogo e suas causas, tendo por base o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respetivo Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborado pelo Conselho de Administração ao abrigo das Instruções sobre o processo de prestação de contas, comunicadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através do Ofício n.º 588, de 7 de fevereiro.

O Relatório e Contas de 2017, composto pelo Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e respetivo Anexo, foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 9 de fevereiro de 2018².

¹ Diploma que aprovou o regime jurídico do Setor Público Empresarial (onde se enquadra o Setor Empresarial do Estado), e que entrou em vigor em 3 de dezembro de 2013, entretanto alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro (segunda alteração à LOE 2014).

² De acordo com a Ata da reunião extraordinária do Conselho de Administração de 9 de fevereiro, foi aprovada a versão final do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

▪ Órgão Fiscalização

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Empresa.

Considerando o modelo organizacional da Lusa, o Conselho Fiscal analisou todas as atas de reuniões realizadas pelo Conselho de Administração, num total de 17, apreciou os documentos de reporte periódico da Lusa, designadamente a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2017, os Relatórios de Execução Orçamental (trimestrais) e acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente quanto à consistência com as orientações e recomendações emanadas pelo acionista Estado.

▪ Cumprimento das obrigações legais do Setor Público Empresarial

A Lusa apresenta a informação relativa ao cumprimento das orientações legais, de acordo com o disposto no Ofício-Circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 588, de 7 de fevereiro de 2018, "*Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017*".

1. **Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento**

De acordo com informação prestada pelo Conselho de Administração da Lusa foi efetuada análise do cumprimento dos objetivos de gestão e do contrato de gestão, salientando, no entanto, que o Contrato de Prestação de Serviço Público para o triénio 2017-2019 produziu efeitos apenas a partir de 3 de agosto de 2017 e que apenas, em 23 de outubro foi realizada

RE
✓
9.

Assembleia Geral para deliberar sobre a proposta de objetivos para 2017 do Contrato de Gestão celebrado com a Presidente do Conselho de Administração, tendo a mesma sido aprovada.

Foi, ainda, apresentado no relatório um quadro com os valores estimados e realizados dos objetivos de gestão, e embora não tenha sido apresentado o grau de atingimento dos objetivos verifica-se que na generalidade quase todos os indicadores atingiram um grau de realização superior a 97%³.

Relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento a Lusa divulgou no relatório em análise a execução face aos valores do orçamento quanto ao investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento e embora não tenha apresentado a justificação dos desvios e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar, é de salientar que a execução das rubricas de gastos com pessoal e de investimento não esgotaram os valores orçamentados.

2. Gestão do risco financeiro

Verificou-se uma evolução positiva de 2016 para 2017 ao nível da taxa média de juro anual, conforme informação disponibilizada pela Lusa, sendo positiva a evolução dos gastos de financiamento e da taxa média de juro anual nos últimos três anos.

3. Limite de crescimento do endividamento

A Lusa cumpre o disposto no n.º 1 do Art.º 45.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, quanto ao limite do endividamento, considerando que o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado não

³ Com exceção do número de horas de interrupção de notícias/ano que apresenta apenas um grau de realização de 83%.

RL
M
97

ultrapassou os 3%, salientando-se que no final de 2017 a rubrica de Financiamentos obtidos não apresentava saldo.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores e divulgação dos atrasos nos pagamentos

O prazo médio de pagamentos a fornecedores a 31 de dezembro relatado pela Lusa é de 31 dias, o que permite observar uma redução do número de dias de prazo de pagamento a fornecedores face a dezembro de 2016.

A RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, definiu que as empresas com PMP inferiores a 45 dias deveriam pelo menos manter o PMP a fornecedores, inferior ou igual a 40 dias, o que se verifica na situação em análise.

A Lusa divulga conforme requerido a antiguidade das dívidas que existiam à data de 31 de dezembro de 2017, identificando as situações com maior antiguidade, bem como, as situações que se encontram em litígio.

5. Recomendações do acionista na aprovação de contas de 2016

Na Assembleia Geral anual de aprovação das contas de 2016, o Estado emitiu as seguintes recomendações:

- i) A Lusa deve diligenciar no sentido de cumprir o disposto no n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que indica que as empresas públicas devem tomar medidas tendentes a que a empresa mantenha o equilíbrio operacional e reduza a dependência da sociedade das receitas provenientes do contrato de serviço público.

RE
L
S

Em face do não cumprimento da redução supramencionada a Lusa, e conforme previsto no n.º 2 do artigo 124.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental, propôs junto da sua tutela setorial um rácio alternativo para medir a otimização dos gastos operacionais, que obteve despacho favorável do Senhor Ministro da Cultura e também do Secretário de Estado do Tesouro, sendo que o referido indicador é calculado considerando o rácio entre o somatório do total de gastos, subtraído dos gastos de depreciações e amortizações, e a produção editorial da Lusa.

Em 31 de dezembro de 2017, o rácio alternativo suportado no referido nível de produção apresenta um rácio de 57,81, o que representa uma melhoria face ao período homólogo, em cerca de 1,33 %.

- ii) Promover medidas com vista ao cumprimento dos termos na alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março que dispõe que o conjunto de gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo com alojamento, bem como os associados à frota automóvel, deveriam manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2016.

Em termos anuais a empresa divulga o cumprimento desta orientação, apresentando quadro explicativo, em que o conjunto dos gastos representam uma diminuição de 0,1% face ao ano de 2016.

6. Remunerações

A Lusa divulga no Relatório apresentado as remunerações auferidas pelos órgãos sociais, revisor oficial de contas e auditor externo, bem como, que



nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 foram repostos os subsídios de refeição, diuturnidades, trabalho suplementar e noturno junto dos restantes trabalhadores da Lusa.

Adicionalmente divulgou que não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, nem foram pagas indemnizações a ex-administradores de acordo com a legislação vigente em 2017.

7. Estatuto do Gestor Público artigo 32.º e 33.º

Não se verifica a utilização de cartão de crédito pelo Conselho de Administração, tendo sido ainda divulgado pela empresa que não ocorreu qualquer reembolso relacionado com despesas de representação pessoal.

Salienta-se, ainda, que de acordo com informação divulgada pela Lusa não foram ultrapassados os *plafonds* atribuídos à Presidente do Conselho de Administração para as rubricas de comunicação, combustíveis e portagens.

8. Despesas não documentadas ou confidenciais

A Lusa divulgou que, em 2017, não incorreu em despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre remunerações

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014 determina que as empresas do setor empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas

RE
Lusa
SJ

naquelas remunerações, sendo de salientar que a Lusa, em 2016, elaborou e publicou o supramencionado relatório.

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção

Em 2016 foi elaborado e publicado, o Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas de 2016, que se encontra publicado no portal da Lusa, tendo sido implementados procedimentos de auditoria interna estando em curso trabalhos para reavaliar e definir eventuais novas medidas de prevenção. Contudo, e face à informação disponibilizada, não terá sido elaborado o relatório anual referente a 2017 conforme preconizado na legislação em vigor.

11. Contratação pública

A Lusa divulgou no relatório apresentado que adotaram os procedimentos de aquisição de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, que todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado por departamento de operações e compras, divulgando ainda os procedimentos base que são levados a cabo.

Salienta-se, ainda, que foram divulgados no supramencionado relatório o número de atos ou contratos celebrados, bem como os valores globais associados.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa aderiu ao SNCP em 2011.



13. Princípio da Unidade de Tesouraria

No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a empresa foi excecionada parcialmente da obrigação de cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado devendo nos restantes serviços pelos quais não se encontra excecionada utilizar os serviços e movimentar a conta do IGCP.

É de salientar que, em 31 de dezembro de 2017, cerca de 91% das disponibilidades relativas a depósitos bancários da Lusa encontram-se nas contas da Lusa junto do IGCP.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES

Considerando o modelo de governo aplicado à Lusa, os membros não executivos do Conselho de Administração devem emitir relatório anual relativo à avaliação do desempenho dos gestores executivos, bem como uma apreciação sobre o cumprimento das boas práticas do governo societário.

A mencionada avaliação é positiva face ao trabalho empenhado e de elevada qualidade que reconhecem ter sido levado a cabo pela Presidente do Conselho de Administração da Lusa, único membro executivo.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

As Prestações de Serviços apresentaram uma ligeira variação positiva face ao período homólogo, que representa um incremento de cerca de 0,1%.

O EBITDA ascendeu a cerca de 1.364 milhares de euros, o que representa uma variação desfavorável de 48% face ao período homólogo.

Pode observar-se que o resultado líquido do período foi positivo, no montante de 721 milhares de euros, tendo o resultado do período homólogo sido de 2.135 milhares de euros. O referido resultado registou uma variação negativa de 66%, sendo a referida variação negativa explicada essencialmente, de factos não recorrentes ocorridos durante o exercício de 2016, nomeadamente a adesão ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado e do incremento, em 2017 dos gastos operacionais.

O Balanço evidencia um total de 12.061 milhares de euros e um capital próprio de 3.370 milhares de euros.

Em 2017 a Sociedade deixou de estar abrangida pelo disposto no Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, tal como mencionado na nota 12 do Anexo às demonstrações financeiras.

ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

Na aprovação de contas de 2016, o acionista Estado efetuou recomendação, à Lusa, no sentido de prosseguir a adoção de medidas tendentes a que a empresa mantenha o equilíbrio operacional e reduza a dependência da sociedade das receitas provenientes do contrato de serviço público.

Considerando que:

- Apesar de ter sido assinada pela Lusa uma Declaração de Compromisso pra o ano de 2016, julga-se que o âmbito e modo de cálculo da prestação de serviço

publico relativamente ao período de 2016 não se encontra cabalmente definido.

Assim, e em face do exposto, julgamos que na eventualidade das Tutelas financeira e setorial definirem o âmbito e modo de cálculo da prestação de serviço público com critério distintos aos mencionados, designadamente após o controlo financeiro levado a cabo pela IGF, esta alteração poderá ter impacto, materialmente relevante, nas contas da Lusa relativas a 2016.

- No caso das empresas do setor empresarial do Estado com EBITDA positivo, estas devem assegurar, no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais, no volume de negócios expurgado dos montantes recebidos a título de subsídios à exploração e indemnizações compensatórias (IC), sendo de salientar que o peso dos gastos operacionais no volume de negócios expurgado de IC agrava-se em cerca de 22,1 p.p face aos montantes executados em 2016;
- Tendo por base o valor da Indemnização Compensatória atribuída de acordo com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado para o triénio de 2017-2019 e com o valor definido no artigo 9.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, foi reconhecido no ano de 2017, como estimativa do valor do ajustamento a efetuar nos termos do n.º 5 da Cláusula 8.ª do referido contrato, o montante de cerca de 1.227 milhares de euros.

Por último, julgamos que o grande desafio da Lusa será modernizar a atividade da empresa, de forma a que o aumento de recursos financeiros que agora se verifica, provenientes da IC, venha no futuro a criar receitas próprias que permitam um efetivo equilíbrio orçamental verificando-se, no futuro, uma menor dependência da IC.



PARECER

Tendo em atenção as análises efetuadas pelos membros do Conselho Fiscal e os contactos que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, entende o Conselho Fiscal que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 31 de dezembro de 2017 da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos que lhe servem de suporte naquela data, assinalando, no entanto as ressalvas relatadas no capítulo de Acompanhamento e Controlo do presente parecer.

O Conselho Fiscal emite o seguinte parecer, para o exercício de 2017:


- Seja aprovado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017 apresentado pelo Conselho de Administração da Lusa;
- Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras atenta a ênfase constante da Certificação Legal das Contas emitida, que aqui damos como produzidas, bem como do relatório dos auditores externos;
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 9 de fevereiro de 2018

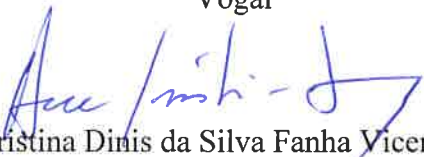


O CONSELHO FISCAL


Presidente


(Paula Alexandra Caetano da Silva)

Vogal


(Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares)

Vogal


(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

IX. Certificação legal de contas

Handwritten notes and signatures:
in blue ink: "in 2017" (partially visible)
in black ink: "2017" (partially visible)
in black ink: "Lusa" (partially visible)
in black ink: a signature

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (abreviadamente designada por Lusa ou Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 12 061 072 euros e um total de capital próprio de 3 370 163 euros, incluindo um resultado líquido de 720 693 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Ênfase

Em 30 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Lusa assinou uma Declaração de Compromisso que contempla a necessidade de aferir o cumprimento do serviço público, no que se refere à produção do número médio de notícias e ao nível de serviço prestado, como forma de ultrapassar o facto de não ter sido celebrado o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público entre a Lusa e o Estado Português para o ano de 2016, tendo o anterior contrato terminado em 31 de dezembro de 2015, conforme nota 1 do Anexo.

Dado que na mencionada declaração não se encontra definido o método de cálculo do custo do serviço público a aplicar no exercício de 2016, foi considerada, para efeitos de cálculo e adotado nas contas da Lusa de 2016 e na informação prestada ao longo daquele ano às Entidades Tutelares, a fórmula de cálculo do custo do serviço público que veio a ser contemplada no Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público entre a Lusa e o Estado Português assinado no dia 1 de janeiro de 2017 para o triénio 2017 a 2019, tendo sido reconhecido no passivo, na rubrica de Outras Dívidas a Pagar, o valor de 1 420 518 euros, conforme notas 16 e 21 do Anexo, entendimento que deverá ser confirmado pelas Tutelas.

A minha opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da

Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material

devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Lisboa, 9 de fevereiro de 2018

Susana Jesus

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

X. Ata do Conselho de Administração

Handwritten notes in blue ink:
in JSL ✓
✓
✓

ATAS

Folha 30

Ata número quatrocentos e dezoito (418)

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, reuniu extraordinariamente na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença da Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Maria Teresa Prata Macias Marques, e, através de “conference call”, participaram na reunião o Vice-Presidente, Senhor Dr. João Manuel Pintado Silveira Lobo, e os Vogais, Senhores Dr. Luís Paulo Mah Silva, Dr. José Carlos Barbosa Lourenço e Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira.

A ordem de trabalhos da reunião foi a seguinte:

Ponto um: Aprovação do Relatório e Contas de 2017.

Ponto dois: Aprovação do Relatório de Governo Societário de 2017.

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração (CA) aprovou, por unanimidade, a nova versão do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017, que contempla as alterações decorrentes das instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2017, recebidas durante a tarde do dia 7 de fevereiro de 2018, depois da aprovação do mesmo na reunião do CA realizada nessa data.

No ponto dois da ordem de trabalhos, foi aprovada, por unanimidade, a nova versão do Relatório de Governo Societário relativo a 2017, que contempla as alterações decorrentes das instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2017, recebidas durante a tarde do dia 7 de fevereiro de 2018, depois da aprovação do mesmo na reunião do CA realizada nessa data.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes.

- *assinatura*

- 